



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

DISSERTAÇÃO

**LUTA DE CLASSES E O PLANEJAMENTO URBANO: NOTAS SOBRE
AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL E A ORGANIZAÇÃO POPULAR EM
TERESÓPOLIS-RJ**

JENNIPHER TAYTSOHN

Seropédica, RJ

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

**LUTA DE CLASSES E O PLANEJAMENTO URBANO: NOTAS SOBRE
AS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL E A ORGANIZAÇÃO POPULAR EM
TERESÓPOLIS-RJ**

Jennipher Taytsohn

Sob a Orientação da Professora

Dra. Flávia Braga Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências
Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T2361 Taytsohn, Jennipher, 1996-
Luta de classes e o planejamento urbano: notas sobre as estratégias do capital e a organização popular em Teresópolis-RJ / Jennipher Taytsohn. - Teresópolis, 2023.
168 f.: il.

Orientadora: Flávia Braga Vieira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.


1. cidades médias. 2. planejamento e desenvolvimento urbano. 3. projetos do capital. 4. projetos populares. I. Vieira, Flávia Braga, 1976-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**


JENNIPHER TAYTSOHN

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/12/2023.

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA BRAGA VIEIRA**
Data: 15/12/2023 18:37:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Flávia Braga Vieira – UFRRJ (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **LUIS REGIS COLI SILVA JUNIOR**
Data: 15/12/2023 00:05:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luis Régis Coli Silva Junior – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **EDSON MIAGUSKO**
Data: 14/12/2023 23:43:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edson Miagusko – UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Com energia, sigo em frente. E bem grata por tudo que se fez até aqui. Sou uma pessoa de sorte, bem de sorte. Apoiada por uma rede infindável de afeto. Início agradecendo à Marcia Cristina, minha mãe, uma mulher de força e garra, mas cheia de ternura e capacidade de amar. Que eu nunca deixe nosso sonho esmorecer, que sejamos sempre nós por nós. Gratidão pelos abraços e olhares simples, de quem aprendeu que a vida é dura. Por meio de suas mãos de classe trabalhadora, me sustentei inúmeras vezes. Obrigada por ser âncora. À Stephanie, minha irmã, agradeço imensamente pela paciência e ombro durante as angústias. Sou feliz por ser sua irmã e te ter comigo desde os anos 2000. Nesta dissertação não cabe a nossa história, que sejamos sempre recheadas de nosso amor, que nunca faltou e nunca faltará.

Agradeço à minha orientadora, Flávia Vieira, pelo trilhar de caminho junto. Compreendeu meus anseios, dividiu momentos e partilhou trajetórias. Me inseriu no seio acadêmico, onde sequer tinha garantia que eu caberia neste espaço estreito. Acreditou no meu potencial e não desistiu de mim. Por meio dela, me inseri em projetos de extensão, pós-graduação *lato sensu* e na Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB) e advirto: não é sobre currículo. Os espaços que pude participar, por meio de seu apoio foi muito mais do que currículo. Aprendi e me tornei uma pesquisadora melhor, atuante e digna, para além da vida universitária.

Agradeço aos meus professores e amigos da docência. A vida de quem leciona pode ser solitária e hoje compreendo. Mas, eu sou fruto de toda educação que recebi e hoje retribuo. Agradeço desde os meus primeiros professores da alfabetização (tarefa árdua de letrar pro mundo!) até os meus professores e professoras do curso de Ciências Sociais da UFRRJ. A educação é a via e por esse caminho me orgulho de seguir. Agradecimentos aos aprendizados fruto das mobilizações do movimento estudantil desde à graduação e que não cessou na pós-graduação. Renunciar a imobilidade foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente em tempos pregressos e pós-pandemia.

Agradeço aos meus amigos da universidade pelas acolhidas que me acalentaram e aos meus amigos da minha amada cidade, pelo amor que me ofereceram. Sou um pouco de vocês e vocês de mim. Agradeço à CAPES pelo incentivo para pesquisa e ao Programa por acreditar no meu projeto. Agradeço ao Jorge Siqueira Taytsohn, meu companheiro e esposo, pela chegada amorosa, preenchida de esperança, e pela partilha de uma vida boa. Obrigada por me desafiar e apostar em mim, que não nos falte nunca motivos para comemorar e que seja esse,

o motivo do nosso próximo brinde. Aos demais, não citados aqui nominalmente, compreendam: meu coração é grande e como dito, tenho sorte. Na minha sorte, eu os tenho comigo. Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.

“Odeio os indiferentes (...) acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.”

Antonio Gramsci

GRAMSCI, A., Convite à Leitura de Gramsci, Rio de Janeiro, Achiamé, 1985.

RESUMO

TAYTSOHN, Jennipher. **Luta de classes e o planejamento urbano: notas sobre as estratégias do capital e a organização popular em Teresópolis-RJ.** 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

Esta dissertação analisa as disputas em torno dos potenciais percursos de uma cidade. Examina, mais profundamente, os conflitos em torno de um terreno de uma desativada fábrica têxtil chamada Sudamtex, que provocou uma série de impactos socioambientais no centro urbano da cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro. Para tanto, apresenta-se o contexto em que se inserem tais disputas, refletindo a respeito das narrativas e projetos de desenvolvimento urbano das cidades. A partir de tal objeto, a pesquisa reflete sobre as estratégias de mercantilização das cidades médias, ao analisar os projetos urbanísticos do capital, hegemonicamente apoiados pelo poder público. Além disso, aborda os potenciais projetos contestadores, que refletem as cidades a partir de seus usos coletivos e de seu valor de uso e não de troca. Para balizar toda a discussão, apresentamos a emancipação da cidade de Teresópolis sob a ótica do entrelaçamento do poder privado ao poder público resultantes deste processo e, além disso, os desdobramentos mais recentes, que culminaram na eleição do prefeito Vinicius Claussen (Cidadania/PSC), em dois mandatos, dando continuidade a um processo que seu tio-trisavô iniciou no alvorecer da República. O trabalho utiliza como base as pesquisas teóricas e empíricas recentes sobre o tema e ancora-se no campo analítico do planejamento urbano, pensamento social e político brasileiro e, da sociologia histórico-política. Pretende-se, por meio deste contraste, compreender a cidade como um debate público vivo, pungente, permeado por um caráter cultural, social, político e simbólico.

Palavras-chave: cidades médias; planejamento e desenvolvimento urbano; projetos do capital; projetos populares.

ABSTRACT

TAYTSOHN, Jennipher. **Class struggle and urban planning: notes on the strategies of capital and popular organization in Teresópolis-RJ.** 2023. 168 p. Dissertation (Master's in Social Sciences) - Institute of Human and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

This dissertation analyzes the disputes surrounding the potential routes of a city. It takes a closer look at the conflicts surrounding the site of a disused textile factory called Sudamtex, which caused a series of socio-environmental impacts in the urban center of the city of Teresópolis, Rio de Janeiro. To this end, the context of these disputes is presented, reflecting on the narratives and projects of urban development in cities. Based on this object, the research reflects on the strategies of commercialization of medium-sized cities, by analyzing the urban projects of capital, hegemonically supported by the public authorities. It also looks at potential contesting projects, which reflect cities based on their collective uses and their use value rather than their exchange value. To guide this discussion, we present the emancipation of the city of Teresópolis from the point of view of the intertwining of private and public power resulting from this process and, in addition, the most recent developments, which culminated in the election of Mayor Vinicius Claussen (Cidadania/PSC) for two terms, continuing a process that his great-great-uncle started at the dawn of the Republic. The work is based on recent theoretical and empirical research on the subject and is anchored in the analytical field of urban planning, Brazilian social and political thought and historical-political sociology. Through this contrast, the aim is to understand the city as a living, poignant public debate, permeated by a cultural, social, political and symbolic character.

Keywords: medium-sized cities; urban planning and development; capital projects; popular projects.

RESUMEN

TAYTSOHN, Jennipher. **Lucha de clases y urbanismo: notas sobre las estrategias del capital y la organización popular en Teresópolis-RJ.** 2023. 168 p. Disertación (Maestría en Ciencias Sociales) - Instituto de Ciencias Humanas y Sociales. Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

Esta disertación analiza las disputas en torno a los posibles trazados de una ciudad. Se profundiza en los conflictos en torno al emplazamiento de una fábrica textil en desuso llamada Sudamtex, que provocó una serie de impactos socioambientales en el centro urbano de la ciudad de Teresópolis, Río de Janeiro. Para ello, se presenta el contexto de estas disputas, reflexionando sobre las narrativas y proyectos de desarrollo urbano en las ciudades. A partir de este objeto, la investigación reflexiona sobre las estrategias de mercantilización de las ciudades medias, analizando los proyectos urbanos del capital, apoyados hegemonícamente por el poder público. También examina los posibles proyectos contestatarios, que reflejan las ciudades a partir de sus usos colectivos y de su valor de uso, más que de su valor de cambio. Para anclar toda la discusión, presentamos la emancipación de la ciudad de Teresópolis desde la perspectiva del entrelazamiento del poder privado y público resultante de este proceso y, además, los desarrollos más recientes, que culminaron con la elección del alcalde Vinicius Claussen (Cidadania/PSC) para dos mandatos, continuando un proceso que su tatarabuelo inició en los albores de la República. El trabajo se basa en investigaciones teóricas y empíricas recientes sobre el tema y se ancla en el campo analítico del urbanismo, el pensamiento social y político brasileño y la sociología histórico-política. A través de este contraste, se pretende entender la ciudad como un debate público vivo y conmovedor, impregnado de un carácter cultural, social, político y simbólico.

Palabras clave: ciudades medianas; planificación y desarrollo urbanos; proyectos de capital; proyectos populares.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Vista de cima do terreno em disputa, onde ocupava a antiga fábrica Sudamtex.....94
- Figura 2:** Mapa do entorno da cidade onde localiza-se o terreno da antiga fábrica.....96
- Figura 3:** Mapa da região central da cidade de Teresópolis.....96

LISTA DE SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ACIAT	Associação Comercial Industrial e Agrícola de Teresópolis
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CD-ROM	Disco Compacto - Memória Somente de Leitura
CEAC	Centro de Atividades Comunitárias da Paróquia de Santa Tereza
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
Cel	Coronel
CMC	Conselho Municipal da Cidade
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONTUR	Conselho Municipal de Turismo de Teresópolis
Covid-19	Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus)
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Democratas
E.F.T.	Estrada de Ferro de Therezopolis
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
FECAM	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FESO	Fundação Educacional Serra dos Órgãos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GATE	Grupo de Apoio Técnico Especializado
GT	Grupo de Trabalho
GTs	Grupos de Trabalho
HC	Hélio Carracena

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
IPTU	Universidade Federal do Rio de Janeiro
IREE	Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa
M ²	Metros quadrados
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MP-RJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PP	Partido Progressista
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PPS	Partido Popular Socialista (atual Cidadania)
PR	Partido Republicano
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RGI	Registro Geral de Imóveis
RJ	Rio de Janeiro
S.A.	Sociedade anônima
S/A	Sociedade anônima
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sinduscon	Sindicato da Indústria da Construção Civil
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TEREPREV	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Teresópolis
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UJS	União da Juventude Socialista
UNIFESO	Centro Universitário Serra dos Órgãos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

<i>SOBRE A AUTORA – MEMORIAL ACADÊMICO</i>	17
APRESENTAÇÃO	17
PRIMEIRO ATO: SOBRE A ESSÊNCIA DA CORAGEM	20
SEGUNDO ATO: SOBRE A ESSÊNCIA DA POLÍTICA.....	22
TERCEIRO ATO: SOBRE A ESSÊNCIA DA FELICIDADE	25
QUARTO ATO: CAMINHOS POR ONDE ANDO	27
QUINTO ATO: CONCLUSÕES E PROJEÇÕES DE PRA ONDE IR.....	29
<i>INTRODUÇÃO</i>	31
<i>CAPÍTULO 1: ESTADO, MERCADO E O URBANISMO CAPITALISTA</i>	40
À LUZ DO DEBATE	40
O URBANO NO SISTEMA CAPITALISTA	41
A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA DENTRO DOS CENÁRIOS URBANOS.....	45
O PAPEL DO ESTADO E DO MERCADO NA ELABORAÇÃO DA CIDADE-MERCADORIA.....	55
<i>CAPÍTULO 2: A EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE TERESÓPOLIS: A ORIGEM DO BALCÃO DE NEGÓCIOS</i>	64
A PRIMEIRA REPÚBLICA: CONTEXTO	64
A EMANCIPAÇÃO DE TERESÓPOLIS E O PROJETO PRIVADO DOS “HOMENS DE NEGÓCIO”.....	69
O PODER LOCAL E O ENTENDIMENTO ACERCA DAS ELITES LOCAIS: BREVE ANÁLISE	74
<i>CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO URBANO PELO CAPITAL, O “MERCADO” DO CRIME AMBIENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES</i>	81
O HISTÓRICO POLÍTICO-INSTITUCIONAL	81
O POLÍTICO-EMPRESÁRIO VINICIUS CLAUSSEN E SUAS GESTÕES	85
SUDAMTEX: O TERRENO EM DISPUTA	93
O CRIME AMBIENTAL EM QUESTÃO	97
OS ACORDOS ENTRE O PODER PÚBLICO E A EMPRESA RÉ.....	100
O DEBATE EM QUESTÃO	106
<i>CAPÍTULO 4: SOBRE QUEM RESISTE – INVESTIDAS DO CAPITAL E CONTRABALANÇOS</i>	109
A LUTA PELO IMAGINÁRIO IMENSURÁVEL.....	109
POLÍTICA É DE GENTE QUE CORRE ATRÁS: O PLANEJA TERÊ.....	119
REDISCUINDO O PLANO DIRETOR: TERESÓPOLIS DE TODOS PARA TODOS.....	122
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	144

APÊNDICE I: GRUPOS E PESSOAS PÚBLICAS ACOMPANHADOS NA PESQUISA EM SUAS PÁGINAS NAS REDES SOCIAIS	152
APÊNDICE II: MATERIAL DIGITAL E RELATADO UTILIZADO COMO FONTE DOCUMENTAL NA PESQUISA	157
REFERÊNCIAS	161
BIBLIOGRÁFICAS	161
DOCUMENTOS OFICIAIS, FONTES E SITES	165

SOBRE A AUTORA – MEMORIAL ACADÊMICO¹

Jennifer Taytsohn

Apresentação

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Belchior – Sujeito de Sorte

Neste memorial proponho uma desconstrução temporal para pensar as idas e vindas (possíveis) da vida de uma pessoa, que coincidentemente pesquisa. Um memorial acadêmico, quase sempre, apresenta uma jornada a partir de uma sucessão de eventos que vão escalonando e construindo uma carreira. É quase como um clarão evolucionista, em que saímos de um estágio primordialmente bruto para alguém mais esclarecido e pesquisador.

Com isso, logo advirto: a minha jornada na academia tem uma relação de intensificação dos meus anseios, angústias e medos em relação à uma versão de mim mesma aos 5, 10, 15 ou 20 anos. Ao mesmo tempo, essa trajetória consolida uma nova versão de tudo isso: mais potente, ainda desorganizada e em construção. Saliento, todavia, que esses (des)caminhos – que é se conhecer enquanto sujeito da pesquisa – é um processo ainda inacabado, afinal, aqui se trata de um memorial de início de carreira. O faço com a expectativa de desconstruí-lo logo em breve.

E esta é uma das razões pelo qual falar da minha formação como uma linha reta não supre todo esse anseio. Bourdieu (2006) nos diz que ao narrar uma história de vida (neste caso, quase dentro dos limites da vida profissional), o relator é responsável por tecer a

¹ Este memorial foi construído na Disciplina Tutorial, uma das disciplinas obrigatórias do Mestrado em Ciências Sociais da UFRRJ. Agradeço à professora Carly Machado pela oportunidade de escrever este texto e poder olhar para ele, hoje, após a conclusão da dissertação, e me apreender da minha própria trajetória. Aqui está o memorial quase que na íntegra, como o entreguei em 2020.2. Mas, confesso que o modifiquei um pouco, porque de lá para cá, muitas coisas mudaram e seguirão mudando. Pois não há trajetória que se estacione.

narrativa escalando eventos, privilegiando uns momentos em detrimento de outros. Por isso, costumo concluir que relatar, na verdade, é um ato de organização de memórias. E, nesse processo, não almejo a construção de algo belo e bem amarrado, mas algo em constante movimento e (re)construção.

Refazer o caminho que percorri até aqui, me fez analisar as expectativas e desejos que nortearam as minhas escolhas, abordando a minha própria história de vida, minha práxis e formas de intervir no mundo dentro e fora do meio acadêmico. Nesse sentido, neste memorial me senti desafiada a romper com a expectativa de apresentação de um sujeito linear e coeso, a partir do entendimento de que não somos constituídos por séries ininterruptas de acontecimentos desencadeados sem vírgulas.

“Onde se inicia a trajetória profissional de alguém? O que condiciona as escolhas que fazemos?” (BACHINI; CHICARINO, 2018, p. 259). O caminho que seguimos é resultado de preferências e oportunidades? Há uma ampla defesa de vários elementos que podem responder a essa pergunta, inclusive, uma síntese disso. Penso que nossas preferências são moldadas por processos de socialização, mas existem motores relevantes que pertencem às nossas subjetividades.

A escolha do objeto de pesquisa, por exemplo, passa pelo crivo do cientista, caracterizando-se desde já, uma dimensão subjetiva pelo qual este processo é condicionado (BONI; QUARESMA, 2005). As análises sociais são produzidas pelo pensamento humano e suas subjetividades, não podendo “libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 34). Almejo defender insistentemente que apenas o ponto de vista é capaz de criar objeto e, portanto, a ciência social.

Lukács (2003), importante marxista do século XX, já anunciava: A consciência de classe é processual e envolve uma dinâmica mais ampla do que simplesmente conhecer as mazelas que sofre sua própria classe. Ele adverte que este processo envolve os interesses que são decorrentes dessa percepção, tanto no que diz respeito à ação imediata – na luta cotidiana em meio às pequenas trincheiras – quanto em relação à estrutura social, que este indivíduo irá atuar objetivando o fim integral das opressões que envolvem as mais diversas hierarquias sociais.

Ter consciência de classe, portanto, significa ter dimensão integral da totalidade, ou ao menos, persegui-la. Para Makarenko, a pessoa humana é uma totalidade, formados por razão,

afeto e vontade, que carrega a sua história, cultura, características e as suas limitações (LUEDEMANN, 2017). Nesse sentido, em minha história de vida, antes mesmo de compreender do que se tratava a luta de classes, ela já dava um jeito de se apresentar, pois, ela se impõe aos indivíduos ao operar dentro do sistema capitalista. Tudo isso quando eu percebi, ainda no ensino básico, que disputar o mundo demandava fôlego e que as oportunidades estavam longe de serem equânimes como lá fora diziam.

Ouvi: “basta esforço!”. Mas de esforço meus pais estavam cheios. Envelhecidos, explorados, cansados, parecia tão mais fácil para alguns. E, cabe dizer que sou de Teresópolis, RJ, de família agricultora. Estou inserida no mercado de trabalho desde os 12 anos de idade, filha de caminhoneiro e diarista (trabalhadora que realiza trabalho doméstico sob condições ainda mais precarizadas) e esta configuração foi um dos motores responsáveis para que meu ponto de partida rumo à interpretação do mundo fosse desse lugar da classe trabalhadora, do proletariado, do não-privilégio. Me diziam já nesse momento, quando ainda era apenas essa menina, que a universidade pública era sonho distante para aqueles que do sistema educacional público vinham. Mas cheguei. E deixei para trás muitas coisas, porque a carga é pesada! A mãe limpando o chão da madame, o pai virando noite nos perigos da estrada: “Vai, minha filha, estuda”, eles diziam.

E mais... Nasci, cresci e vivi sob o olhar da subalternidade, da periferia do capitalismo e também, por outro lado, da periferia de uma das cidades serranas do Rio de Janeiro. E aqui, há muita gente em condições de desalento. A cidade com “ares europeus”, na serra fluminense, esconde um quarto da população que não contém moradia segura, própria, com água encanada e saneamento básico e esta condição, sempre foi vivenciada de perto por mim e por muitos dos meus. Falar sobre a cidade é, então, um reflexo do fazer-ciência e do gerir a vida cotidiana.

As oportunidades eram poucas, mas agarrei todas elas. O filho da classe trabalhadora é antes de tudo um atleta, não há outra opção. Ou agarra todas as “bolas da vez”, ou o sistema irá se concretizar mais uma vez. Mais um dia, como o faz todos os dias na vida de tantos ‘eus’ por aí. E graças às políticas de democratização de acesso ao ensino superior e a certeza de que as injustiças desse mundo não deveriam traçar as regras do jogo, sigo firme aqui dentro da universidade, tendo passado pela graduação em jornalismo, no qual não concluí, pela graduação em Ciências Sociais, pela especialização no IPPUR/UFRJ e por esse mestrado que se encerra.

Lukács (2003) acertadamente escreveu e deixou uma pista que nos leva a compreender que para ser um lutador do povo, tem que ter acima de tudo, o que ele irá chamar de “condições psicológicas” anteriores à consciência de classe. Elas se apresentam, muitas vezes, como um incômodo individual ao se deparar com as injustiças e as mazelas do mundo, engajando os sujeitos ao movimento. A renúncia da imobilidade é o que me dá fôlego para o dia seguinte. Da menina “encrenqueira” até a “militante” foi preciso muito investimento emocional e político para entender que determinadas brigas precisam ser compradas, mas sempre cozidas, ingeridas e digeridas com lentidão. A explosão das urgências da vida em detrimento da mansidão da luta política requer entender que as vezes a barriga ronca antes da hora.

Primeiro ato: sobre a essência da coragem

Em 2011, iniciei o Curso Normal, formação de professores em nível médio e posso dizer que concluí em 2013 profundamente impactada por essa experiência. A educação é um caminho apaixonante e desde lá pude explorar e conhecer Emília Ferrero, Paulo Freire e tantos outros. Me lembro de esbarrar várias vezes na fronteira política do compromisso de educar, mas fui desviada para um olhar de uma educação polida e recheada de neutralidade.

Sobre a neutralidade destaco que logo cedo, ainda no ensino fundamental, me “descobri” jornalista. Queria denunciar fraudes e injustiças em nome de uma “imparcialidade” que um livro de um sebo antigo de F. Fraser Bond, intitulado “Introdução ao Jornalismo”, havia me ensinado. Esse livro ainda está na minha estante e ao folheá-lo aqui, me deparo com afirmativas categóricas como: a imprensa deve ser imparcial, exata, honesta, responsável e decente (BOND, 1959).

Essa premissa da imparcialidade, me fazia vislumbrar que esta seria a condição que conferiria dignidade a todos e todas, sem qualquer distinção: a verdade estaria acima de todas as coisas, incluindo-se vontades e desejos inerentemente individuais e mesquinhos. Esse entendimento pressupõe que o jornalista precisa ser “papel em branco” ao relatar uma notícia. Entre 2014 e 2015, cursei 4 semestres de jornalismo e costume dizer que a minha saída do curso e a razão da minha desilusão foi em decorrência de um reencontro com a educação e a reestruturação de um compromisso ontológico. Falarei mais sobre isso.

Ao adentrar no universo acadêmico, pude descobrir a imensidão do que é ser um pesquisador, um agente que pesquisa. Até então, a produção de conhecimento nunca havia sido uma questão, pois no ensino básico somos engajados a sempre escolher uma carreira que te permita operar no mercado. Lá, longe dos debates educacionais do curso normal, pude compreender que existiam questões que estavam latentes e o jornalismo jamais poderia me suprir: atuar na educação básica como docente.

A escrita como ofício, uma das minhas persistentes paixões desde muito criança, ainda não alimentava a semente que o curso normal tinha plantado, mesmo que esta, ainda muito pequena e pouco germinada, precisaria desabrochar. Eu já sabia que eu precisaria percorrer novas estradas dentro da educação para me entender como pessoa que pesquisa, mas também, como pessoa que educa.

O tempo foi me trazendo referências de educação bem potentes que o curso normal não tinha me trazido: a pedagogia do movimento, por exemplo, ao tratar a educação como um rio por onde corre a “água” do cotidiano do processo formativo. Estas águas seriam formadas pelo “oxigênio” dos saberes populares e pelo “hidrogênio” da realidade (IEJC, 2003). E, por isso, não há como negar que a minha trajetória enquanto educadora em constante formação, tomou por referência a veia política e isso significa dizer que não houve mais a possibilidade de uma neutralidade frente às desigualdades: daí houve a tal virada ontológica que demandou coragem.

Com a educação em meu horizonte, me restou entender para qual curso eu migraria. A coragem e a razão caminharam juntas para que eu pudesse compreender esse anseio. As ciências sociais me surgiram como possibilidade ao me lembrar das aulas de sociologia e de sociologia da educação no Ensino Médio. Me recordei do potencial crítico e questionador que àquelas aulas me trouxeram, provocando em mim, inclusive, apego às músicas que a professora colocava em sala para debate. Essas músicas foram desde de “Comida” dos Titãs até “Pátria Que Me Pariu” do Gabriel O Pensador. Por isso, já era sabido: a sociologia era o novo destino a partir daquele momento.

Tendo escolhido o curso, precisava agora decidir a universidade. A vontade de sair do eixo da capital e da região metropolitana era grande, pensando nos sufocos da manutenção por lá que o tempo que vivi na capital haviam me rendido. Decidir pela Rural foi uma das melhores escolhas possíveis! Encontrei nesta universidade um princípio de aconchego e reciprocidade que não havia vivenciado antes.

Contudo, logo no ano que entro, as lutas pela permanência estudantil também não se encerraram e estas, foram desde as dificuldades com o restaurante universitário à beira de fechar para as obras, até os perigosos e assustadores casos de estupro dentro do campus e as questões financeiras batendo à porta novamente. Sobre o acesso à renda, as bolsas de permanência estudantil foram cruciais. Fui bolsista de auxílio moradia e de projetos de pesquisa, ensino e extensão que me ofertaram as possibilidades para continuar caminhando durante o trajeto.

Alguns episódios outros destaco como cruciais para a consolidação deste ato de coragem. Durante a graduação, de 2017 a 2019, tive a oportunidade de ser monitora da disciplina “Introdução à Sociologia” com a orientação da professora Flávia Vieira, minha orientadora desde então. Sinto que essa experiência foi bastante relevante para a construção de uma robusta rede de parceria com estudantes de outros cursos, que me permitiu desenvolver esse afincado pela interdisciplinariedade. Alguns destes alunos, inclusive, se tornaram colegas e se encorajaram a tentar ser monitores desta e de outras disciplinas também.

Em 2019, antes mesmo do fim da graduação em Ciências Sociais, encarei o desafio de adentrar no curso de especialização “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo” junto ao IPPUR/UFRJ, etapa que concluí com o apoio da Prof^a Flávia e da minha orientadora Juliana Marques, que foi generosa no processo de construção do trabalho. Além disso, me tornei aluna do mestrado em Ciências Sociais nesta universidade, a Rural. Confesso que esta parte foi e ainda tem sido bastante desafiadora, solicitou sempre um ato de coragem permanente, nada fácil, em meio a uma pandemia de grande magnitude, enquanto regia salas lotadas de alunos no turno e contraturno. Mas, ao mesmo tempo, extraordinariamente potente descobrir durante o trajeto como trilhar diferentes caminhos na pesquisa.

Segundo ato: sobre a essência da política

Inicio dizendo logo: a pandemia alarmou algumas angústias. Fácil não foi, mas junto às minhas organizações políticas, sindicais e comunitárias, segui firme ao lado de muita gente engajada e isso me fortaleceu academicamente, na medida do possível. Falei, enquanto escrevia, insistentemente, sobre a experiência de me sentir invadida por um vírus, muito mais do que o que ele pode provocar no corpo fisiológico, mas sim, dentro de nós que aguentamos firmes no máximo que dá, no máximo que deu. O vírus me pegou e eu nem infectada fui. Essa

minha angústia de falar do hoje, mais do que do ontem, foi fruto de uma conjuntura adversa. A morte latente, todo dia. E a política ainda é política, mesmo de casa (quando dá pra ser, porque em tempos de #FicaEmCasa, tinha muita gente circulando pra evitar morrer de fome e ver morrer os seus!).

Não só eu me senti aflita. Meu objeto todo se afligiu. A luta coletiva em tempos pandêmicos impõe desafios e riscos. Atuar no coletivo exige corpo com saúde, resistente, mas o corpo adocece em busca da reparação lá em Minas Gerais que tarda muito até hoje e se iniciou bem antes da Covid-19 chegar. Quando falo da luta por “vida” nos territórios periféricos, nas coisas que venho escrevendo durante o mestrado em Ciências Sociais, afirmo logo que viver na periferia, hoje, vai além do debate sobre as cepas do vírus, é sobre a falta do alimento à mesa, condições dignas de viver na cidade e outras violências constantes.

A ocupação dos espaços exige carne e osso, as praças cheias, as rodas de rima, as sessões de luta do povo. Entretanto, tenho buscado alimentar em mim um outro olhar. A pandemia foi capaz de evidenciar as prioridades do poder público, pois as políticas públicas como a distribuição de renda, saneamento e moradia, por exemplo, são tão urgentes quanto ontem foram, mas ganharam outras dimensões perante a Covid-19. Mesmo que a luta pelo direito à cidade (que eu ainda acho que é parte do meu tema de pesquisa no mestrado e na vida) tenha dado uma trégua devido aos protocolos de segurança, a presença do vírus nas periferias urbanas foi muito devastadora em casas e vizinhanças inteiras. O desafio mora aí.

Mesmo que desde o início eu tenha dito mais sobre a aflição do que tudo isso, me parece que campo de pesquisa segue existindo. Afinal, não é de hoje que as periferias se articulam, a pandemia só nos desafiou a viver o coletivo com distanciamento social, ao passo do que dá... E tudo isso, em nome do que é urgente, mas a gente sabe que o conceito de “urgência” é relativo. E, as organizações da sociedade civil, em nome da priorização da vida, seguiram atendendo famílias desassistidas, fornecendo alimentação e produtos de higiene pessoal às populações em vulnerabilidade. E mais! Demonstrando que para viver, não basta estar vivo, é preciso fazer política. A luta pelo direito à cidade ganhou mais elementos, preciso então escrever (mais!).

Além dessas pejejas atuais, rememoro as disputas na escola, no ensino médio, por melhores condições de dignidade às normalistas. E, ainda, lembro de ter dezesseis anos e questionar o secretário de infraestrutura sobre as condições de asfaltamento da minha rua dentro do gabinete do prefeito. Como disse, as disputas refletem muito sobre o quanto se grita

para se fazer ouvir quando se é da periferia: falas e questionamentos sempre muito explosivos, pouco dialogáveis e sempre em excesso.

Parte de mim na universidade foi em busca deste lugar na política e claro, na pesquisa. As duas gestões do centro acadêmico em Ciências Sociais que participei, as organizações de eventos, as assembleias, a ocupação, a ida em Brasília diante do golpe em 2016 e da PEC 55, o grupo de extensão coordenado pela Profa. Elisa Guaraná intitulado “Reforma do Ensino Médio e as percepções dos alunos da escola pública de Seropédica”. Foi no movimento estudantil que me entendi, de fato, socialista. Comecei na universidade a atuar junto à União da Juventude Socialista (UJS) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e destaco isto, por considerar que essa definição dentro do espectro da militância construiu em mim um senso mais claro e objetivo sobre o meu lugar enquanto pesquisadora, professora e pessoa no mundo.

Destaco com muito carinho a minha participação na Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens – grupo de extensão que trabalha ombro a ombro com os atingidos pela mineração em MG – que simbolizou uma potencialidade única de organizar essa luta em outro patamar. Entrei no grupo por um convite generoso da professora Flávia e nunca mais me vi longe dele, mesmo que minhas atividades dentro do grupo precisaram ser pausadas em decorrência do meu trabalho. E, essa experiência, me proporcionou tantos aprendizados que são imensuráveis e todos eles, foram responsáveis por modificar a minha vida dentro e fora da universidade. Principalmente pelo empenho coletivo em mostrar, de uma vez por todas, que a academia tem responsabilidade com a vida do povo.

Na especialização, meu objeto foi a relação entre educação popular e a apreensão de direitos na luta pela reparação integral travada pelos atingidos pela mineração em Barra Longa/MG. Esse objeto surgiu em uma das assembleias de base que participei em território em julho de 2018. Neste dia, um advogado popular de outra consultoria questionou os atingidos sobre o conceito de “direito”. Os atingidos, intimidados, ficaram atentos para ouvir a explicação que viria. O advogado, então, acaba por se despir de todo requinte pra dizer: “Direito é como feijão”. Ele continuou dizendo, que o direito possui diversas naturezas, assim como o feijão, e estes, por sua vez, possuem tempos de “cozimento” diferentes. Uns são mais difíceis e demorados que outros, mas uma coisa há em comum: todos cozinham melhor quando colocados sob pressão e a pressão nesse caso da negociação, é a força dos atingidos e atingidas no processo. Foi uma das cenas mais profundas que já vivenciei em toda minha vida.

Como prática político-pedagógica, de olhar para o mundo e para minha prática docente e acadêmica, me inspiro na definição de educação popular para Paulo Freire. Sigo assumindo o compromisso de classe como primordial, em busca de um projeto verdadeiramente popular. Esse desejo advém da necessidade de formarmos sujeitos políticos e cientes de seu lugar na linha de produção da vida e do trabalho, bem como, atores que intervenham na sociedade transformando o mundo e a si mesmo. Esse horizonte é especificamente marxista, pois entende o trabalho como produtor de sujeitos sociais e culturais e precisamos dizer: sozinhos nós não aprendemos a “ser gente”, nem sequer nos humanizamos (CALDART, 2000).

As ciências sociais me demonstraram que é possível ter envolvimento e se engajar em projetos que dão gosto. É só se achegar! Todos eles me ofereceram oportunidades de me ter e me reconhecer enquanto classe trabalhadora em busca de uma outra forma de existência no mundo. A luta política também é travada no campo das ideias e das narrativas e, nem sempre, é necessário se expor a embates com o peito vulnerável. A minha trajetória na academia diz muito sobre a filha da Marcia e do Abel, sobre aquela menina “encrenqueira”. Acho, inclusive, que a transposição dessa energia tem sido constantemente canalizada para o lugar da disputa. Se a peleja contra hegemônica é na quietude, tenho aprendido a disputar do mesmo modo.

Terceiro ato: sobre a essência da felicidade

Acho válido o registro de que cheguei a uma conclusão bastante certa: tudo que me envolve e me lança para perto tem a ver com a tentativa de ser feliz e ver outras pessoas felizes. Sei que o princípio de “felicidade” é uma constante incerta, imprecisa, insegura conceitualmente. Mas entendo que essa busca envolve uma relação mais material que filosófica. É na materialidade, na práxis, na luta por justiça que a felicidade se conforma. Essa convicção me faz perceber que todos os objetos que persigo desde sempre, envolve em certa medida, a conformação de um direito de viver e ser feliz num mundo que é recheado por injustiças sem precedentes.

Para Makarenko, “um verdadeiro estímulo da vida humana é a alegria do amanhã”. E para isso, antes de tudo, “é preciso organizar a própria alegria, fazê-la viver e convertê-la em realidade”, para depois, seguir “transformando insistentemente os tipos mais simples de alegria em tipos mais complexos e humanamente significativos” (LUEDEMANN, 2017).

Parece claro que o autor nos relata que educar um sujeito preenchido pela cidadania, completamente capacitado para atuar em sociedade, é antes de tudo educa-lo para ser uma pessoa que seja obrigatoriamente feliz. E ser feliz, para ele, é ser coletivo, ser um belo registro na história.

Até mesmo o materialismo histórico-dialético marxista nos diz que ser feliz é uma frequente busca na vida. É a construção desse sujeito coletivo, que luta – que se realiza no compartilhamento de demandas e trajetórias – que se tem a superação da “classe em si, ignorante de sua força e de seus interesses, em classe para si, consciente de ambos” (PLASTINO, 2005, p. 28-29). Barbosa (2006) nos diz que

Estudar Marx, assim, é penetrar em um mundo de ideias subversivas, que desafiam a ordem burguesa e permitem vislumbrar uma sociedade liberta da exploração e da opressão da maioria pela minoria, onde a felicidade seja possível para todos os homens, e não apenas para os integrantes de uma determinada classe (BARBOSA, 2006, p. 161, grifo nosso).

A luta dos atingidos pela reparação integral nada mais é que a forma concreta de consolidar uma vida outra que não mais àquela antes de desastres ou àquela atravessada por um crime que parece nunca se encerrar. A indenização pecuniária é uma segunda chance para que as pessoas sejam plenamente felizes noutro lugar, de uma outra forma. Além disso, a luta por uma cidade justa é mais que um ideal, é a vontade de ver comida na mesa e corpo humano repleto de saúde. A felicidade é material e percorre vários princípios da vida que esbarram no sentimento de satisfação e em meu ofício: seja na sociologia ou na educação.

As consequências da onda de rejeitos que atingiu o Rio Doce não foram irrisórias. E, por isso, coube o questionamento sobre quais ações seriam necessárias para compensar, mitigar, reparar e indenizar os atingidos na direção de liquidar toda a tragédia que recaiu sobre a vida dos indivíduos que ali viviam e que não foram vitimados pela perda da vida física. Aos que se foram, a justiça não será capaz de restituí-los, mas aos que ficaram, a satisfação do fazer-valer a justiça é o sentimento que deseja todos nós e pode ser visto a olho nu.

O potencial da luta coletiva demonstra que os caminhos trilhados coletivamente proporcionam a emancipação dos indivíduos como um todo, seja material ou imaterialmente. A partir do exercício duplo da cidadania, que consiste na realização plena dos deveres e o gozo dos direitos, se produz uma nova realidade objetiva na vida de todos os atingidos, lutadores unidos, que a lama não pôde nem poderá fragilizar. Se tornou parte de quem são, do

que buscam e almejam. O que é tudo isso, se não uma esperança por ver chegar o dia da tão sonhada justiça? Pode-se dizer que isso se trata de um pedacinho de felicidade. A lama, as violências estatais e as desigualdades não poderão retirar a bandeira do desejo por ser feliz, nem a minha insistência de pesquisar atuações do povo que almejam ideais materialmente realizáveis e alegres.

Quarto ato: caminhos por onde ando

Dentre todas as disciplinas das Ciências Sociais, algumas me fincaram de um jeito extraordinário. Pensar as relações de gênero na disciplina da professora Moema Guedes, em 2016.2, foi a primeira delas. Logo depois me senti conquistada pela sociologia urbana, com o professor Edson Miagusko em 2017.1, mas irresistivelmente fui tomada pelas disciplinas de Pensamento Social e Político Brasileiro I e II, com os professores Aparecida Abranches e Marco Antônio Perruso, respectivamente. Talvez essa bagunça toda tenha sido fruto de me ver nos objetos: uma mulher da periferia urbana, vivendo sob à ótica das contradições e do conflito, vencendo uma cidade desigual, no interior do Rio de Janeiro, com fortes disputas que validam o século XIX de forma bastante acentuada.

E, essa inquietação me trouxe o objeto monográfico intitulado “O mito empreendedor: relações político-econômicas na ascensão de um império privado em Teresópolis-RJ”, que buscava investigar a relação capital-política na consolidação de um conjunto de empreendimentos econômicos de uma mesma família na cidade. Além disso, buscava analisar discursivamente a campanha eleitoral do prefeito eleito em eleições suplementares, descendente dessa mesma família e, portanto, beneficiário de seus respectivos capitais sociais, culturais, políticos e econômicos. Contudo, com esse objeto, o que busquei no fundo era incomodar a ferida da desigualdade na cidade serrana.

Nesse sentido, me sinto caminhando na corda bamba da interdisciplinaridade, sempre flertando com as demais áreas das humanidades, afim de buscar um diálogo. A sociologia histórica, por exemplo, me ensinou que ela pode atuar interpretando a história a partir de uma visão que abarque processos, sequências e combinações de eventos (MELO, 2014). Ao analisar a cidade de perto, por meio do planejamento urbano, percebe-se que a mesma pode ser lida como uma construção histórica, inacabada e terreno de relações simbólicas, econômicas, políticas e sociais das mais diversas. Ela é forjada e alimentada por seres

humanos articulados, em contínua relação, superando aos ideários simplistas que a relaciona a meros objetos e monumentos de concreto (LEFEBVRE, 2001; BAHN et al, 2020).

Em Teresópolis, RJ, cidade onde moro e o território da minha pesquisa, um dos mais intensos conflitos é pelo direito ao território, tanto para seus usos coletivos na efetivação de projetos como feiras, praças e espaços comunitários, quanto para formalização dos títulos de posse para propriedade aos ocupantes das periferias, inclusive, àqueles que seguem na luta por um teto, desde as enchentes que assolaram a cidade em janeiro de 2011. Além da terra e da moradia, a narrativa sobre a história oficial é disputada e mobiliza muitos agentes pelo reconhecimento da memória de dezenas de milhares de trabalhadores racializados que construíram Teresópolis para “ser cidade”. São páginas que o Estado em sua ponta soterra girando a roda da violência institucional mais um dia. Mais uma vez.

No campo político e das ideias frequentemente se disputam narrativas acerca de panoramas, eventos e decursos para construir sínteses que afinem as lentes capazes de visualizar os processos históricos e sociais. Muitas vezes essa disputa transparece por meio de práticas contestadoras, de enfrentamento direto. Contudo, como já dito, a disputa, muitas vezes, se apresenta no silêncio, na organização calada (mas ainda conflituosa) de espaços antes possuídos por projetos hegemônicos. A chave analítica para pensar um Brasil em disputa, significa falar de economia, sociedade, cultura, política, mas também de memória.

Em meu processo de fazer pesquisa venho alimentando algumas questões que estão constantemente ganhando camadas e vão aprofundando-se: O que deveria uma gestão fazer é necessariamente uma questão normativa? O que torna alguns territórios urbanos violentamente antidemocráticos e excludentes? Como se articulam as opressões de raça, classe e gênero no espaço urbano? Quais são os motores geradores da articulação coletiva? A reivindicação pelo direito à cidade é capaz de mobilizar a construção de identidades coletivas? Como se dão as tensões e as contradições entre o sujeito individual e o coletivo? Como se dá a materialidade da felicidade? É preciso, para isso, reconstituir as condições materiais e simbólicas que forjaram as cidades para serem espaços de produção da morte, para então produzir uma nova tipologia do que é ser urbano: as cidades podem ser territórios de vida?

Quinto ato: conclusões e projeções de pra onde ir

Refazer meus passos acadêmicos tem sido um convite que aceitei, mas cabe trocar os sapatos, as lentes, as roupas e abraçar novas possibilidades pelo caminho. A descolonização ainda não é um evento do passado, nem mesmo entre os intelectuais comprometidos, mas um projeto em construção e em constante reconfiguração (MALDONADO-TORRES, 2016). É preciso promover compromisso com a decolonialidade e com a escuta atenta ao que diz os subalternos (VAINER, 2019). Caminhar na trincheira da decolonialidade significa reordenar, reincorporar e remanejar o modo como se lê, escreve e interpreta a vida social como um todo. E mais! E quando “nós pesquisamos nós”? (BARTH, 2000). É preciso ouvir e fazer-se voz.

A sociologia exige um esforço intelectual e analítico, mas também é uma ciência com potencial político (DWYER; BARBOSA; BRAGA, 2013, p. 177). Ser sociólogo não significa autodenominar-se como um bloco neutro de captação de dados objetivos, mas significa possuir identidade enquanto “sujeito inscrito em um tempo e espaço”, com seu lugar de fala implícito (BANA, 2003; BARREIRA, 2013). Por isso, tudo que desenvolvi até então, mesmo que não tenha havido uma pretensão claramente definida desde lá, conectou-se comigo mesma como pessoa e pesquisadora, em minha mais profunda subjetividade.

Além disso, destaco a insistência na palavra “justiça” neste memorial e me lembro logo do questionamento de Barbosa de Almeida (2015, p. 273). Em temas sensíveis ao pesquisador-sujeito: “como a injustiça afeta o cientista social? (...) O que se exige do sociólogo nesses casos?”. Abdicar-se da plenitude frente ao objeto é uma possibilidade. O conhecimento científico envolve criatividade, esforço e envolvimento para a produção de teorias que leem o mundo. Pois, por mais objetivo seja a realidade, “é claro, porém, que ‘o mundo’ aqui não é um objeto percebido – as pessoas é o que são. (...) ver dançarinos é tarefa do pesquisador” (STRATHERN, 2014, p. 404).

Faço uma pequena advertência. Alguns compromissos são firmados no caminhar e a dureza de penetrar e permanecer num território acadêmico, sendo da classe popular, não torna a experiência, necessariamente, um campo de batalha constante. Pois, a academia pode ser doce em contrapartida. Lá no fim da graduação em Ciências Sociais na UFRRJ, pude realizar o desejo de externalizar em palavras no corpo dos agradecimentos da monografia um sentimento que é transbordante em mim: a gratidão. Foi possível perseguir afeto na universidade em todos os espaços que adentrei, permaneci, afugentei, indaguei, fui e pude

voltar. E, agora, nesta dissertação, retomo a possibilidade de agradecer diante dos desgostos da vida, que muitas vezes amargam. Mas seguimos firmes e juntos de quem nos ama.

Em meio à pandemia, fui convocada no concurso público dessa mesma cidade que sempre me mobilizou: Teresópolis-RJ. Atuo nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, em turmas, hoje, de 3º e 5º anos. Além disso, sou professora de Sociologia e Prática em Ciências Humanas e Sociais de uma escola privada do município. Esta última disciplina, herança da Reforma do Ensino Médio, que cria um currículo em que se pode optar entre o saber pouco e o saber menos ainda. O projeto de desmonte educacional segue em curso, bem como, a precarização vigente. Mas no meio do mar de angústias de quem é responsável pela regência de uma ou mais turmas, nos resta outro mar de esperanças e potencialidades. A educação é apaixonante, sou grata por esse retorno. Esse novo desafio, certamente, tem sido responsável por trazer outros novos e me sinto aberta a finalizar este mestrado mantendo viva a busca de tudo isto que mobilizou minha escrita: coragem, política e felicidade. Existirão espaços para os tropeços, conflitos e contradições nesta nova etapa, inclusive, nesses caminhos e projeções que tracei no texto. Seguirei na carreira rumo às descobertas.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as disputas urbanas em torno do planejamento urbano da cidade de Teresópolis-RJ. Como epicentro da análise, encontra-se o terreno da desativada fábrica têxtil Sudamtex – empresa ré no Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), por ter provocado uma série de impactos socioambientais no centro urbano da cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro.

Apresenta-se o contexto em que se inserem tais disputas, refletindo a respeito das narrativas e projetos de desenvolvimento urbano das cidades. A partir de tal objeto, a pesquisa reflete sobre as estratégias de mercantilização das cidades médias², ao analisar os projetos urbanísticos do capital, hegemonicamente apoiados pelo poder público. Além disso, aborda os potenciais projetos contestadores, que refletem as cidades a partir de seus usos coletivos e de seu valor de uso e não de troca.

No primeiro capítulo, abordamos a cidade do capital e a financeirização dos projetos urbanos em prol das elites locais e globais. Além disso, analisa-se brevemente os desdobramentos do liberalismo em solo brasileiro e o resultado das combinações entre uma ideia “modernizante” em uma estrutura considerada “arcaica”. Essa discussão será central nesta seção, abordando, inclusive, breves considerações sobre as relações do mercado e do Estado no Brasil, visto que, embora sejam classificados como opostos em suas atuações, a literatura demonstra que existem mais proximidades do que distâncias propriamente ditas.

No segundo capítulo, busca-se o resgate do projeto do capital para a cidade de Teresópolis, compreendendo tais ações como estratégias de uma conjuntura muito mais ampla. Neste sentido, resgata-se um fenômeno que é nacional e que remete a um período histórico específico do Brasil: a Primeira República, conhecida como República Velha, período de transição entre os interesses de uma realeza em declínio e os “novos” donos do

² Segundo Andresa Silva (2013, p. 1) existe uma problemática central na definição de “cidade média”, devido à heterogeneidade das realidades e também, pela “temporalidade dos fenômenos econômico-sociais cujas constantes mudanças condicionam o enquadramento dos territórios não metropolitanos”. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cidades médias são as cidades que possuem de 100 a 500 mil habitantes. Em contraponto, Sposito (2009, p. 13-14) diz que é necessário “[...] empreender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de pequenas e médias, cidades pequenas e cidades médias, uma vez que não são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas”. Em geral, na classificação, o que se percebe é que “as cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação em suas redes urbanas, diferenciando-as de cidades de ‘porte médio’, que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função de seu tamanho demográfico” (SPOSITO, 2010 *apud* SILVA, 2013).

poder que surgiam na arena política. A primeira seção irá contextualizar a história moderna da cidade, dentro do período histórico para que seja possível compreender o fenômeno complexo do coronelismo, central para sustentar as relações sociais, econômicas e políticas existentes na cidade-projeto. Este capítulo é fruto dos acúmulos da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão do curso em Ciências Sociais, objeto no qual me debrucei desde meados de 2018 a 2019.

No terceiro capítulo, buscaremos apresentar o projeto do capital na cidade de Teresópolis, apresentando os conflitos em torno do terreno em disputa, bem como, o perfil do empresariado e do poder público local. Convém revelar, nesta seção, que estas disputas se configuram como estratégias comuns em cidades grandes do urbanismo capitalista. Agora, como foco desta pesquisa, apresentam-se as estratégias predadoras que se aproximam das cidades médias.

No quarto e último capítulo, apresentamos potenciais projetos contestadores, apresentando-os conforme suas pautas e também suas contradições. Resgatamos um movimento histórico na cidade chamado “Nossa Teresópolis”, apropriando-se de fontes disponíveis e de uma entrevista, uma preciosa entrevista. Além disso, apresentamos o debate acerca do atual movimento social Planeja Terê e suas articulações recentes.

De início, alguns dados gerais sobre a cidade em questão: Teresópolis é um município brasileiro localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, na região da Serra Fluminense. A cidade está situada a cerca de 94,3 km a norte da cidade do Rio de Janeiro. Ocupa uma área aproximada de 770 km², sendo aproximadamente 64 km² em área urbana, contendo dois outros distritos majoritariamente rurais. A população registrada, segundo último censo de 2022, é de 165.123 habitantes. Como indicadores, apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município que se encontra na categoria “alto”, com 0,730. Segundo o IBGE (2018), o PIB per capita municipal gira em torno de R\$ 28.503,62.

Apesar de ser compreendida como uma cidade turística muito prestigiada, existem uma série de contradições que a conformam. Em Teresópolis, RJ, existem 23 localidades classificadas oficialmente como “aglomerados subnormais”³. Estes locais se tratam, na verdade, de regiões ocupadas pela classe trabalhadora mais fragilizada da cidade, habitadas

³ Segundo o IBGE (2019), aglomerado subnormal “é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação”. Tem havido discussões para trocar esta nomenclatura para “favela”.

por mais de 40 mil pessoas que residem com as suas famílias nestes locais. Em termos percentuais, estima-se que este contingente represente em torno de 25% sobre o total, se tornando, assim, o segundo município mais favelizado do estado, ficando à frente inclusive, da capital, comumente lida como a cidade da desigualdade visível. Esse retrato evidencia que um quarto da população não vive em moradias seguras, com condições adequadas de acesso à água e/ou saneamento.

A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial”, anuncia Maricato (2013). Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, pois remonta uma considerável semelhança com as formas urbanas pré-modernas. E este projeto de cidade é muito disfuncional para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para ampliação da cidadania (MARICATO, 2013, p. 123).

Uma das grandes motivações que levaram a este objeto é a evidência desta contradição velada. Refletir sobre os usos nada equânimes dos recursos da cidade, corroboram para a conformação de pesquisas que relacionem a teoria com a realidade empírica. Foi decisivo replicar uma das questões provocadas por Ananya Roy (2015) em sua pesquisa sobre Calcutá: lugares como Teresópolis, cidade interiorana do estado do Rio de Janeiro, podem gerar teoria urbana? Seria possível dar um significado mais robusto às discussões acerca das táticas e estratégias do capital na vida dos sujeitos das cidades interioranas?

Para pensar essas questões, a dissertação aborda os projetos antagônicos (ou divergentes) existentes para um mesmo terreno. Existe um acordo que está sendo arbitrado, ainda não concluído, com uma série de camadas, que busca providenciar um novo destino para um pedaço importante do centro urbano de Teresópolis. Antes dos termos da “propriedade” burguesa, discute-se o valor social daquele espaço. Em troca de uma multa milionária pelos danos ambientais causados, se propõe um acordo de perdão (ou pagamento) de dívida, que negocia uma parte do terreno onde funcionava a fábrica até meados de 2006. O grande conflito se encontra na destinação do espaço e nos termos da negociação, além disso, também se contesta o que se espera da parte que não será cedida. Tal acordo, reflete uma série de questões como: o crime ambiental pode servir como balcão de oportunidades? Se sim, como tem ocorrido?

A pesquisa se ancora em métodos qualitativos, mas também, usufrui das potencialidades dos dados estatísticos para auxiliar no processo de compreensão da vida social, tornando-a mais representativa (CANO, 2004; MINAYO, 1996). Pretendeu-se, no decorrer da pesquisa, apresentar um preliminar debate teórico no campo do urbanismo marxista para que sirva de balizador das análises que são realizadas. Com isso, estima-se que a partir de um objeto de estudo empírico, em uma região interiorana e mais destoadada da lógica metropolitana, se acrescente ao campo de uma forma relevante.

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) serviu como suporte para compreensão do perfil populacional da cidade de Teresópolis, bem como, as condições de vida infra estruturais mais amplas, demonstrando as carências de projetos urbanísticos para as classes populares. Buscamos compreender por meio dos indicadores, sobre qual cidade falávamos e, por isso, quais as pautas que os grupos se ancoraram. Além disso, foi realizado um acompanhamento sistematizado das sessões da Câmara Municipal de Teresópolis, observando os andamentos das oitivas e das audiências públicas. Para adentrar à dimensão subjetiva, buscamos acompanhar as narrativas dos ativistas dos coletivos “Planeja Terê”⁴ e “Nossa Teresópolis”⁵. Este último, buscamos entrevistar uma fonte crucial para a pesquisa, que resultou em uma experiência etnográfica a quem acreditava estar fazendo pesquisa sociológica.

Aliado a estes dois métodos, a análise cuidadosa dos documentos e arquivos oficiais, divulgados pelo *site* e pelo Diário Oficial da cidade foram extremamente relevantes para compreender os processos que se desenhavam. Ademais, a mídia local também foi crucial para publicização dos eventos aqui narrados. Com isso, foi possível analisar os desdobramentos mais recentes, recuperando a participação das entidades e dos agentes governamentais no processo de negociação, desde o momento da identificação das irregularidades da empresa ré até a consolidação dos acordos, compreendendo que a vida real e vivida requer contradições e entraves que não acompanha, imediatamente, o tempo da pesquisa. Acompanhar o poder institucional, bem como, o poder que ecoa do povo permite uma análise completa, porque é possível ver o poder em processo de distribuição e redistribuição (SOUZA, 1984).

⁴ Grupo de membros da sociedade civil, de formação acadêmica diversa, reunidos em prol da luta por uma Teresópolis mais sustentável, equilibrada e diversa. O grupo se insere em múltiplos campos, principalmente no ramo do planejamento urbano, meio ambiente e sustentabilidade.

⁵ Grupo de membros da sociedade civil, ativistas pelo meio ambiente equilibrado em Teresópolis.

A análise acerca das políticas públicas permite visualizar o que os governos fazem e em nome de quais projetos fazem. Visto que, estas políticas não acontecem no vácuo, são atravessadas por uma história e uma conjuntura. São frutos de pensamento e ação, teoria e prática, construídas também pelos grupos de pressão, que atuam sobre os decisores, levando determinados assuntos à esfera pública, provocando tensões e conquistando legitimidade (PEDONE, 1986). Estas decisões normalmente são atravessadas por “um longo caminho de confrontação e negociação entre grupos, num sistema organizado, modificado, controlado e arbitrado pelo Estado” (MULLER, 1983 *apud* PEDONE, 1986).

As tramas sociais existentes no cerne do planejamento urbano demonstram que a cidade não se resume a um território geográfico onde se fixa e constrói “coisas”, mas se trata de um espaço simbólico de relações sociais complexas, norteados por interesses antagônicos em disputas constantes. As cidades são produzidas e reproduzidas pela força de trabalho alienado, em que se produz uma desigualdade de acesso aos frutos gerados por este trabalho, concentrando a mais valia na mão de poucos. Propõe-se observar a cidade “como tela de referência teórica e empírica: um imenso laboratório de práticas sociais que inspirou o saber sociológico desde seus primórdios” (BARREIRA, 2013, p. 288).

Além das empresas e indústrias, como a própria Sudamtex, se tem o poder público atuando no processo de negociação junto a sociedade civil organizada. Nesse sentido, reflete-se, também, gestões posicionadas, dotadas de ideologias próprias, emergindo para oferecer as bençãos ou as costas ao poder privado nas cidades. E, nesse sentido, cabe pensar que o Estado não é monolítico, isto é, não é construído exclusivamente a partir de negociações entre engratados ou estritamente pelo poder institucional em sua ponta, mas é constituído de gente e de muitas mãos, lutas e atores sociais que travam disputas internas.

É possível ver os conflitos sociais no capitalismo – mesmo que o Estado burguês, em sua ponta, atue operando sob às normas do mercado – pois estes, são pulsantes e emergem a partir da contestação de grupos organizados em prol de uma ou mais demandas e denúncias. O Estado capitalista “desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço” e, “desta multiplicidade do fato de um Estado constituir uma arena diferentes interesses e conflitos enfrentam (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 45). Buscamos nos atentar às disputas em suas particularidades.

Diante das condições desiguais do sistema, no que tange o acesso à moradia, propriedade, segurança, saúde, educação; inclusive o direito sobre a vida e a morte, diversos

setores experimentam pleitear por melhores condições de vida nas cidades. Inclusive, alarmando sobre os ponteiros racial ou patriarcalmente determinados, violando, de forma mais acentuada, a trajetória de mulheres, negros e pobres dentro dos territórios urbanos.

Por isso, a dissertação analisa o poder estatal não como uma entidade que paira sobre os indivíduos, nem mesmo como um construto acabado, em que se realiza exclusivamente por meio de contratos, pelo contrário, analisa-se os sujeitos que penetram o Estado, consolidando estratégias para a conformação dos direitos, por meio das mais frequentes disputas. O Estado não está distante, mas presente nos objetos tangíveis da cidade, bem como, introjetado nos sujeitos que corporalizam suas normas e condutas (FOUCAULT, 2008).

Todas as ações governamentais almejam atingir determinados objetivos. Nem sempre apresentados de forma explícita, contudo, é possível analisar a partir de um arranjo de decisões a quem se destina as escolhas de gestão e também o que fazem e em nome de quais projetos fazem. Na formulação e implementação de políticas públicas de planejamento urbano, é possível avaliar as decisões quanto à aplicação (ou a falta dela) de investimentos econômicos e políticos que contemplem projetos populares, bem como, que abarquem transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo e segurança para a população como todo, em especial, aos mais vulneráveis (MARICATO, 2013).

A cidade por mais concreta que seja, sua composição não é apenas a parte imóvel, material, cristal, ela também é representada pelo movimento dos agentes que nela vivem. No entanto, por vezes é entendida pelo olhar burguês daqueles que a construíam, ou melhor, assinaram termos, decretos, leis que a projetaram para ser: ser cidade. Por outras vezes, é possível reordenar seus caminhos, para trajetos mais humanos e popularmente construídos. A partir disso, de forma a compreender a cidade a partir de um olhar interiorano, a pesquisa busca compreender a cidade, como produção diária, feita por seres humanos articulados, relacionais, que muito ultrapassam a uma mera produção de objetos e monumentos (LEFÈBVRE, 2001).

A narrativa hegemônica está ancorada na reprodução do ideário dos que comandam e dos que são supostamente os “comandados” – que estão de fora de todo processo de “fazer ser” cidade. Questionar essa narrativa significa desnaturalizar a desigualdade da distribuição dos recursos e, portanto, do direito ao aproveitamento pleno da cidade, compreendendo

também que existem atores que provocam, tensionam e desafiam essa estrutura social dentro de seus espaços simbólicos de atuação.

Os marginalizados, dotados de micropoderes, estabelecem organizações coletivas para atuarem por meio de ações em conjunto que desafiam a capacidade criativa e tortuosa da reprodução de desigualdades, produzindo políticas que reduzem tais desigualdades. Para Jiménez (2013, p. 644), “somos la ciudad que vivimos, somos la carne ceñida por cemento y simultáneamente la piel que envuelve las cosas de la urbe”, em que “nuestro ser social transcurre unido al de la ciudad, dicho de otro modo, el estar en la ciudad es nuestro ser social, simultáneamente el ser de la ciudad está en nosotros”.

Os movimentos sociais, em forma de ações coletivas, estão em constante negociação com a força estatal (BAVISKAR, 2001), administrando uma “criatividade das margens” (DAS; POOLE, 2008), buscando atingir aos interesses e as demandas de determinados grupos sociais, bem como o direito pelos seus territórios, em uma correlação de forças entre os sujeitos propriamente desigual (ROCHA; MAGALHÃES; CABRAL, 2016).

Sujeito pode ser definido como “aquele que faz, que pratica ações e também que é titular de direitos” (PLASTINO, 2005, p. 17). Para tal, sujeitos articulados, mesmo no espaço urbano, não falam a partir de entidades isoladas, com desejos próprios e distantes da vontade geral, mas evocam o sentido de que “pensar a si é também pensar seu coletivo” (EVARISTO, 2006, p. 622). Pensar na noção de sujeito, cabe compreender que se trata de um desejo por percorrer sínteses que articulem indivíduo e sociedade de modo menos determinista (AQUINO, 2017). As margens quando articuladas produzem construtos que penetram e se chocam com o Estado em busca de outros possíveis.

A superação da vontade individual em detrimento da vontade coletiva pode se tratar de uma realização contra hegemônica e anticapitalista. Afinal, é na razão capitalista que se realiza os sujeitos destoados da vida social e de sua respectiva coletividade. Portanto, é a construção desse sujeito coletivo – que se realiza no compartilhamento de demandas e trajetórias – que se tem a superação “do proletariado de classe em si, ignorante de sua força e de seus interesses, em classe para si, consciente de ambos” (PLASTINO, 2005, p. 28-29).

Cabe ressaltar, inclusive, que a quando se trata de unidade, existem elementos da vida social que sobressaem o campo da economia, pertencendo ao mundo dos “afetos, crenças e sentimentos” (PLASTINO, 2005, p. 31). Sujeitos articulados produzem formas de organização que perpassam outros elementos da vida para além da posição na linha de

produção, constituindo-se como sujeitos sociais coletivos específicos. E estas relações são construídas recorrentemente e estão “em processo, isto é: elas se fazem e desfazem, se constroem, se destroem, se reconstroem” (WAIZBORT, 1999, p. 92 apud CORTES; LIMA, 2012, p. 39).

O que se tem enquanto possibilidade analítica é pensar que existem interesses individuais agregados que se caracterizam enquanto motores de ações coletivas transformadoras (OLSON, 1965 apud SOUZA, 2006). Nesse sentido, é um desafio metodológico pensar o sujeito, até mesmo o coletivo, não enquanto dotado de linearidade, constituído por séries ininterruptas e de acontecimentos encadeados sem vírgulas, “mas de redes e estruturas objetivas que o constituem”, porque o real é descontínuo (BOURDIEU, 2006). Pensar na articulação de sujeitos em sociedade, com o objetivo de compreender as sínteses do local da individualidade e da coletividade, significa compreender que é preciso estabelecer diretrizes e caminhos para um trabalho potente e dialógico (JAIME JR., 2003, p. 451-454).

A cidade não é “um coletivo de vivências homogêneas” e neste sentido, “o que faz com que surja uma memória grupal social, referida algum lugar, é um fato de que aquele grupo classe social estabeleceu ali relações sociais”. Podendo ser relações de “dominação, de cooperação e conflito, e variam tanto no tempo como no espaço”, de alguma forma “inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 28).

A produção do espaço, seja da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supra orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 43).

Repliquei, em minha própria inquietação, o questionamento dos autores: Quem são os agentes sociais da produção do espaço? (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 44). Não encontrei todas as respostas, sequer encontrei todas as perguntas. Mas busquei mapear os conflitos sociais, de gente que produz o espaço urbano cotidianamente. Por isso, foi preciso refletir: as táticas de mercantilização das cidades mudam de acordo com os territórios no qual penetram ou a padronização global urbanista deu conta de apagar as marcas de cada território

em vista? Como hipótese, segui o rumo de pensar que haviam elementos similares que acompanhavam as atuais tendências, mas foi inoportuno pensar que as dinâmicas não carregavam algo de próprio e singular. A cidade de Teresópolis costuma ser visto como o lugar do refúgio dos circulantes das grandes cidades, onde descansam as elites com o tardar da vida. E, para tal, pensei: o que esta cidade tem a oferecer enquanto mercadoria do capital?

CAPÍTULO 1: ESTADO, MERCADO E O URBANISMO CAPITALISTA

À luz do debate

O capitalismo, enquanto sistema econômico, precisa de territorialidade para se desenvolver. Nas cidades, o sistema se reproduz em cenários urbanos, mas não somente, ele também constrói uma urbanização compatível para assentar a reprodução do capital. Esta questão coloca em órbita a participação do elemento “trabalho” e “reprodução social” no centro de toda discussão. Esta ideia é amplamente difundida pelos teóricos do marxismo urbano e pretende-se, neste capítulo, apresentar este debate para fundamentar a discussão acerca das cidades e da mercantilização dos espaços urbanos.

O debate acerca do “trabalho” no interior das cidades não corresponde com o objeto desta pesquisa em si, mas observa-se que há uma margem que tangencia tudo que aqui se escreve: a cidade capitalista produz conflitos que recaem sobre os trabalhadores. E esses conflitos, circundam as disputas pelo espaço urbano e seus recursos. E, não obstante, a cidade do capital é promotora de uma urbanização que acolhe os grandes empreendimentos e as dinâmicas de reprodução do capital, sem laços ou compromissos com o fator simbólico dos territórios. Neste caso, a literatura acerca do planejamento urbano comumente se debruça sobre os grandes empreendimentos nas grandes metrópoles. E, neste caso, abordaremos este debate para jogar luz para outro mais adiante: quais os desafios existentes para as cidades médias?

Além disso, buscamos analisar o Estado brasileiro com suas relações e interconexões com o mercado. Este é um debate recheado de elementos que, ao longo da história moderna capitalista, serviu para observar os processos de acumulação de capital das grandes elites. O Estado, como entidade governamental, e o mercado, como o conjunto de transações comerciais e econômicas, desempenham papéis, em tese, distintos, na organização da sociedade. Mas existem conexões muito mais estreitas do que, superficialmente, se pensa.

Dentre os setores mais progressistas, mas ainda com ideais liberalizantes, defende-se a ideia de que o Estado e o mercado podem trabalhar em conjunto para promover o bem-estar da sociedade. E, inclusive, acrescentam a percepção da fluidez quase inequívoca do mercado, que quando funcionando adequadamente, incentiva a concorrência, impulsiona a inovação e gera crescimento econômico. Por sua vez, o Estado teria como responsabilidade a regulação

do mercado, protegendo os direitos dos cidadãos, garantindo a igualdade de oportunidades e fornecendo serviços públicos essenciais.

No entanto, na prática, a relação entre Estado e mercado se apresenta de forma desequilibrada, de modo que é favorável aos interesses das elites. O neoliberalismo, por exemplo, propagou a ideia de que a intervenção estatal na economia deve ser minimizada em favor de uma maior liberalização e desregulamentação do mercado. Essa abordagem resultou em um aumento da desigualdade econômica, concentração de riqueza nas mãos de poucos e a diminuição da capacidade do Estado em prover serviços públicos de qualidade.

Além disso, a relação entre Estado e mercado pode levar à execução de *lobbies* que frequentemente obtém vantagens competitivas, isenções fiscais e regulamentações favoráveis, prejudicando a “concorrência justa”. Outro ponto crítico é a falta de responsabilidade social por parte das empresas. Quando o mercado opera livremente, recorrentemente observamos o lucro acima dos interesses sociais e ambientais, resultando em episódios recorrentes que levam à degradação ambiental e exploração da força de trabalho, por exemplo. Com isso, pretende-se neste capítulo, explorar alguns destes pontos para balizar e ancorar a discussão que percorrerá toda a dissertação.

O urbano no sistema capitalista

Guilherme Marques (2005) desenvolveu sua dissertação acerca do processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro, refletindo sobre o assalariamento dos trabalhadores e a reprodução da força de trabalho nas cidades. O autor analisou os jornais de seis entidades sindicais cariocas, publicados no período de sete anos, para observar os temas urbanos abordados pelos sindicatos, no que tange habitação, transportes, equipamentos, serviços urbanos, usos e ocupações do solo. Em sua tese, Marques (2005) defende que o movimento sindical, isto é, o movimento dos trabalhadores participa das disputas e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro.

A primeira referência marxista de análise sobre as cidades industriais, apresentado por Marques (2005), partiu da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, a partir dos primeiros

escritos de Friedrich Engels e Karl Marx. Inclusive, em sua obra clássica de 1845⁶, Engels diz que

Há 60 ou 80 anos a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, uma indústria pouco importante e elementar, uma população rural dispersa, mas relativamente importante. Agora é um país ímpar, com uma capital de dois milhões e meio de habitantes, colossais cidades industriais, uma indústria que alimenta o mundo inteiro e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais completas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, da qual 2/3 trabalha na indústria, e composta por classes completamente diferentes das de outrora (ENGELS, 1975, p. 47 *apud* MARQUES, 2005).

Essa é a história da classe trabalhadora que perdurou todo o processo de desenvolvimento e expansão capitalista que se aprofundou no século XX. Marques (2005) se ancorou em clássicos historiadores como Eric Hobsbawn para introduzir, o que no fronte de análise marxista já se consolidou: a história de todas as sociedades é a história da luta de classes.

As relações capitalistas de produção, em conjunto com o desenvolvimento industrial do mundo, transformaram as relações estabelecidas até então. Com isso, a “urbanização capitalista construiu e reconstruiu cidades” (MARQUES, 2005, p. 8). Isso não significa dizer que as cidades sempre foram iguais, estaticamente congeladas no tempo e desprovidas de historicidade dentro de suas próprias dinâmicas, mas, intui-nos a dizer que as relações de produção forjaram cidades ao seu molde, modeláveis conforme seus próprios modelos e estéticas. A estética esqualida e pálida de uma cidade industrial.

Nas cidades são produzidas as mercadorias de mais alto patente dentro do sistema econômico capitalista. É nela a conformação da produção capitalista em maior escala, em que o motor é o lucro (MARQUES, 2005). Entretanto, convém adicionar a ideia de que o maior combustível gerador de riquezas advém da extração da mais-valia, isto é, por meio da exploração da mão de obra trabalhadora, única capaz de gerar riqueza (MARX, 2011).

O desenvolvimento capitalista leva à urbanização capitalista, que não somente àquele se adapta como também o impulsiona. As mudanças nos “costumes e nas condições de vida”, a criação de novas necessidades e a expansão das relações de troca, com a diminuição da economia de autossubsistência, criam condições para a expansão do capitalismo. A concentração populacional, a

⁶ A obra citada se chama “A situação da classe trabalhadora em Inglaterra” do ano de 1845. Originalmente foi escrito em alemão e é um estudo aprofundado sobre as condições de vida dos trabalhadores na Inglaterra vitoriana.

expansão dos mercados e a competição capitalista levam à concentração industrial e comercial, ou seja, à concentração do capital. A concorrência com o grande capital leva à extinção de grande parte da pequena burguesia. É certo que uma parte dos pequenos burgueses ascende e se torna burguês, mas a imensa maioria é transformada em proletário (MARQUES, 2005, p. 10).

Desta forma, nas cidades habitam novas formas de contradições oriundas da relação conflituosa entre o capital e os trabalhadores que ali se concentram. Marques (2005) cita Engels para formular a categoria de superexploração por intermédio das grandes cidades:

Já indicamos que a indústria centraliza a produção nas mãos de um pequeno número de pessoas. Exige enormes capitais por meio dos quais constrói gigantescos estabelecimentos (...). Mas a tendência centralizadora da indústria não fica por aí. A população fica tão centralizada quanto o capital (...). Quanto maior for a cidade maiores são as vantagens da aglomeração (ENGELS, 1975, p. 52-53 *apud* MARQUES, 2005).

Os trabalhadores se reproduzem nas cidades, por meio das diversas condições, cada qual conforme determinadas circunstâncias. Nesse sentido, Marques (2005) diz:

Percebe-se, então, como a urbanização capitalista molda a vida na cidade de forma a reproduzir (com as devidas mediações) as desigualdades do mundo do trabalho nas suas formas ecológicas. Por isso, mesmo entre os trabalhadores há aqueles mais bem remunerados, que moram em casas, há aqueles que moram nos alojamentos dos pátios e vielas, nos porões, e até aqueles que “todos os dias levantam-se sem saberem onde repousarão a cabeça na noite seguinte” (MARQUES, 2005, p. 11).

A disposição dos espaços é marcada por profundas desigualdades. Aos trabalhadores, nas cidades, restam os “aglomerados subnormais”, enquanto a burguesia se organiza ocupando espaços mais bem prestigiados, com acesso a todos os recursos necessários para a vida confortável, repletos de “pleno ar puro do campo, em habitações esplêndidas e confortáveis” (ENGELS, 1975, p. 80 *apud* MARQUES, 2005, p. 11).

Reproduzir a vida material nas cidades fundamenta outras práticas de luta. Lutas essas que caminham em direção à dignidade, trazendo questões ligadas ao bem-estar, mas também ao consumo (MARQUES, 2005). Os trabalhadores almejam vida digna nos espaços urbanos, em que “além do espaço enquanto condição básica de vida, estamos preocupados aqui com a habitação, o transporte (...), o lazer, os equipamentos e todo um conjunto de recursos que contribui para a totalidade do ambiente de vida do trabalhador” (HARVEY, 1982, p. 9 *apud*

MARQUES, 2005). A luta dos trabalhadores dentro dos espaços urbanos se apresenta de múltiplas formas e será destacado com mais detalhamento no último capítulo deste trabalho.

Ademais, o que se observa é que há uma intencionalidade no processo de alienação capitalista que é separar o local de trabalho e o local de reprodução da vida social (o consumo). Marques (2005) defende que o local onde se trabalha é o local onde se vive, por isso, ambas as dimensões se afetam mutuamente. Ou seja, há um custo para se viver nas cidades (reprodução), na mesma dimensão que se ampliam ou dificultam as possibilidades para gerir o trabalho. Chegar ao trabalho, se alimentar, vestir e morar são afetados pelos territórios. Os conflitos se intensificam na medida em que ancoram nas disputas em torno da propriedade privada.

A luta na qual o trabalho se compromete em seu ambiente de vida, contra a apropriação da renda, é uma luta contra o poder monopolístico da propriedade privada (...) Por essa razão a classe capitalista como um todo não pode se permitir ignorá-la. Essa classe precisa manter como sacrossanto o princípio da propriedade privada (HARVEY, 1982, p. 12-13 *apud* MARQUES, 2005).

Astutamente o capitalismo também se configura para a intensificação das disputas em torno das cidades e dos projetos urbanísticos. A alienação produz o individualismo competitivo que afasta os trabalhadores na não-cidade, corroborando para a construção de uma cidade conforme seus próprios moldes. É nas relações sociais, aliadas ao mercado, que se conduz os trabalhadores à miséria em detrimento ao bem viver da burguesia.

A análise marxista do urbano foi desenvolvida, de forma sistemática, a partir dos anos 1960 (MARQUES, 2005). Castells analisa o espaço como um produto material fruto de uma formação social específica e por isso, o espaço deve ser compreendido a partir de uma dialética materialista da vida social. Além deste, Lefebvre buscou romper com a constituição evolucionista acerca da cidade, deixando de lado a percepção hegemônica da cidade como um organismo que se conforma em si mesmo.

Lefebvre e Castells são autores pioneiros para a desconstrução e ruptura da sociologia urbana francesa, pois suas ideias foram “demolidoras” e produziram grandes repercussões a partir do momento de suas publicações (MARQUES, 2005). A partir dos anos de 1970, a elaboração de uma teoria urbana já foi fortemente impactada por suas perspectivas.

Castells, como Lefebvre, também “abre fogo” contra essas visões: “a ideologia urbana é esta ideologia específica que apreende os modos e formas de organização social enquanto características de uma fase de evolução da

sociedade, estritamente ligada às condições técnicas naturais”. Para ele, “esta ideologia fundamentou amplamente a possibilidade de uma ‘ciência do urbano’” (MARQUES, 2005, p. 27).

Castells compreendia a ideia de “sociedade urbana” e “cultura urbana” constituídas por Park, o fundador da escola de Chicago, como ideias mitológicas, pois entendia que esta perspectiva consolidava, primeiro, uma falsa perspectiva de oposição da “sociedade urbana” e da “sociedade rural” e, também, de uma concepção “culturalista” das cidades, a partir de uma produção da cultura pela natureza. Desta forma, o autor defendia que isto acabava por reproduzir a ideologia burguesa, etnocêntrica e “moderna” do capitalismo liberal. Por isso, a solução do problema seria observar “o lugar e as leis de articulação” do espaço dentro de um conjunto mais amplo da estrutura social (MARQUES, 2005).

O espaço para Castells, como o tempo, “é uma conjuntura, isto é a articulação de práticas históricas concretas” e desta maneira “as unidades espaciais não têm sentido fora do corte da estrutura social”. Assim ele parte para tentar entender “o que significa uma divisão do espaço, sob o domínio do modo de produção capitalista, em termos de divisão econômica”. Para tal, decompõe o processo de produção capitalista nos seus diversos elementos (força de trabalho e reprodução da força de trabalho, meios de produção e reprodução dos meios de produção, gestão do processo de trabalho e circulação do capital) (MARQUES, 2005, p. 28).

Influenciado pela produção de Castells e Lefebvre, Topalov consolidou uma nova sociologia urbana francesa. Marques (2005) organiza essas análises em duas grandes rupturas, entre elas: a) a cidade deve ser lida pelo resultado dos processos da urbanização capitalista e não somente como uma realidade dada distante do sistema econômico em questão; b) o papel do Estado é de amparo e realização dos desejos da classe dominante. A cidade passa a ser analisada pelo autor como “uma forma desenvolvida de cooperação entre unidades de produção”, em que se constitui uma forma de viver e como viver dentro dos espaços urbanos (TOPALOV, 1978 *apud* MARQUES, 2005).

A globalização capitalista dentro dos cenários urbanos

Segundo a crítica sobre o capitalismo globalizado apresentado por David Harvey e Ellen Wood, o centro do capitalismo necessita da exploração da periferia do sistema para continuar se reproduzindo. Aplicando esta lógica dentro dos centros urbanos, podemos

apontar para inúmeras estratégias que na ausência de novos campos predatórios no centro, buscam nas cidades do entorno para se reproduzirem. E em cada território a dinâmica se constrói de forma diferenciada, adequando-se ao tempo e espaço.

Nesta direção, o urbanismo e seus debates se assentam estrategicamente. Segundo Luis Régis Coli, professor e pesquisador vinculado ao IPPUR/UFRJ, a circulação de ideias, modelos, teorias e práticas sobre os modelos de cidade se consolidaram como prática recorrente da história do urbanismo e do planejamento urbano, de forma hegemônica, desde os anos de 1990. A intensificação das relações econômicas internacionais produzidas pelo avanço da globalização neoliberal, período inaugurado pós-guerra fria, forjaram novas formas de intercâmbio informacional jamais antes visto (COLI, 2019).

Em conjunto com a velocidade da difusão destes temas, instaurou-se um profundo interesse a respeito desta questão, multiplicando os estudos que se concentravam na área da ciência política, das relações internacionais e da análise de políticas públicas. Dentro deste campo, não somente os estudos no Norte Global buscavam compreender o urbanismo, as relações dentro dos espaços e a globalização neste contexto. Pois, destacaram-se também estudos produzidos pelo Sul Global que buscavam investigar os conflitos e resistências à implementação de modelos desterritorializados.

Coli (2019) argumenta que os países centrais protagonizam esses processos, por meio de consultores e organizações internacionais, que aliados aos formuladores locais e nacionais, alicerçam uma rede global que se impõe por meio de negociações coercitivas. O produto disso é a disseminação convencional de teorias e “boas práticas” que se apoiam (dentro de esquemas de poderes desiguais). Estas, delimitam, conduzem e legitimam a difusão de políticas urbanas interessantes à órbita capitalista, levando a relações conflituosas dentro dos espaços urbanos, pois são conduzidas aos moldes do que o próprio capitalismo contemporâneo demanda e produz.

Dentro de um cenário de “importação” de modelos, as Américas foram dentro do esquadro da história do mundo, desenhada a partir da narrativa universalista da Europa. As cidades e demais territórios passaram a ser concebidos a partir de projetos e modelos importados. As cidades se sujeitaram a um banho de luxúria aos moldes europeus desde o período colonial, visto que as mansões dos cafeicultores escravistas até o entorno foram pensadas para cumprir o figurino do que se espera de uma “cidade-bela” e civilizada.

Desde Haussman e do higienismo, as intervenções urbanas já não eram mais percebidas apenas como uma “arte”, uma “habilidade” e um “estilo”, mas como um modelo, o da cidade moderna que arrasa bairros antigos para estabelecer suas largas e extensas avenidas, a cidade limpa e impecável, disciplinada e disciplinar (Vainer, 2014). As cidades-jardim e as *company-towns* inglesas foram, por sua vez, “embarcadas” na Europa e “desembarcadas” na América, tendo como principal objetivo auxiliar as primeiras cidades industriais da periferia capitalista a lidar com os problemas de uma classe operária nascente. A “cidade ocidental”, europeia e norte-americana, teria então se tornado, progressivamente, um “modelo universal”, com o Ocidente (Norte) exportando continuamente modos de urbanização e planejamento do território. Um movimento que se intensificou a partir do pós-guerra, observando-se, entre 1950 e 1970, uma sucessão de “modelos” e “modas”. As décadas posteriores à guerra foram marcadas pelo domínio do keynesianismo e do “Estado planejador”, que se refletiram, no âmbito do planejamento, na difusão dos chamados “planos diretores” (*master plans*). Com a ascensão penetrante do neoliberalismo a partir dos anos 1980 e 1990, as abordagens de âmbito global presentes nos planos diretores foram abandonadas em detrimento dos “planos estratégicos”, *market-friendly* e *market-oriented*, na qual a difusão e circulação de “boas práticas” tem lugar de destaque (COLI, 2019, p. 12).

Coli (2019), amparado em Ward (2000) e Fisette (2010), afirma que ao longo do século XX, ocorreu a adoção de modelos de planejamento urbano entre países industrializados, que, ocorria de forma voluntária e controlada pelas instituições do país importador. No entanto, a importação de modelos concebidos por países do Norte pelos países do Sul não seguiu o mesmo padrão, considerando-se o histórico de protagonismo dos países colonizados ou dependentes de investimentos de capital e de conhecimentos técnicos dos países do centro. Isto é, para a implementação de projetos de planejamento, o urbanismo “colonial” ou “neocolonial” residiu não somente na importação dos modelos predominantes, mas também nos mecanismos de transferência envolvidos.

Primeiramente, destaca-se o caráter “imposto” dessas transferências, que embora haja certa negociação, em contraponto à natureza “voluntária”, que comumente se estabeleceu historicamente na narrativa oficial. Além disso, esses mecanismos de transferência apresentam bloqueios intrínsecos à eventual apropriação técnica e social desses modelos, bem como à “deslegitimação de soluções alternativas” (COLI, 2019, p. 13).

Aspectos associados à mobilidade, difusão e circulação internacional de políticas e modelos representam uma característica histórica e fundamental do planejamento urbano (Freestone, 2000; Nasr & Volait, 2003; Hall, 2009). Ainda que se percebam novas formas, fluxos e movimentos de ideias e técnicas em tempos atuais, as interações realizadas no âmbito das políticas e práticas urbanas não constituem um fenômeno novo. O conhecido estudo de Hall (2009), por exemplo, percorre uma história de mais de um século em que

distintos modelos de urbanismo e planejamento urbano – tais como a Cidade-Jardim, a monumentalidade do movimento City Beautiful, o modernismo de Le Corbusier – influenciaram intervenções em metrópoles de países centrais e periféricos. Na América Latina, nos anos 1930 e nas décadas subsequentes, modelos urbanos europeus e estadunidenses foram adotados em cidades como Buenos Aires, Bogotá, Caracas, Cidade do México, São Paulo e Rio de Janeiro sob os signos do “progresso” e da “modernização”, o que não os impediu de reproduzir desigualdades e privilégios (COLI, 2019, p. 13)

Dentro das lógicas metropolitanas, os investimentos pautados em grandes empreendimentos calcados por empréstimos e imposições, se torna mais evidente. O desafio neste caso seria pensar a importação de modelos de “segunda-mão”. As cidades médias comumente buscam referenciais investidores nas metrópoles já estabelecidas e buscam por meio de projetos parceiros “alavancar” projetos no interior das cidades médias.

Observando este cenário a partir da relação Norte-Sul Global se vê que

Quando a relação de poder é menos desigual ou favorável ao país receptor, entretanto, é esperado que os círculos reformistas locais desempenhem um papel mais significativo e autônomo, frequentemente adaptando o que foi importado. Não obstante, quanto maior seu caráter impositivo e autoritário, menor a possibilidade de adaptação, havendo, inclusive, uma maior probabilidade de que apareçam versões mais “puras” do modelo exportado do que em seus próprios países de origem (COLI, 2019, p. 15).

O autor argumenta que o fim efetivo do colonialismo formal, nos últimos anos do século XX, impõe uma ruptura que não escondem os vestígios de uma difusão impositiva. Pois, o colonialismo “continua a lançar uma longa sombra de dependência sobre as partes mais empobrecidas do mundo” (COLI, 2019, p. 15). Ainda que amparados em modelos constitutivamente “verdes” e “sustentáveis”, a lógica enaltece uma percepção fantasiosa de uma cidade com “cidadãos modelo” (ROY, 2011 *apud* COLI, 2019).

Nesse sentido, os modelos importados seriam “ficções de regulação”, pois sugerem que a transferência de políticas seja um procedimento automático. Portanto, já se apresentam problemas de primeira ordem. Pois, ignoram a formação, transformação e contestação das ideias dentro dos espaços urbanos. Este caso, inclusive, ordena uma lógica de importação de modelos até dentro das organizações sociais de contestação, como veremos mais adiante em Teresópolis. Cidades-modelo apresentam especificidades até em experiências de “sucesso”, pois os atores “com seus múltiplos interesses e visões coletivas e individuais, precisam negociar o espaço urbano, tende a revelar relações de poder que podem ser bastante heterogêneas” (COLI, 2019, p. 19).

Roy (2011), por seu turno, assinala que, em um “mundo globalizado”, o planejamento constitui um comércio transnacional de modelos e ressalta, assim como outros estudiosos, que cidades em determinadas partes do mundo comumente fazem referência a cidades em outros lugares e que o mundo das políticas de hoje é marcado pela travessia de fronteiras. Este tráfego é inevitavelmente seletivo, na medida em que algumas cidades se tornam “modelos em circulação”, um termo que utiliza para descrever as viagens transnacionais do planejamento urbano, da arquitetura e do *design* urbano. Ao destacar alguns aspectos destes “modelos em circulação”, a autora observa que os mesmos são um atalho para aspirações “utópicas” e desejos, sejam eles os que fazem referência a um urbanismo específico ou aqueles que são versões condensadas de experiências nacionais. Planejadores indianos, por exemplo, olham para o “modelo chinês” com o objetivo de percorrer o que é cada vez mais visto como o “século asiático”, um futuro dominado pelas potências econômicas da China e da Índia. Em outros casos, é um urbanismo específico que é referenciado, seja o “modelo de Vancouver”, “o modelo de Bogotá”, “o modelo de Barcelona”, ou até mesmo o modelo de “Orange County”. Estes seriam “utopias”, alguns envolvendo um “urbanismo inclusivo” e outros um “suburbanismo de secessão”. Tais significações viajam através das fronteiras urbanas e nacionais e, quando traduzidas em planos e projetos, são destinadas a transformar distopias locais em novas formas de “ordem e beleza” (Roy, 2011). (COLI, 2019, p. 17-18).

David Harvey, em sua obra clássica “Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana” retoma a teoria de Henri Lefebvre para aprofundar os debates em sua obra. Lefebvre buscava a criação de uma nova vida que respondesse às crises urbanas provocadas pelos gritos dos cidadãos viventes nas cidades. Lefebvre, neste caso, não compreendia o direito à cidade somente restrito à vida intelectual e racional, mas como uma construção humana, partindo da sociedade civil em resposta às condições degradantes das cidades.

Harvey argumenta no prefácio da obra que as reivindicações dos movimentos sociais revolucionários aliados às articulações acadêmicas do período buscavam recuperar os debates que se opunham à destituição da vida na cidade. Tudo isso se apresenta como uma resposta ao marxismo ortodoxo, que compreendia que a revolução aconteceria pelo operariado das fábricas. Portanto, o autor buscava apresentar a tese de uma “revolução a partir dos trabalhadores urbanos”, visto que a construção da mais-valia se produz em cenários urbanos, por meio do trabalho coletivo (HARVEY, 2014, p. 153). Lefebvre trouxe a perspectiva de classe formada por trabalhadores urbanos, dentro das suas respectivas cidades e não somente por um operariado fabril cinzento, sem identidade – mas sujeitos forjados pelo trabalho precarizado no interior das cidades, intitulado-se “precariado”, nas reformulações modernas do campo, em contraponto ao termo clássico “proletariado”.

A partir de Lefebvre a construção dos ideários a respeito das cidades se modificou, isto é, compreendeu-se que o processo urbano estava passando por um processo de globalização a largos passos. Com isso, por meio de Lefebvre, se construiu a ideia de “direito à cidade” aliado à “produção de espaço” coletivo. Essa produção se daria como algo que engloba o campo e a cidade, sem qualquer dicotomia, se tornando a apropriação do espaço público como um espaço decisório, portanto, um espaço político.

A destituição da cidade ocorreu por meio do desenvolvimento capitalista, segundo o autor. Portanto, a responsabilidade agora seria a reconstituição deste espaço como uma tarefa política. Partindo-se do caos conformado pelo capital, Harvey agrega a importância de um movimento anticapitalista, que transforme radicalmente a vida urbana por meio do cotidiano. Neste caso, a revolução se daria não por grandes revoluções, mas por ações coletivas que se organizam dentro das cidades em prol da construção de uma nova sociedade, superando o modo de produção capitalista e a influência de um Estado conivente com a acumulação de capital.

Harvey (2014) argumenta que as cidades emergem da concentração geográfica e social de um excedente de produção e a urbanização se estabelece, desta forma, como um fenômeno de classe, em que os capitalistas absorvem o excedente de produção, extraídos dos trabalhadores que a constroem. Com isso, o capital precisa reordenar estratégias que, quando investido, retornem com produção de mais excedente. Os investimentos urbanos são utilizados para superação de crises econômicas com base em novas tecnologias, produtos e estilos de vida no interior das cidades.

Para traçar este caminho, Harvey analisa as diversas crises econômicas e os programas estatais de investimentos em infraestrutura e planejamento urbano. Analisa o projeto organizado por Georges-Eugène Haussmann, a frente da modernização de Paris e os projetos de bulevar. Esse processo demandou instituições financeiras e instrumentos de crédito⁷ que impulsionaram tais projetos a patamares elevados. Este contexto político-econômico consolidou a Comuna de Paris como resposta. Além da capital francesa, Harvey analisou o projeto de urbanização dos Estados Unidos, que buscou a superação da Crise de 1930, incorporando ações de Haussmann por Robert Moses, em que transformou a região metropolitana do país, por meio da construção de autoestrada, revitalizando áreas históricas e bairros locais. Como resultado, realizou o processo de gentrificação de antigas áreas,

⁷ Tal como a *Crédit Mobilier* e *Immobilière*, citado pelo autor.

eliminando a população negra e periférica da “urbanização branca” ideal. Salienta o autor que todo este processo desempenhou um papel crucial na estabilização do capitalismo global após a Segunda Guerra Mundial.

A crise global vivenciada em 1973 e as bolhas imobiliárias dos EUA ocorreu como resultado ao *boom* imobiliário alavancado por projetos anteriores. Com isso, os capitalistas salvaguardados de perdas econômicas, estabeleceram alianças com o Estado e instituições financeiras interessadas, protegendo e privilegiando o capital e onerando a classe operária com austeridade fiscal, inflação, juros, execução de hipotecas, tornando a vida nas cidades cada vez mais precarizada e menos possível.

Nesse sentido, Harvey argumenta que o capital, na figura dos seus grandes capitalistas, é amparado pelo Estado. Os trabalhadores urbanos observam uma intensificação da precariedade, enquanto aumentam-se o número de pessoas milionárias em diversos países do mundo, crescendo, ainda, o bônus dos investidores. Tal como em *Wall Street*, por meio das empresas Freddie Mac e Fannie Mae, em que o Estado injetou dinheiro no sistema financeiro capitalista. Estes casos multiplicam-se aos milhares, como analisados por Harvey, exemplificado pelo caso do Banco Central Europeu.

Além disso, o autor cita o caso chinês. A China passou por um processo de urbanização, nos últimos vinte anos, com forte investimento em infraestrutura, industrialização, buscando o poder público para capitalização dos bancos. Essa experiência se apresenta em Xangai, Mumbai e se visualiza também na Índia. Lá, o bônus estatal se deu por meio de incentivos fiscais e de facilitação evidente das ações das instituições financeiras. A transformação global perpassa, neste caso, pela percepção mercadológica da cidade, consolidando-se uma “economia do espetáculo” com projetos urbanísticos e empresariais de inúmeras formas. Harvey defende que esta é uma estratégia de “destruição criativa” da cidade e do urbano.

Todo esse projeto urbanístico serviu para absorver os excedentes de capital, revelando a precariedade da vida urbana constituída pela favelização, valorização imobiliária e desapropriação das massas urbanas. Todas essas contradições do próprio sistema desembocam em lutas pela reprodução da vida com possibilidades outras de existência. O direito à cidade passou a se definir como pauta em que questiona a apropriação das cidades pelas classes capitalistas. A questão central seria criar uma pauta única, um projeto que aglutinem diversas

demandas populares e o autor apresenta que para isso, seria necessário o controle democrático sobre a produção e o uso do excedente na urbanização.

A cidade-empresa deve reagir às tendências do mercado, produzindo realidades utópicas, tornando as cidades ágeis e flexíveis. Como percebido no Rio de Janeiro, Vainer destaca que essas ações comumente são fechadas, autoritárias e destituídas de discussão pública, tratando-se de uma democracia direta da burguesia (VAINER, 2013, p. 90).

Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana (VAINER, 2013, p. 76).

Nesse sentido, o acordo estabelecido às pressas em nome da “economia local” se configura como um salto das “oportunidades”, como se convencionou chamar no mundo empresarial. Ou nas palavras de Vainer (2013, p. 86): *market lead city planning*. O neoliberalismo e seus ideias não abrem mão de “uma clara e decisiva intervenção estatal... desde que voltada para os interesses constituídos e dominantes no mercado”. Se o mercado é entendido como lugar onde você exercita o seu direito e a sua capacidade de escolha, afirma Francisco de Oliveira, a periferia não formou mercados e, portanto, não formou o lugar da autonomia (OLIVEIRA, 2000, p. 5 *apud* MARICATO, 2013).

Carlos Vainer (2013) afirma, inclusive, que com a queda do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário modelo de planejamento urbano, abriram-se espaços para o modelo de planejamento estratégico, sendo difundido pelo Brasil e pela América Latina, inspirados no suposto sucesso de Barcelona. Esse planejamento se vincula diretamente ao setor empresarial em que organizam as cidades a partir de critérios e setores similares ao funcionamento de uma empresa, competindo “pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial” (...) “na atração de novas indústrias e negócios”, “na atração da força de trabalho adequadamente qualificada” e, por fim, no “preço e na qualidade dos serviços”. (World Economic Development Congress & The World Bank, 1998, p. 2 *apud* VAINER, 2013).

A autora Otília Arantes afirma que não restam dúvidas de que a nova tendência que acompanha as cidades – no que ela chama de “terceira geração urbanística” – está voltada para a lógica empresarial. Ela argumenta que as cidades se encontram recheadas de valores e

promessas estratégicas no planejamento das cidades. E, por isso, cada vez menos se discute os parâmetros de zoneamento, o Plano Diretor, a racionalidade ou funcionalidade da cidade para pessoas que nela vivem – associando-se cada vez mais à ideia de requalificação da cidade, encontro da mesma a uma cultura própria: a cultura de uma cidade.

A autora analisa as diferentes expressões do urbanismo que desembocam em um mesmo caminho: a construção do que ela chama de “cidade-mercadoria”. Esse modelo, aposta Arantes, é um dos reflexos da influência norte-americana na gestão das cidades, que se desenvolveu sobre uma típica apropriação do solo como fonte de riqueza. Citando Peter Hall, ela diz que a cidade-emprego poderia ter surgido de um consenso keynesiano em que:

Houve um momento da década de 1970, em que [o planejamento urbano] começou a plantar bananeira e a virar do avesso [...]. O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso, o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em algo e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo (HALL, 1995 *apud* ARANTES, 2013).

Arantes (2013, p. 26) afirma que “as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista” e também, “a exploração da propriedade do solo não (...) [é] um fato novo”, possuindo “uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo, há algo novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias”. A autora diz que a grande contradição se encontra justamente entre o “valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o “valor de troca” com que ele se apresenta para àqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel”.

A alienação produzida por projetos dominantes pode vir pela mudança na linguagem visual dos bairros atingidos, no perfil almejado de quem mora e habita nestes espaços ou até mesmo, na distorção sobre a história real do espaço em que é habitado. Essa forma de dominação das ideias do centro à periferia, vivenciados por capitais investidores dos mais diversos, também são questões forjadas pela colonialidade. Propor e concretizar projetos

urbanos significa ter, direta ou indiretamente, poder sobre este território e seus caminhos. E ser um planejador significa ter “controle da circulação e assentamento de corpos no território” (VAINER, 2019, p. 5, tradução nossa).

Carlos; Souza; Sposito (2011) apostam, ancorados na literatura, que uma empresa industrial pode acionar diversas estratégias para continuar seus empreendimentos mais lucrativos. Inclusive, curiosamente, menciona a construção de subsidiárias, que investem na “produção de imóveis na criação de loteamentos conta a construção de bairros residenciais de expressivo *status* social e distantes do local onde a empresa industrial está instalada”. Mingione (1977) diz que “a terra urbana passou a interessar o capital industrial, constituindo, assim como a produção imobiliária, alternativa para acumulação, deixando de ser meramente investimento com vistas amortecer crises cíclicas de acumulação”. Em caso de falência de tal empreendimento, num país em recorrente desinstrualização, uma nova dinâmica pode ter sido iniciada e cabe investigar.

Inversamente, diferentes agentes sociais, cada um centrado principalmente em estratégias e práticas espaciais pertinentes as atividades que os caracterizam, como por exemplo, produção industrial ou promoção imobiliária, podem, sob certas condições de, desempenhar outras estratégias e práticas espaciais diferentes daquelas que os distinguem, mas que são semelhantes entre si. A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado de outros agentes pondo práticas espaciais como a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, no loteamento descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 45).

David Harvey se propõe a atualizar as ideias de Marx, incorporando dinâmicas do capitalismo financeiro como “sistema de crédito”, “taxas de juros” e de “lucro” no conjunto conceitual das “leis gerais de produção”. Nesse sentido, se demonstra importante este adendo, pois o crédito se consolidou como ferramenta crucial para o funcionamento do capital. Não sendo, portanto, possível explicar as crises das últimas décadas sem citar os sistemas de crédito vigentes. O capital fixo, quando em circulação, possui dinâmicas de acumulação distintas ao capital fictício, ligados, principalmente, aos mercados fundiários e imobiliários. Desta forma o sistema econômico se organiza a partir da extração de excedentes de trabalhadores, ao emprestar dinheiro, retirando dela juros, consolidando uma forma específica de exploração do homem sobre o homem.

Harvey defende que a propriedade privada e o comportamento individual se tornam problemas dentro do sistema capitalista, diferente do ponto de vista que se centrava na

propriedade comunal. Os espaços públicos em si, como ruas, avenidas e praças, se tornam espaços de decisão, de reivindicações e expressão de manifestações políticas. Em paralelo a isso, os bens públicos como saneamento, saúde e educação seriam ferramentas fundamentais para a melhoria das condições de vida na cidade. Condições estas, materiais, necessárias para a reprodução da vida. A crítica se concentra na apropriação desta produção comum da cidade, cada vez mais mercantilizada e refém do monopólio capitalista.

O capitalismo, sempre preparado para manter sob às rédeas o aparato ideológico de manutenção dos véus da opressão, justifica a propriedade privada nos termos liberais em nome da maximização do bem comum. Apresentam esta estratégia apresentando o livre mercado como funcional e “em igualdade de circunstâncias” (HARVEY, 2014, p. 147). Dessa forma, ignora a percepção que a propriedade, segundo Marx, é um “direito de propriedade coletiva ou associado, e não individual” (HARVEY, 2014, p. 150). Com isso, Harvey propõe a existência dos “comuns urbanos” produzidos socialmente pelo trabalho de todos, subvertendo a apropriação privada da cidade. Para tal, observa-se que os espaços comuns e privados passam a absorver uma série de conflitos complexos e com pertinentes questionamentos difusos como: qual é o papel do Estado e do mercado na apropriação das cidades?

O papel do Estado e do mercado na elaboração da cidade-mercadoria

Sabe-se que o Estado é uma instituição social fundamental à sociedade, que atua sobre os indivíduos, territórios e outras instituições por meio das leis ou mecanismos de aplicação delas. A ordem jurídica inerente ao Estado é responsável por coordenar as ações sociais. O Estado, embora seja uma instituição social, concentra em si uma série de outras instituições, sendo ele, o princípio regulador dotado de poder sobre toda a sociedade e sobre o aparelho político que permanentemente o executa e reforma (BRESSER-PEREIRA, 2009). No princípio leninista, o Estado atua não como um órgão de conciliação de classes, e sim como próprio instrumento de dominação de classe. Deste modo, o Estado é um aparelho de dominação utilizado por uma classe para subjugar outra (LENIN, 2010).

Já o mercado funcionaria como uma instituição social com poderio mais limitado que o Estado. Ele seria responsável apenas por garantir o mecanismo de competição econômica, sendo “regulado pelo Estado que logra uma coordenação relativamente automática das ações econômicas” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 4). O mercado complementa diretamente a

coordenação mais ampla realizada pelo Estado, portanto, não seria analiticamente correto interpretar o Estado como oposto ao mercado.

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira é um grande crítico do liberalismo e do livre-comércio dentro do campo teórico da Economia. O autor faz uma análise sobre o sentido e a função do Estado e do mercado na sociedade e, defende a necessidade de medidas protecionistas de regulação do mercado, embora não se posicione em relação a centralidade do sistema capitalista na demanda pelo livre-mercado. Garantiu em uma entrevista cedida em 2019, ao Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), que o liberalismo é a principal causa da estagnação econômica nacional.

Bresser-Pereira (2009) interpreta o Estado como central para regulação dos mercados. Avalia que o resultado da coordenação por parte do “mundo do mercado”, quem normalmente arca com a responsabilidade final, em caso de boa ou má atuação, é a “sociedade que, através das suas formas de organização política – a sociedade civil ou nação – constitui seu Estado e, no Estado democrático, elege seu governo” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 4). Isto é, o autor coloca o Estado como mais amplo e poderoso em relação às possibilidades do mercado, seja pela sua própria atuação jurídica reguladora ou pela possibilidade atribuída à sociedade na escolha dos seus representantes dentro da própria instituição estatal.

Bresser-Pereira (2009) interpreta o Estado como central em nossa sociedade, enquanto o mercado funciona como aparato complementar, socialmente construído e politicamente regulado. O autor certifica que quanto mais forte for uma instituição, necessariamente mais forte será a outra. Defende que o neoliberalismo, como caráter ético do capitalismo da última era, busca o Estado “mínimo”, apontando para a desregulamentação dos mercados. O autor lista os interesses do neoliberalismo sobre o “enfraquecimento” do Estado:

(...) primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social através do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados. A proposta mais insistentemente repetida pelo credo neoliberal foi a da desregulação dos mercados (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 5).

Bresser-Pereira (2009) aponta para o surgimento do neoliberalismo, a partir das mudanças em que se forjaram desde à aparição do sistema liberal. O autor destaca que

O liberalismo era, no século XVIII, a ideologia de uma classe média burguesa em luta contra uma oligarquia de senhores de terra e de armas apoiados por um Estado autocrático. Para caracterizar o neoliberalismo, uma ideologia reacionária, não basta, portanto, afirmar que se tratava de um liberalismo econômico radical, porque o radicalismo liberal no século XVIII ou no início do século XIX era revolucionário. Vejamos, então, o que é ou foi historicamente o neoliberalismo. O neoliberalismo é a ideologia que os ricos usaram no final do século XX contra os pobres ou os trabalhadores e contra um Estado democrático social. É uma ideologia eminentemente reacionária, portanto. É uma ideologia que, apoiada na teoria econômica neoclássica das expectativas racionais, no novo institucionalismo, na teoria da escolha pública, e nas formas mais radicais da escola da escolha racional, montou um verdadeiro assalto político e teórico contra o Estado e os mercados regulados nos últimos 30 anos (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 7).

A oposição, geralmente concebida entre o Estado e mercado, surgiu com o neoliberalismo com o intuito de enfraquecer o Estado por meio de uma teoria econômica neoclássica e um novo institucionalismo que preparou um “assalto” orquestrado pela ideologia neoliberal contra o Estado, distorcendo os “valores políticos e humanos fundamentais” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 12-14).

O cientista político alemão Joachim Hirsch (2010) em seu trabalho, “Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados”, caracterizou o Estado não como uma coisa, um sujeito ou uma organização racional, mas como um complexo emaranhado de relações sociais. Hirsch identifica uma ampla agência dos indivíduos que são, por sua vez, capazes de gerar e reproduzir a instituição social estatal. Essa atuação ocorre, certamente, “sob condições que fogem à sua consciência imediata e ao seu controle”, afirma o autor (HIRSCH, 2010, p. 19).

O Estado é o aparelho que possibilita a existência do mercado a partir do momento que garante a propriedade privada e assegura as relações jurídicas apoiadas nela – inclusive, quando contribui para a condição existente entre os apropriadores e expropriados na sociedade. Hirsch corrobora com Bresser-Pereira no entendimento do Estado e do mercado como conceitos próximos e não a partir de oposições drasticamente definidas. As duas instituições, segundo o autor, “referem-se um ao outro de forma inseparável” e o Estado “deve permanentemente intervir no processo mercantil para mantê-lo em funcionamento” (HIRSCH, 2010, p. 34).

Essa discussão sobre as relações de ambos na garantia do funcionamento do capitalismo é desenvolvida por importantes autores que analisam o processo do imperialismo como David Harvey (2004) e Ellen Wood (2014). Embora divergentes em certas análises, os autores entendem que o Estado serviu e ainda serve como forte aliado do capital. Na medida que reforçam a análise de Hirsch de que o capitalismo e o Estado moderno “surgiram no curso de um complexo processo histórico e seu desenvolvimento foi condicionado reciprocamente” (HIRSCH, 2010, p. 61).

O cientista político Almerindo Afonso (1999) atesta que a interpretação acerca da afluência do mercado por meio de trocas voluntárias resultantes de uma harmonia entre indivíduos livres e autônomos é equivocada. Pois essa leitura colabora para a visão de um Estado que funciona apenas como observador dessa ordem espontânea. Entretanto, esse desejo de um Estado diminuto representa uma incoerência, na medida que parece garantir a existência autônoma do mercado sem o Estado. Esta análise coloca a entidade estatal apenas como um auxílio regulador que garante uma ordem mínima sob uma atuação mínima. O mercado seria, portanto, a saída para todos os males, enquanto o Estado deve seguir “aceitando apenas como tarefas legítimas de um ‘Estado mínimo’ aquelas que se restrinjam ‘às funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude, bem como às funções que permitam o cumprimento de contratos’ (NOZICK, 1988, p. 7 *apud* AFONSO, 1999, p. 141).

A agenda neoliberal, seja em escala municipal, estadual ou federal, tende a propor um cenário de privatizações, por meio da transferência das atribuições dos serviços públicos para o setor privado lucrativo. A justificativa dada é que promovendo “a descentralização das políticas sociais para as esferas locais de governo, como forma de aumentar a eficiência e a eficácia do gasto público; a focalização, orientada para a concentração da ação estatal em determinados serviços (considerados essenciais e não-passíveis de oferta pelo mercado) e em segmentos específicos da população, mais vulneráveis e expostos a situações de pobreza extrema, (...) mudanças na gestão dos programas estatais, de forma a dotá-los da eficiência e da eficácia atribuídas à gestão privada” (FARAH, 2001, p. 126; FARAH, 1998).

Nesse caminho, Vainer (2013) argumenta que as cidades modernas ocidentais vêm se comportando a partir de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa e a cidade é uma pátria. E para tal, apresenta a eficácia dessas analogias na construção de um projeto de cidade. Em suma, o autor busca demonstrar que “este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do

conflito e das condições de exercício da cidadania” (VAINER, 2013, p. 78). Percebe-se, neste sentido, que

É evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção da sua representação, destacando os espaços de distinção. É evidente também que a representação ideológica um instrumento de poder traço dar aparência de “natural” e “geral” a um ponto de vista parcial, que nas cidades está associada aos expedientes de valorização imobiliária. A representação da cidade encobre a realidade científica (MARICATO, 2013, p. 165).

Dentro dessa relação, o Estado articula com o sistema financeiro pela mercantilização das cidades. A cidade é uma mercadoria dentre outras cidades também mercadoria, cuja condição neste mercado é altamente competitiva. Nesse sentido, acionar discursivamente por uma Teresópolis altamente competitiva e aberta “ao desenvolvimento”, pode se configurar não uma busca por uma “tradição da cidade”, como insistentemente anunciada pela atual gestão, mas sim, por uma recorrência global de entrada de capitais.

Nestas condições, questiona Vainer (2013), “o que é que, afinal das contas, se vende quando se põe à venda uma cidade?”. Neste caso, o autor adverte que a mercadoria negociada depende do interesse dos compradores. Para tal, se estabelece um *marketing* urbano para avaliar quais são as potencialidades mercadológicas desse território. O “plano-discurso” cumpre um papel ideológico (VILLAÇA, 1995) e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos. No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e empreiteiras contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito (MARICATO, 2013, p. 124).

Vender uma cidade significa oferecer “aqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais ou tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança” (BORJA & FORN, 1996, p. 34 apud VAINER, 2013).

Nesse caminho, nada sobra: o urbano antes de tudo é uma representação da “cidade-coisa”, da “cidade-objeto”, da “cidade-mercadoria (de luxo)” (VAINER, 2013), coexistindo com uma outra em que a cidade aparece como sujeito – sintático, isto é, lógico: “as cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão” (VAINER, 2013, p. 83).

Esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumir a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa. A cidade toma “como protótipo a empresa privada; de fato, todo o urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados” (VAINER, 2013, p. 85). Totalmente similar à empresa: produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado, como disse David Harvey: “empresariamento da gestão urbana” (HARVEY, 1996).

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada (VAINER, 2013, p. 86).

Arantes (2013) argumenta que existem três fatores econômicos edificadores de uma cidade: terra, trabalho e capital. Esses fatores, quando combinados, produzem uma cidade tátil: a cidade produzida e a cidade mercantilizada. A cidade se torna um produto a ser exibido em um balcão de negócios, adaptado para seu público-alvo, reordenando e remodelando sua estética pelo e em nome do mercado. A autora afirma que todo urbanismo recente se pautou em um pensamento único das cidades “em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico – que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso do sistema mundial, e por isso mesmo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno” (ARANTES, 2013, p. 67-68).

O acompanhamento e análise das parcerias público-privadas (PPPs) é estabelecida, majoritariamente, pela área das Ciências Sociais Aplicadas como a Administração, Administração Pública e Economia. As Ciências Sociais, como a Ciência Política e Sociologia, oferecem contribuições para encarar os interesses do mercado em firmar essas alianças e a relação de dependência muitas vezes estabelecida pelo próprio Estado ao mercado para execução de serviços básicos à população, como ocorre na cidade de Teresópolis e em tantas outras cidades do mundo, em especial, do Sul Global.

Conforme analisado por Packer e Ghisleni (2014), é verídico que a iniciativa privada sempre tenha se relacionado com o poder público, nunca estando desvinculada e vice-versa. Os autores afirmam que os interesses do Estado e do mercado são antagônicos apenas em

aparência, pois o resultado da interdependência entre o setor público e o privado é tal “que o êxito de um em suas atividades reflete diretamente no sucesso do outro” (PACKER; GHISLENI, 2004, p. 1).

Certamente é preciso ser crítico à concepção dicotômica que afirma que o sucesso do mercado levará, necessariamente, ao sucesso estatal, pois existem particularidades que devem ser consideradas na análise. O Estado de Bem Estar-Social deve, em teoria, ser o agente que promove o bem-estar da sociedade organizando, inclusive, as relações econômicas. Especialmente na periferia do capitalismo, isso geraria um forte choque no mercado freando as suas possibilidades de atuação na conversão de serviços essenciais em mercadoria, e conseqüentemente, frearia a acumulação de capital inerente. Portanto, cabe compreender o mercado e o Estado como instituições interdependentes, mas influenciadas fortemente uma pela outra, na medida em que uma cresce, a outra pode alavancar junto ou sofrer fortes baques.

Com o advento da redemocratização e, sobretudo, da Constituição de 1988, há um movimento mais abrangente em busca da remodelação da estrutura governamental e das políticas públicas. O fluxo pedia pela reorganização do lugar que ocuparia o Estado brasileiro após os anos de chumbo. As iniciativas dos governos municipais foram fortalecidas, portanto, ampliaram significativamente as possibilidades de ação da Prefeitura em relação ao campo das políticas sociais, responsável por promover, ainda mais, programas voltados para o desenvolvimento local (FARAH, 2001).

A importância crescente da ação municipal na área social nos últimos anos pode ser atribuída, entre outros, aos seguintes fatores: transferência de atribuições e competências do governo central e da esfera estadual de governo para o governo municipal, com ênfase nas atribuições que dizem respeito à cidadania social; resposta a reivindicações da sociedade civil pela descentralização das políticas sociais, desde o início da década de 1980; ênfase à descentralização na agenda de reforma de diferentes correntes políticas; aumento significativo da participação dos municípios na repartição dos recursos fiscais desenhada a partir da Constituição de 1988; ênfase à descentralização na agenda de organismos financiadores multilaterais, os quais exercem influência sobre o planejamento das políticas governamentais no país; maior proximidade do governo local com relação às demandas da população, o que assume relevância num quadro democrático; insuficiência das respostas do mercado como alternativa ao “desmonte” do Estado (e de suas políticas) no nível federal e “necessidade”, portanto, de formulação de respostas no nível local. Além de verem aumentar a importância de sua ação no campo das políticas sociais, alguns municípios passam a promover também

programas de desenvolvimento local, ampliando ainda mais a agenda municipal nos anos 1990 (FARAH, 2001, p. 130-131).

Harvey (2014) argumenta que a atuação da economia neoliberal dentro dos temas urbanos, discursando a respeito da ação do Estado como insuficiente planejador, na realidade esconde uma série de bases que só foram possíveis pela própria ação do Estado. Isto é, as regulações do mercado fundiário, calcados sob os interesses dos capitalistas proporcionaram uma experiência histórica de acumulação. Em tese, o discurso se centrava no desenvolvimento local, mas produziu-se uma falácia do bem-viver, pois a experiência urbana se condicionou ao sofrimento às classes populares. O discurso de justiça social e igualdade regional estimulou o crédito hipotecário, endividando famílias populares, sob a ótica do “direito à propriedade”. Este direito, só possível pela construção da ideologia da terra como propriedade.

Os projetos de apropriação das cidades não são novos, mas podem ter sido fundadas na Modernidade, quando a moeda global passa ser a extração da mais-valia a todo custo, em especial, nas sociedades colonizadas. Discutir, portanto, o urbanismo requer repensar não só os termos que são negociáveis na construção de parques, como também, a possibilidade de formas e filosofias de vida que podem ser conformadas em territórios. Portanto, o caminho pela descolonização das cidades está no encontro com a ontologia do ser: ser gente, ser civilizado, ser urbano, repensando os limites e as disputas que se fundam pelo persistente globalitarismo.

A desigualdade social no Brasil é uma das maiores da América Latina. Como sujeitos viventes em um país da periferia do capitalismo, as cidades brasileiras carregam uma pesada herança. Em um país patrimonialista, a cidade é precificada como um produto. A produção do espaço urbano é, em certa medida, produzida na articulação de distintos capitais, que envolvem os proprietários de terra, da incorporação imobiliária, das edificações, construções e do mercado financeiro (MARICATO, 2013).

Parece relevante concluir que a partir da crise neoliberal de 2008, em que havia sido apresentado o fenômeno da globalização, não se consolidou um movimento linear de desenvolvimento tecnológico para todos. Nem mesmo o Estado garantiu este acontecimento plural de forma ampla. O que aconteceu, na verdade, foi um alto índice de concentração de riqueza e degradação dos serviços públicos dentro das cidades. Como resposta, a crise gerou novas estéticas de lutas, politizadas e politizadoras, orquestrada por sujeitos coletivos

emergentes. O planejamento urbano em face da contestação são caminhos potentes de aposta. Coube, mais uma vez, levantar outro questionamento:

Por que importa entender esse “conceito coerente de cidade” como uma história que o Ocidente conta a si mesmo sobre si mesmo? Se o ler como uma historiografia liberal, o que (e de quem) a teleologia do progresso, modernização e economia afirma? (ROY, 2015, p. 6, tradução nossa).

CAPÍTULO 2: A EMANCIPAÇÃO DA CIDADE DE TERESÓPOLIS: A ORIGEM DO BALCÃO DE NEGÓCIOS

A Primeira República: contexto

A emancipação da cidade de Teresópolis-RJ se concentrou no contexto da Primeira República, período conhecido pela historiografia como a República Velha. Observando este fato, em acúmulos anteriores, buscou-se resgatar conceitualmente as estruturas sociais, políticas e econômicas do período analisado para compreender o caráter “modernizante” dentro das supostas contradições “arcaicas” deste mesmo tempo. Essa marca dualista por muito tempo conformou a interpretação deste período histórico, contudo, o Pensamento Social e Político Brasileiro já acumulou uma série de análises que jogam luz para este fenômeno, observando-se a construção, elaboração e implementação de propriedades e famílias com influência local. Justamente com objetivos bem demarcados: desenvolver cidades para o “progresso” e a projeção da cidade de Teresópolis se encaixa dentro deste cenário.

Na República Velha (1889-1930) se consolidou uma estrutura de poder ancorada na figura dos coronéis em nível municipal, mas também em oligarquias em nível estadual e federal (RESENDE, 2014). As políticas locais eram geridas a partir do aumento do poderio privado e das realizações individuais sobre as questões públicas, isto é, os interesses particulares emergiam diante dos interesses coletivos, característica esta que levanta o debate acerca da ampliação da noção de cidadania: um cidadão, ser possuidor de deveres e direitos dentro de uma cidade. Não obstante, esta configuração acabou por configurar um profundo entrave para construção e ampliação da cidadania no Brasil (RESENDE, 2014; LEAL, 2013).

Dentro desse contexto, convém detalhar a relevância do fenômeno do coronelismo. Pois como veremos mais adiante, a perpetuação da lógica de poder clientelista na cidade de Teresópolis, se inicia em períodos já constitutivos de sua formação e envolve no enredo a presença de um coronel relevante para esta narrativa.

O coronelismo foi um fenômeno histórico-social que desenhou a conjuntura da República brasileira que nascia. Relevante teórico e jurista brasileiro do século XX, Victor Nunes Legal diz que o coronelismo é, na realidade, o resultado da implementação de regimes representativos e democráticos que se organizam em estruturas arcaicas e desiguais. Nesse sentido, compreende-se que para obtenção de uma noção ampliada de cidadania era preciso

antes estruturar as condições necessárias para receber uma República pronta e acabada, com papel assinado. O autor salienta que este fenômeno não se configura somente como um resquício do período colonial e imperial, mas sim como uma nova forma de manifestação de poder privado⁸, que se realiza a partir de uma adaptação, com estruturas e elementos novos. Neste caso, salienta-se que nenhuma mudança ocorre no vazio, ela se formula a partir das contradições e dinâmicas da própria realidade material.

Em Teresópolis, nos documentos oficiais encontram-se tratos e negociatas entre os chefes do poder local e o poder público estadual justamente para constituir o sonho modernizante: a emancipação da cidade de Teresópolis. Nesse sentido, essa correlação entre o poder público e privado não se configuram novidade nem para a historiografia, que como já se apresenta na obra de Victor Nunes Leal, existia uma forte coexistência entre as benesses públicas com vieses privatistas. Entretanto, o que se pretende aqui apresentar é a forma como se deu a trajetória de um dos primeiros homens de negócio da cidade de Teresópolis: o coronel Claussen, que será explicitado com mais detalhes nas próximas linhas. A notoriedade de sua trajetória é indispensável aos estudiosos acerca da política municipal teresopolitana e culmina no desenrolar de uma história econômica, política e social da cidade até os dias de hoje.

Segundo Maria José de Rezende, importante socióloga brasileira, os setores oligárquicos do país conseguiram, mesmo após a mudança da organização do sistema político “manter-se como uma força detentora de posições de poder significativas”, manipulando as vias representativas. Nesse sentido, os governos central e estadual se interessavam em equilibrar as demandas dos chefes políticos regionais, enquanto institucionalizava uma elite intelectual, política e econômica da cidade (REZENDE, 2006, p. 6-7). Nesse caso, seriam os primeiros planejadores urbanos do município, aqueles responsáveis por desenvolver e gerir um projeto do zero.

Observa-se, neste caso, a existência de uma ferramenta de controle social. Os projetos modernizantes deveriam estar de acordo com os interesses do governador. Isto é, não configurava uma decisão meramente interna, como se não houvessem ingerências externas do poder do estado. Maria Efigênia Resende (2014) garante que “se as coisas não saíssem como

⁸ Rezende (2006) afirma que a concepção personalista de poder, isto é, pautado em indivíduos exclusivamente, por conta de resíduos exaltadores de crenças e de valores de concentração de poder pessoal e privado de alguns indivíduos. Mesmo com uma expressiva heterogeneidade social, não se eliminou o modo arcaico e personalista de agir que despreza os interesses coletivos e nacionais (REZENDE, 2006, p. 12-13).

esperado pelo governador, ele poderia transferir seu apoio para a facção rival existente no município” (RESENDE, 2014, p. 118).

A partir dessa normativa dialética, de contra balanços de poderes, observa-se na historiografia a ausência do debate da contestação, daqueles que se propunham serem os dominados, isto é, os próprios trabalhadores que levantaram os primeiros muros e rodovias da cidade. Contudo, busca-se apresentar as disputas que reúnem o poder público, alicerçado dentro de uma lógica extremamente privada de poder, em conjunto com os próprios coronéis, outros sujeitos dentro deste enredo que também organizam este jogo. Salienta-se aqui, que os poderes público e privado não se configuram como dois cenários antagônicos no tabuleiro. Pelo contrário, como argumento central já apresentado no capítulo anterior, entende-se que o Estado não como um agente monolítico, que paira sobre os indivíduos, mas dotado de sujeitos que participam da estrutura social como uma peça-chave.

Como bem percebido, na ampla trajetória brasileira, regularmente as elites econômicas utilizam de suas posições hierárquicas dentro do âmbito público, direta ou indiretamente, para beneficiamento dos seus rendimentos privados, estabelecimento de parcerias com seus próprios empreendimentos eliminando a lisura de uma série de processos. Nesse sentido, argumenta-se que o capital necessita do Estado para estruturação dos seus sistemas de dominação, tornando-se como “sanguessuga” dos recursos estatais. Com a perspectiva de eficiência, o mercado se perpetua, enquanto é dependente de uma série de controles e recursos estatais.

O coronel Claussen, proprietário de porções consideráveis de terras, presenciou a transformação das suas fazendas, localizadas na região da Posse, Quebra-Frascos e Imbuí, em Teresópolis. Com a “colonização”⁹ da cidade, termo utilizado pelos cronistas da cidade, essas fazendas foram sendo redistribuídas pela “força”, às famílias que migraram à região serrana advindas da capital. O coronel e suas fazendas, obtinham centralidade no universo rural, atribuindo o mando e desmando à população dependente e empobrecida que chegava à cidade.

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, (...) seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência

⁹ Termo utilizado pelos cronistas da cidade, tais como Armando Vieira (1934) e João Oscar (1991).

cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. (LEAL, 2013, p. 24-25)

Há um esforço por parte da literatura do pensamento social e político brasileiro de esclarecer que a Primeira República não inaugura o poderio privado, mas desenvolve um fenômeno com configurações específicas. Momento histórico que aproveita um contexto de extrema desigualdade de influência e de capitais entre os sujeitos, construindo um vínculo de dependência entre uma população menos abastada e um sujeito dotado de poder social e por vezes, político, responsável por distribuir as “benfeitorias” que o poder público não tratou de se encarregar.

Percebe-se, portanto, que se trata de sistema de reciprocidade, onde de um lado estariam os chefes municipais e os coronéis – no caso teresopolitano figuras concentradas no mesmo sujeito – responsáveis por conduzir a massa para as cabines eleitorais, e do outro, a representação do Estado, que disponha dos empregos, dos favores e da força policial necessária para manutenção da legitimidade social na cidade (LEAL, 2013; NEVES, 2014).

Esse arranjo propiciou um composto habitual de barganhas e concessões mútuas entre o governo e os coronéis, em que o governo estadual garante o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, concedendo ao mesmo, cargos públicos importantes “desde delegado até professor primário” (CARVALHO, 1997). Segundo Wanderley Peres, jornalista e uma das poucas fontes sobre a história teresopolitana, o coronel Claussen ganhou um título oficial de coronel da Guarda Nacional. Na historiografia brasileira comumente é abordado que grande parte dos dirigentes da Guarda Nacional, predicado herdado do Império, compravam o seu título de “coronel” junto ao Estado Brasileiro para que pudessem estar munidos de armamento suficiente para protegerem suas propriedades e manterem sob às ordens e armas, todos que dele fossem dependentes (LEAL, 2013).

Ainda que não se trate de um consenso, grande parte dos historiadores e sociólogos, todavia, entendem o coronelismo como fenômeno que possui início e fim. O que, evidentemente, não significa atribuir às práticas inerentes uma abrupta ruptura. Determinadas particularidades sobrevivem e se alocam dentro de estruturas consideradas modernas. Aliás, subsistem na forma de disputas entre famílias por *status* e influência local, considerando até as condições de exercício de mandonismos locais. Estas práticas que perpassam toda a história brasileira, desde o período colonial até o tempo presente (RESENDE, 2014). O

mandonismo sempre existiu, sendo uma característica do coronelismo e também do clientelismo (CARVALHO, 1997).

Normalmente o sistema é atribuído à uma certa hegemonia social do dono de terras, o que não é uma inverdade, visto as profundas marcas de primazias até hoje de um Brasil latifundiário. Mas embora normalmente se associe o fenômeno a práticas e *status* bem demarcadas como esta, deve-se compreender que se trata primeiramente, de uma “mudança qualitativa na tradicional dominação do poder privado, embora também seja uma forma de exercício de poder privado (...). O coronelismo tinha uma identidade específica, constitui um sistema político e um fenômeno datado” (RESENDE, 2014, p. 96, *grifo nosso*).

Leal chama esta influência de “prestígio próprio dos coronéis”, e abordava também de um prestígio outorgado do poder público. O governo não se sentiria em plenas obrigações com a *massa rural* se não fosse a liderança do coronel, isto ocorre para que ocorra o laço recíproco e não diminua a força do coronel junto ao povo rural que dirige.

Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica (...). Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. Os próprios fazendeiros, que carecem de estradas para escoamento de seus produtos e de assistência médica, ao menos rudimentar, para seus empregados, acabariam por lhe recusar apoio eleitoral. E o Estado — que, por sua vez, dispõe de poucos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem — tem de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública (LEAL, 2013, p. 34).

Sendo assim, é inevitável dizer que a massa da população representou um amontoado de votos de cabresto ao Claussen tio-triavô, onde a “debilidade dos fazendeiros só aparenta fortaleza em contraste com a grande massa de gente que vive, mesquinamente, sob suas asas e enche as urnas eleitorais a seu mandado” (LEAL, 2013, p. 39).

O “coronelismo” assenta, pois, nessas duas fraquezas: fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades. A melhor prova de que o “coronelismo” é antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais nós a temos neste fato: é do sacrifício da autonomia municipal que ele se tem alimentado para sobreviver (LEAL, 2013, p. 39-40).

O sobrinho-trineto do coronel Claussen, atual prefeito de Teresópolis, em processo de campanha não fez referência em momento algum ao percurso de seu ascendente à frente do Executivo Municipal. Contudo, o jornalista Wanderley Peres destacou na manchete do jornal Diário de Teresópolis, dois dias após a primeira eleição do prefeito: “Os Claussen voltam ao poder”. Embora o jornal seja a principal fonte de notícias da cidade serrana, o jornalista não pareceu tentar esconder seu gosto de ver o retorno da família à vida pública.

A ascensão do sobrinho trineto de Claussen ao poder acontece na década que marca o octagésimo aniversário de sua morte, e a boa memória da família do prefeito eleito só o credencia junto a sociedade para a realização de um grande governo, afinal, é o que se acredita e espera, quem sai aos seus não degenera. (PERES, Wanderley, 2018. Diário de Teresópolis).

Hoje, o mesmo jornal já se apresenta como forte crítico da gestão municipal. Em entrevista ao Diário TV, em processo de campanha para o seu primeiro mandato, Vinicius Claussen pareceu recusar o passado que fez questão de esconder. Demonstrou desprezar toda relação de dependência e favorecimentos que o setor público pode vir a oferecer aos interesses privados. Prometeu não contar com cargos comissionados e não se preocupará em resguardar qualquer cabo eleitoral em troca de favores. Mesmo que tenha prometido não ficar preso às práticas de dependência, o prefeito soube escolher exatamente o que era necessário ser dito aos eleitores teresopolitanos acerca das demandas apresentadas pela população. “Quem mais mata na nossa cidade, é o político corrupto. Quando ele desvia da educação e do desenvolvimento social, ele destrói sonhos” (CLAUSSEN, Vinicius. Entrevista concedida ao Diário TV, 2018). Todavia, ao falar deste assunto, ficou claro aos entendedores a referência dada pelo prefeito: “É um coronelismo que já ficou muito para trás, mas que ainda está muito presente na nossa prefeitura” (CLAUSSEN, Vinicius. Entrevista concedida ao Diário TV, 2018).

A emancipação de Teresópolis e o projeto privado dos “homens de negócio”

A autonomia do universo privado propiciava uma autarquia sobre os cargos e seus ocupantes no setor público e essa foi uma das características cruciais do período. Menciona-se que o Governador da Província do Rio de Janeiro, Francisco Portella, foi um dos grandes responsáveis pela emancipação de Teresópolis do posto de Freguesia de Magé para título de

cidade, e contou com um forte elo junto a grandes proprietários e capitalistas¹⁰. Estes, juntos, foram responsáveis pela *colonização* de uma cidade para o “progresso”.

O jornal *Theresopolitano*, o primeiro jornal registrado na cidade, estampa em 26 de maio de 1912 uma matéria redigida pelo jornalista José Bandeira Vianna, o projeto pessoal do 2º Barão de Mesquita e seus agregados de construir a cidade rumo ao desígnio privado:

Quem escreve estas linhas teve a honra, talvez imerecida, de ocupar o cargo de secretário da Intendência Municipal de Teresópolis, nomeada pelo então Governador Dr. Francisco Portella, uma das figuras salientes da propaganda, elevado ao poder pela revolução triunfante a 15 de novembro de 1889. Dessa Intendência faziam parte velhos e conceituados teresopolitanos como sejam: Coronel Fernando Claussen, Tenente Santos Leal, Bebiano Silva e Sebastião José da Rocha sob a presidência do Barão de Mesquita, investido nesse cargo pelo prestígio que lhe advinha de ser contrato com o Estado para a construção da cidade de Teresópolis que, de futuro, devia ser uma das mais belas e deslumbrantes cidades da América do Sul e Capital do Estado do Rio de Janeiro (THERESOPOLITANO, 1912 apud BABO SEDLACEK, 2012 – grifo nosso).

Com o propósito de modernizar a cidade serrana, recém-emancipada, a idealização da Estrada de Ferro Therezópolis foi arquitetada. Por conseguinte, o coronel Claussen demonstrou ser um ator de grande influência no processo, por meio da manchete destacada acima. Desse modo, a ideia de que os coronéis seriam atores necessariamente comprometidos com o atraso não é sustentado pelo caso empírico teresopolitano, tampouco por importantes historiadores que pensaram o coronelismo como Leal (2013). Embora, ainda seja possível, por vícios dualistas ou desencontros bibliográficos, haver esta associação.

Com o decurso do povoamento da cidade que vinha sendo direcionada ao desenvolvimento industrial, o patriarca Cel. Henrique Fernando Claussen assume a chefia municipal, enquanto Presidente da Câmara, antes mesmo da criação do cargo de Prefeito por determinação do segundo presidente dos Estados Unidos do Brasil, o militar Floriano Peixoto (BABO SEDLACEK, 2012).

Guilherme Babo Sedlacek, historiador que em sua dissertação se debruçou sobre a idealização e construção da Estrada de Ferro Therezopolis¹¹, sustenta que sua pesquisa visou

¹⁰ Nomenclatura marxista pertinente dada por Babo Sedlacek (2011) atribuída aos homens de negócio interessados na emancipação teresopolitana para que pudessem concretizar seus interesses econômicos.

esclarecer dois aspectos centrais para a compreensão completa acerca do primeiro e grande empreendimento da cidade. Por um lado, gostaria de captar por completo as relações e minúcias entre o capital financeiro e o Estado republicano em construção e, por outro, interpretar a ideologia orientada ao “progresso” pela qual a aliança entre o capital financeiro e o Estado foi consolidada na conjuntura política e memória teresopolitana.

O autor acrescenta ao trabalho um arremate sobre a discussão sobre a emancipação teresopolitana por meio das relações consolidadas entre o poder local e poder central, que se trata de um dos maiores conflitos existentes no despontar da República que surgia no fim do século XIX. As circunstâncias que desenhavam o Rio de Janeiro, enquanto centro urbanizado, e Teresópolis, enquanto cidade-projeto demonstram claramente essa relação aproximada entre esses poderes que levou à idealização do solo teresopolitano como propício para receber essa grande estrutura que estava por se construir.

Em esfera política nacional, é inegável avaliar a orientação liberal existentes nos Ministérios da Fazenda sob os comandos de Visconde de Paranaguá, José Antônio Saraiva e do Visconde de Ouro Preto. Estes homens favoreceram o aumento da atividade financeira no Rio de Janeiro, e garante Babo Sedlacek (2011, p. 9) que “mesmo os gabinetes conservadores mantiveram a política econômica liberalizante”.

O autor acrescenta que estas “medidas econômicas liberalizantes”, presentes no cerne republicano, vieram de encontro aos interesses dos capitalistas nacionais, que já eram detentores de capital e “repletos de vontade” de aumentar seus empreendimentos, aproveitando a possibilidade para acumulação privada. Os empresários à frente da E.F.T., o II Barão de Mesquita e Comendador Moitinho souberam aproveitar os ares político-econômicos liberalizantes adotada pelo Ministério da Fazenda

(...) para ampliar sua atuação no setor ferroviário e lucrar com a valorização e desapropriação de terras que adquiriram na freguesia de Santo Antônio do Paquequer. Além da concessão do transporte de cargas e passageiros, a exploração dos serviços públicos na cidade a ser construída também foi atribuída à companhia, que assume, então, um papel central na urbanização de Teresópolis e na realização do projeto de modernidade fluminense (BABO SEDLACEK, 2011, p. 13).

¹¹ É concedida por meio do Decreto nº 84 de 19 de maio de 1890, a construção de uma estrada de ferro que ligasse Niterói à Cantagalo, passando por Teresópolis (BABO SEDLACEK, 2012).

O autor faz questão de nomeá-los enquanto “homens de negócio” para retratar que a expansão econômica e patrimonial destes sujeitos no período republicano foi fruto dessa inserção nos territórios “sem-gente”, a fim de adquirir benefícios com essas realizações.

A antiga fração da Freguesia de Magé, além de surpreendida pela emancipação às pressas para pôr em prática uma projeção privada, havia uma outra intencionalidade que se escondia por trás desse ressaltado ideológico para o progresso. A cidade assim que emancipada viria a receber o título de mais nova capital do Rio de Janeiro e que por isso, a construção repentina de uma Estrada de Ferro era justificada para tornar o acesso mais facilitado à cidade que abrigaria um título desta proporção. Contudo, mesmo que essa intenção tenha sido preponderante para a construção da E.F.T., seja como causa ou como consequência da transferência da capital, é preciso atestar que a cidade não oferecia o aporte necessário para receber a capital pois não supria nem o básico que era a infraestrutura necessária para tal (BABO SEDLACEK, 2012).

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou o Decreto de outubro de 1890 que transferia a capital de Niterói, por não a considerar segura em contexto da Revolta da Armada, para Teresópolis. Importante salientar que nesta data, a cidade nem sequer havia sido emancipada, o que viria a ocorrer apenas nove meses depois. No final, provocou uma certa resistência por parte do Estado em efetivar essa mudança. Por depender de um novo contrato e da sanção da lei pelo governador do estado, José Thomaz da Porciúncula, acabou por não ocorrer oficialmente a transferência. Logo após esse momento, o Legislativo Estadual optou por transferir a capital para Petrópolis, outra cidade da Região Serrana do estado, porque constataram que Teresópolis ainda não estaria apta, ainda se tratava de um projeto em construção. Mas a ideia de construir a capital em Petrópolis também não foi bem aceita por boa parte dos republicanos, pois embora

Petrópolis possuía os atrativos naturais (vegetação e clima) comuns ao outro vale da Serra dos Órgãos, era dotada de estrada de ferro, de infraestrutura urbana, possuía grande contingente de trabalhadores imigrantes etc., (...) cheirava ao “mofo” do Império em cada elemento deste. Por isso, construir uma nova capital em Teresópolis continuava na ordem do dia, mas tornava-se, cada vez mais, uma fantasmagoria, um trem-fantasma como a Madeira-Mamoré e uma cidade-fantasma, uma província com ruínas de uma “capital-por-se-fazer” (BABO SEDLACK, 2011, p. 25).

Trazer a capital para a (futura) cidade e ter chance de gerar sobre ela, o lucro desejado ao fazer girar o capital dos *homens de negócio* e das elites que se formavam na cidade em povoamento, demonstra-se claramente a verdadeira finalidade. A seguir de, inclusive, comprovações das irregularidades e desvios que ocorreram na construção da E.F.T., não resta nenhuma sombra de dúvida do que, na realidade, era entendido enquanto progresso para a cidade serrana. O que eles prometiam deixar para trás, rumo a uma cidade que aproveitaria a sua beleza natural e teria a modernidade embutida, na realidade, carregava o que de mais arcaico poderia ter no epicentro da República: o benefício privado da coisa pública.

A emancipação veio exatamente um ano após o presidente do estado, Francisco Portella conceder a licitação para construção da E.F.T. ao 2º Barão de Mesquita e ao Comendador Moitinho (BABO SEDLACEK, 2012; OSCAR, 1991). A E.F.T. levaria ao solo teresopolitano recém-emancipado uma representação autêntica do que se entendia enquanto “modernidade” no período. Substituiria

(...) a penosa viagem no lombo de mulas serra acima, era também uma condição para o projeto de transferência da capital. A E.F.T. foi apresentada na imprensa e no discurso político da época sob o signo do progresso republicano, da substituição do passado agrário do Império pela modernidade urbana. Niterói, antiga capital marcada pela herança colonial e imperial na sua urbanização e pela insalubridade associada à baixada e aos portos, daria lugar a uma capital cuja natureza era motivo de exaltação e cujo clima era adequado aos padrões sanitários e higiênicos vigentes (BABO SEDLACEK, 2011, p. 2).

A E.F.T., que simbolizou um importante marco para história da emancipação teresopolitana, não obteve êxito e por isso, não chegou a ser finalizada. Mesmo os autores e cronistas mais importantes da história local não souberam examinar as causas do insucesso. Babo Sedlacek (2011, p. 8) arrisca dizer que a frustração pode ter relação com a “crise estrutural do capitalismo industrial, com a quebra da bolsa de valores de Londres, em 1873”. Embora o autor relembre que, no período, a cidade e os municípios vizinhos da Região Serrana, já viviam um período de prosperidade nas fazendas.

Superficialmente, acredita-se que tendo sido mantida as fazendas em plena abundância, poderia ter se conservado a construção da E.F.T. em pleno funcionamento. Pois, sabe-se que partiu destes *homens de negócio* e donos de terras, os interesses mais fecundos por trás deste empreendimento. Estes, eram os principais realizadores e beneficiados da “inovação” que se construía. Mesmo com a comprovação de que ao menos 7% de juros sobre

os capitais empregados nas obras, eram retornados aos bolsos dos capitalistas serranos, comumente afirmam que não foram levantados os recursos necessários para levar o empreendimento à frente. Destaca-se a possibilidade de que a E.F.T. não serviu aos coronéis e as elites locais tais benesses como queriam e almejavam, fazendo com que uma elite mal-humorada com o que esperava receber, deixasse sua idealização pela metade sem qualquer remorso, para que pudessem construir outra parceria e aplicar seus lucros em outro lugar.

O poder local e o entendimento acerca das elites locais: breve análise

Dentro do campo de análise a respeito das disputas de poder, cabe questionar do que se trata o *local* e qual é limite do conceito. Marcia da Silva (2008), geógrafa preocupada com as questões que envolvem as dominâncias de poder nos territórios, diz que no Brasil, o conceito “local” é compreendido, regularmente, como algo relacionado à esfera municipal, o lugar onde se exerce o poder nessa região, podendo ser a prefeitura juntamente com câmara municipal e as múltiplas instituições sociais a este âmbito vinculados.

Fischer (1992) salienta que para entender o *local* e as relações de poder nele existentes, não se deve limitar ao campo da esfera política, mas sim, conceituá-lo como o poder exercido que pode perpassar o ambiente econômico, social, cultural e simbólico. A autora salienta que o conjunto de redes sociais que se articulam e, até mesmo, se sobrepõem, as relações de cooperação e conflito que giram em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse próprio conjunto, pode e deve ser analisado para entender a amplitude do conceito.

A noção de ‘local’ contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o ‘local’ refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do ‘local’ remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas (FISCHER, 1992, p. 2).

Importantes análises teóricas buscam compreender estes conflitos existentes entre as classes mais abastadas – lidas aqui como detentoras de capital econômico e cultural – e as classes mais subalternizadas que só são detentoras do que tudo produz (o trabalho), e não do que foi produzido: os trabalhadores detentores apenas da força de trabalho. A teoria marxista é pioneira, na medida que entende a sociedade, a partir dos conflitos existentes entre as classes sociais possuidores de interesses antagônicos.

A partir de uma ótica marxista, a sociedade deve ser lida por sua veia conflituosa por natureza. Não cabe analisar, portanto, que todo processo de “controle” das massas subalternizadas tenha se dado de maneira pacífica e contando com submissão plena dos trabalhadores rurais. Entretanto, uma cidade pouco povoada sob à luz de uma Constituição brasileira nada inclusiva, que não considerava como eleitorado boa parte da população que não era letrada ou possuidora de terras, determina de certa forma, no revezamento dentro do poder institucional uma circulação como apenas intraclasses, ou seja, eram os homens abastados de capital, poder extra institucional que concorriam entre si por estes cargos ou para que representantes de seus interesses ali estivessem ocupando e garantindo o braço estatal necessário para suas realizações privadas.

Uma disputa como esta, entre famílias em busca de poder no território, ocorreu no seio teresopolitano conforme descrito pela historiografia local. Em derrota histórica nas urnas em 1922, Henrique Fernando Claussen perde as eleições para outro coronel chamado Sebastião da Fonseca Teixeira, tendo tido apenas 1 voto contra 590 do seu oponente (OSCAR, 1991, p. 38). Cristina Buarque de Hollanda, tratando da circulação das elites dentro do campo institucional, acrescenta que

Quando a circulação dentro da elite não acontece, a tendência é que ocorra entre elites de modo radical. O confinamento de membros superiores em extratos inferiores, sem perspectiva de mobilidade, conflagra um processo de formação de nova elite entre os homens superiores em condição de subordinação. Esse grupo passa a disputar poder com aquele se fechou à renovação. Se a circulação não percorre os caminhos mais suaves, tenderá a se precipitar de forma violenta. (...) Não existe, portanto, arquitetura institucional capaz de manter uma elite indefinidamente no poder, e a história política é descrita, por este motivo, como um “cemitério de aristocracias” (HOLLANDA, C. B. de, 2011, p. 30).

A teoria das elites estrutura o poder local a partir da influência de determinados grupos engendrados na vida social, sendo o ápice da hierarquia apresentado por meio dos grandes empresários e as lideranças políticas em destaque, onde

A inserção na estrutura de poder aconteceria pela riqueza, pelo prestígio social e pela utilização da máquina política. A coesão se daria pelos interesses comuns, pelas obrigações mútuas ou pelos hábitos partilhados por essa elite. Nesta teoria, a sociedade seria frequentemente composta por uma minoria detentora de poder (“classe superior”) em contraposição a uma maioria dele privada (MARQUES apud SILVA, 2008, p. 72).

Enquanto, esta ótica de análise percebe a sociedade como uma pirâmide, a teoria marxista vê o poder local se constituir a partir do conjunto de relações entre os dominantes e dominados, ou seja, pauta o antagonismo histórico da vida social sempre a partir de duas classes, opostas e com interesses divergentes, não meramente como elites e massa, passivas entre si, mas sim com a existência de conflitos no interior e entre as classes.

Cabe evidenciar que embora se atribua ao coronel total hegemonia acerca dos mandos e desmandos no meio rural, deve-se destacar a existência constante de conflitos entre a elite dominante e estas forças pela disputa do poder local. Não significa analisar a partir de um anacronismo que ignora o período histórico. Evidentemente havia uma população numerosa de dependentes das benesses do coronel em seu contexto local, mas isso não simboliza ignorar que a narrativa histórica deixou de lado os conflitos da base contra a hegemonia desta figura patriarcal, como ocorreram com os quilombolas da serra teresopolitana. Pois sob uma análise marxista, é ineficiente não pensar a sociedade como uma persistente luta entre as classes sociais, mesmo sendo elas, tomadas pela consciência limitada do seu universo quieto e rural.

Para além da interpretação dos conflitos existentes em território, a leitura marxista da sociedade vai depender também do entendimento das complexidades estruturais, ou seja, da análise completa da base econômica e da superestrutura. A partir daí, deve-se considerar a ação dos capitais envolvidos na produção da política, seus interesses e recursos de poder próprios, sendo eles não só financeiros, mas também simbólicos (SILVA, 2008, p. 6).

As oligarquias agrárias no interior dos estados brasileiros utilizaram do processo de consolidação de um modelo republicano federalista, fresco e “importado” da Europa, para promover uma auto ascensão de poder, não só em cargos dentro da política, visto que Teresópolis ainda estava vindo a se emancipar e não obtinha cargos públicos para isso. Mas, aproveitou a brecha existente entre o governo estadual – disposto a lucrar por meio de contratos escandalosos na construção da E.F.T. – e os capitalistas “visionários”, que veriam neste projeto um trampolim de oportunidades.

O fenômeno conhecido como coronelismo expressa uma das particularidades do desenvolvimento social e político do Brasil que servirá para perceber que dentro dos espaços de poder, sob os limites territoriais, o que viria a ser o local e as questões que envolvem esse conceito. As divisões dos territórios e as configurações de poder existentes dentro dele construiu um campo fecundo, até após o fim do efeito coronelista em 1930, o impulso certo ao triunfo de determinadas famílias dentro da cidade projetada, inclusive a família Claussen que certamente foi influenciada por esse fomento estatal.

Os descendentes do coronel Claussen, certamente após a série de passagens pela política local de seu antepassado, se beneficiaram dos excedentes que toda essa passagem o proporcionou. As enormes fazendas e capital acumulado viriam a servir de algum modo aos próximos empreendimentos que viriam a se desenvolver na cidade.

É preciso antes certificar que, de fato, o coronel Claussen não foi o idealizador tampouco o principal financiador da construção da E.F.T., mas esteve próximo de todos aqueles que bancavam majoritariamente o empreendimento que surgiria. Não é à toa que isso havia lhe rendido o cargo à frente do Executivo da cidade. Ali permaneceu entre poucas alternâncias, inclusive dando lugar ao seu filho que também chefiou a cidade por um tempo.

Os herdeiros desta estrutura fundiária desigual, vão prosperar dentro do capitalismo brasileiro. A cidade-projeto que antes abrigava as grandes fazendas, virá a abrigar uma rede hoteleira, gastronômica de uma mesma malha de padrões e encarregados que descendem dessa mesma linhagem genealógica. Por outro lado, os descendentes dos sujeitos excluídos e dependentes que viviam para trabalhar nas fazendas dos coronéis da cidade, agora são os trabalhadores dessa grande rede turística.

Portanto, se demonstra necessário analisar os desdobramentos a partir dos herdeiros destes coronéis para atrelar, na medida do possível, o cargo obtido no poder público e a sua proximidade aos *homens de negócio* ao sucesso existente nos empreendimentos que hoje administra. Como já discutido, Teresópolis desde a sua fundação serve aos interesses do capitalismo ascendente e essa lógica se perpetua até hoje, nas mais recentes repercussões municipais.

Normalmente, ao abordar a relação do Estado e do mercado, ou até mesmo das implicações dessa relação e das investidas do neoliberalismo, comumente se encontra uma discussão muito pautada em escala nacional ou a partir de um sistema de múltiplos estados. Contudo, é possível, e necessário, encontrar aspectos relevantes sobre essas relações em

equivalência local, pois nos municípios essas associações ganham outra dimensão e não devem ser interpretadas como relações nacionais de mesma natureza e complexidade, mas lidas em miniatura, isto é, um mesmo complexo reduzido em escala local.

As suas potencialidades de jurisdição própria, independentes das esferas estaduais e nacionais, devem ser analisados como detentoras de certa mobilidade considerável. As escolhas, nesse processo, podem ser de orientação neoliberal ou desenvolvimentista, ou por vezes, representar uma orientação não precisamente definida.

Apresentar as relações existentes entre essas duas instituições e realizar, na medida do possível, a transposição coerente desse cenário ao município será de suma importância para esse capítulo. Entender as particularidades dessa relação, irá nos levar a um entendimento antidualista. O “moderno” e o “atraso” também podem se relacionar dentro de um contexto sem que necessariamente signifique a anulação de um pelo outro. De modo que o “atraso” e “moderno” não correspondem também oposições em uma matriz de conceitos. Se previamente já foi discutido a República Velha como resultado de processos históricos, tendo em vista que estes processos são inacabados na medida que abarcam a história enquanto objeto mutável, o neoliberalismo brasileiro também não pode ter fugido dessa influência.

O liberalismo em sua caricatura “moderna”, chamado neoliberalismo, possui a tendência de se combinar com mecanismos tidos como atrasados, como já ocorrem em certos partidos nacionais que misturam um liberalismo econômico enquanto ignora totalmente os valores e princípios do liberalismo político. E mesmo em caso de fuga dessas combinações, não se pode negar as influências existentes na acumulação de capital decorrentes da atuação do coronelismo nos territórios como já discutido na seção anterior.

Interessante destacar que após a participação nas disputas políticas na cidade, Henrique Fernando Claussen, já fortalecido por essas atuações, se ausentou do cargo da política local e começou a crescer de forma particular na cidade teresopolitana. Com a chegada da Estrada de Ferro Therezopolis, importante rota que ligava à cidade ao Rio de Janeiro, o coronel e sua família foram fortemente favorecidos pois tiveram facilitadas as suas rotas comerciais.

Essa associação entre os interesses públicos e os interesses privados sempre foram um campo em disputa no Brasil e no mundo e adentram com muita precisão nas discussões acerca do planejamento urbano, pois afetam diretamente as escolhas de gestão de cidades. A relação entre o público e o privado são discussões ainda atuais no Brasil e justamente por isso, obtém-

se forte crescimento do liberalismo e vertentes, e da alternativa do mercado como opção para onde o Estado deve se estabelecer mínimo para que possa recorrer a ele.

Em sua autobiografia, o filho do coronel Claussen, resgata a trajetória de seu pai em meio ao poder municipal, as terras que possuía e os mais de 100 trabalhadores rurais que tinha realizando o trabalho agrícola de suas fazendas (CLAUSSEN, 1973). Se antes, o próprio gerava até em sua vida privada, uma grande dependência aos poucos trabalhadores que existiam no território. Hoje, com esta primazia material que acumularam, mantém os descendentes desses trabalhadores como dependentes diretos desta grande rede empregatícia que tem recebido denúncias de monopólios na cidade. As terras não são mais o campo de trabalho, necessariamente, mas suas propriedades (e construções urbanas) ainda mantêm sujeitos subalternizados dentro do capitalismo brasileiro.

Os Claussen de ontem, grandes na produção agrícola se apropriando de mão de obra explorada, evidenciam hoje, uma forte rede de trabalhadores mal remunerados que ainda aparecem de maneira maciça na cidade. Uma adaptação brutal entre o coronelismo, tido como atraso, e o capitalismo tido como moderno, abordado de maneira primorosa na obra de Francisco de Oliveira (2003).

Vinicius, o empresário-político como tantos outros, que se apresentou durante sua campanha como “novo”, à frente do poder executivo municipal, evidencia como são frágeis essas descrições dualistas do moderno e do atraso em oposição (OLIVEIRA, 2003), visto que o atual prefeito representa um império Claussen já iniciado no século XIX que, presumidamente, caminhou junto ao poder público para ser erguido. Além disso, é preciso evidenciar que o discurso de “renovação” veio atrelado à discursos já conhecidos. Em campanha, ainda para o primeiro pleito, o prefeito e também seu vice, assinaram uma declaração reconhecida em cartório afirmando que, em caso eleitos, abdicariam de todo salário e destinariam as quantias às instituições do município, de escolha dos próprios, até dezembro de 2020. Essa postura certamente fortaleceu o candidato que não se encontrava diante dos favorecidos para vencer as eleições. Somado ao seu discurso empreendedor de sucesso, reproduziu sob o eleitor médio a perspectiva de que não tem porquê ser corrupto diante do bem público, pois já se tratava de um sujeito rico e bem-sucedido em seus empreendimentos.

No próximo capítulo, aprofundaremos o cenário contemporâneo da política municipal, dando territorialidade e temporalidade aos fatos que serão narrados. A conjuntura, neste caso,

será importante aliada. Além disso, conheceremos mais a fundo esta importante personagem da dissertação: o então ocupante da cadeira suprema do executivo municipal.

CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO URBANO PELO CAPITAL, O “MERCADO” DO CRIME AMBIENTAL E AS ESTRATÉGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES

O histórico político-institucional

A cidade de Teresópolis vivenciou instabilidades político-econômicas que proporcionaram uma série de questões discutidas nesta dissertação. Por este motivo, acredito que não será possível compreender a complexidade de todo decurso vivenciado pelos cidadãos da cidade nos últimos 10 anos sem este resgate político, que também se trata de uma memória das elites locais em disputa institucional. Visto que, em uma cidade média, com ares de interior, a sofisticação eleitoral é tátil: ela é feita de acordos em micro e macro escalas.

É fato que a dissertação tem se proposto a alcançar um período histórico ainda maior, remontando o período da República Velha. Pois, o contexto histórico da emancipação teresopolitana, no período em que os elos de poderio privado foram fortalecidos, irá contribuir para contrapor com o discurso político que elegeu o atual prefeito da cidade. No entanto, o processo conflituoso que culminou na eleição deste mesmo prefeito, pode ter se intensificado na última década e culminou em uma série de arranjos que formam a sua figura como um agente crucial na dinâmica da cidade.

Importante destacar que vida social é marcada por muitos processos que não podem ser resumidos a pequenos eventos. Todo decurso histórico é resultado de complexidades que não são facilmente atribuídas à nexos causais esclarecidos. Portanto, não será o intuito da dissertação atribuir uma causalidade a nenhum dos eventos que a cidade vivenciou, tampouco nesta introdução apontar o início dos conflitos na Prefeitura e na Câmara Municipal teresopolitana. Apesar disso, se trata de uma diligência apresentar os principais marcos na política local nos últimos anos que estamparam as manchetes¹² e foram motivadores na construção de um sentimento de desesperança da população em relação ao “público” e ao “político”.

Mário Tricano (PP) foi o político que mais esteve à frente do Executivo da cidade, tendo totalizado, ao todo, 5 mandatos. Foi eleito pela primeira vez por forma direta em 1989,

¹² Tais notícias foram resgatadas de diferentes meios de comunicação, locais e até mesmo nacionais, e foram citados detalhadamente nas referências.

sendo o primeiro prefeito a gerir a cidade a partir da redemocratização. No fim do seu segundo mandato consecutivo, em 2007, Tricano renunciou ao cargo deixando sob as responsabilidades do vice-prefeito, Roberto Petto Gomes (PDT), com o intuito de se candidatar no ano seguinte, contornando à medida que proíbe a consecução do mesmo prefeito por mais de dois mandatos. Em 2008, concorreu às eleições novamente, contudo, Jorge Mário Sedlacek, tradicional médico da cidade, candidato pelo Partido dos Trabalhadores, saiu vitorioso conseguindo uma ampla diferença em relação a Tricano, segundo colocado. Este episódio, inclusive, é citado no último capítulo em meio a entrevista chave.

Ainda sob a sua gestão, Jorge Mário presenciou um episódio ainda muito presente na memória dos teresopolitanos como a “tragédia”. Com as fortes chuvas que caíram na madrugada de 12 de janeiro de 2011, parte da cidade foi destruída ocasionando em muitas mortes e desaparecimentos. O Governo Federal destinou um alto montante para a reconstrução das áreas atingidas da cidade e para custear todos os gastos com os desabrigados. Contudo, o prefeito foi acusado de corrupção pelo desvio do dinheiro destinado ao apoio das vítimas.

Em 02 de agosto de 2011, a Câmara de Vereadores aprovou, por unanimidade, o Projeto de lei que pedia o afastamento temporário do prefeito devido às acusações deste desvio. Em novembro do mesmo ano, ele teve seu mandato cassado definitivamente pela Câmara Municipal da cidade, por unanimidade. O vice-prefeito, Roberto Pinto (PR) chegou a assumir o cargo de prefeito, mas morreu em decorrência de um infarto apenas dois dias após sua posse. Com isso, o presidente da Câmara Municipal, Arlei de Oliveira Rosa (PMDB) assumiu o cargo interinamente, e tinha agora sob as suas mãos a responsabilidade da reconstrução da cidade.

Após a cassação do petista do cargo de prefeito, Teresópolis começou a vivenciar uma forte crise política e econômica que gerou muita instabilidade. Em dezembro daquele ano, os juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) aprovaram, em sessão ordinária, uma nova eleição para o município para fevereiro do ano seguinte, algo que não ocorreu. Portanto, Arlei Rosa permaneceu governando a cidade interinamente por 16 meses até as eleições municipais tradicionais que estavam previstas para 2012.

Mário Tricano montou uma chapa com Sandro Dias (PP) para disputar as eleições municipais de 2012, pois sabia que obtinha grandes chances de retomar o cargo no Executivo

Municipal após os recentes escândalos que haviam sido divulgados. Assim ocorreu, Tricano venceu por votos totais, no entanto, não pôde assumir a prefeitura pois havia ficado inelegível com base na lei da Ficha Limpa, após uma condenação por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação nas eleições de 2008.

Embora nunca tenha sido culpado pelas acusações, Tricano também foi processado sob alegação de participação no assassinato de Radvay Correia, em 1971, e em outros três assassinatos na década de 1980, todos ligados ao jogo do bicho na Baixada Fluminense e a sua relação com Anísio Abraão David. Essas acusações levaram à prisão de Tricano junto com outras 60 pessoas, em 2011, em uma operação policial nominada de “Operação Dedo de Deus”. Todavia, a justiça revogou a prisão de Mário Tricano em fevereiro de 2012. Outras polêmicas envolveram a vida do prefeito ao longo de sua vida pública, como o assassinato de seu filho por rivais em 1998 em decorrência de seu envolvimento com o jogo do bicho.

Após a sua inelegibilidade, por decisão judicial, Arlei Rosa permanece na prefeitura por ter sido o segundo mais votado nestas eleições. Arlei Rosa tinha conquistado dois mandatos na cidade e não foi eleito de forma direta em nenhum deles. No entanto, logo em seguida, em 2015, Arlei foi caçado pela Câmara Municipal de Vereadores, sob acusação de improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e uso indevido dos recursos do município. Restou para o seu vice, Márcio Catão (PSD), assumir a prefeitura até que Tricano, por meio de uma liminar na justiça, nos primeiros dias de 2016, teve autorização provisória de assumir do cargo no qual havia vencido em números totais, até que o STF julgasse a retroatividade de 8 anos da Lei da Ficha Limpa.

Nas eleições de 2016, Tricano viria se candidatar novamente para o cargo, na tentativa de uma nova reeleição, mantendo sua chapa com Sandro Dias. Venceu as eleições novamente, mas recebeu a notícia, dias após sua vitória, que o TRE-RJ havia indeferido sua candidatura. Ele recorreu e por meio de uma nova liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes, conseguiu pleitear ao cargo no ano seguinte.

Após a diplomação, Mário Tricano, não deixou de se envolver com mais polêmicas enquanto prefeito. Em 23 de agosto de 2017, solicitou afastamento do cargo de prefeito por 180 dias à Câmara de Vereadores, alegando “problemas relacionados à saúde”. Ao protocolar seu afastamento na Câmara, a razão apresentada pelo prefeito foi “para assuntos de interesses particulares sem vencimentos”. Contudo, pouco mais de dois meses depois, foi entrevistado

pelo InterTV, telejornal local da Rede Globo e afirmou que entre os motivos particulares que levaram ao seu afastamento incluía a reforma de imóveis de sua propriedade.

“Tirei [licença] porque tenho três prédios para serem reformados, meu hotel para colocar as coisas em dia, meu haras e minha fazenda. Tudo isso estava relativamente parado e eu tinha que resolver isso, como coisas jurídicas aqui no escritório e eu precisava de tempo” (TRICANO, Mário. Entrevista concedida ao InterTV RJ em 23 ago. 2017).

Após esta declaração, a Câmara de Vereadores que representava ao prefeito, uma evidente oposição, protocolou imediatamente uma solicitação para o cancelamento de sua licença e exigiu seu retorno às atividades administrativas em um prazo máximo de 15 dias. Com o recurso apresentado pelo prefeito à justiça, ele garantiu sua licença até janeiro de 2018. Após meses desse episódio, Tricano admite que se licenciou do cargo para denunciar ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e à Polícia Civil o esquema de corrupção que ocorria na Câmara Municipal de Teresópolis. O ex-prefeito havia gravado os vereadores de Teresópolis pedindo propinas e vantagens indevidas a ele. Sua denúncia levou à prisão 6 dos 12 vereadores de Teresópolis, em 25 de maio de 2018 em uma operação nominada como “Operação Ananás”.

Antes mesmo da prisão dos vereadores em decorrência de sua denúncia, no dia 23 de março de 2018, Tricano renuncia após desistir da liminar que o mantinha no cargo, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) havia decidido manter a aplicação da Lei da Ficha Limpa que ampliava a condenação de três para oito anos de inelegibilidade a políticos condenados eleitos antes de 2010, quando a Lei entrou em vigor. Por isso, toda sua chapa foi anulada e, Pedro Gil, do mesmo partido do prefeito e que ocupava o lugar de presidente da Câmara Municipal, assumiu o cargo em 4 de abril de 2018.

No mesmo ano, o TRE-RJ publicou a Resolução nº 1.024/2018, que determinou a realização de eleições suplementares para os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Teresópolis. Desta vez, as eleições suplementares, de fato ocorreram resultando na vitória do candidato do PPS, Vinicius Claussen, personagem desconhecido na política e militância municipal, com uma diferença de apenas 22 votos em relação ao segundo colocado, o Dr. Luiz Ribeiro, médico muito conhecido na cidade e um rosto familiar mediante a tentativas anteriores de conquista do cargo. Em 2020, em pleito ordinário, foi reeleito para o cargo ao receber 56,17% dos votos válidos, vencendo novamente seu antigo adversário, o Dr. Luiz

Ribeiro que conseguiu apenas 29,31% dos votos válidos¹³. Com isso, rompe-se uma velha tradição de eleição de profissionais da saúde.

Durante a campanha de Vinicius Claussen, ao primeiro mandato, foi possível identificar no discurso apresentado por ele fortes evidências de uma promessa do combate à “velha política” utilizando-se de um discurso muito específico e nada recente na história brasileira. Após uma investigação mais à fundo sobre o homem que assumiria o cargo de novo prefeito teresopolitano após tantas alternâncias em poucos anos, foi possível perceber que sua campanha evidenciava a figura do homem empreendedor, que conquistou suas propriedades fruto de um esforço individual absoluto, mas ocultava uma informação que a maioria do seu eleitorado não conhecia: a hereditariedade de seus empreendimentos.

O político-empresário Vinicius Claussen e suas gestões

Vinicius Cardoso Claussen da Silva (1978-) é um empresário, político e atua como prefeito da cidade de Teresópolis, em seu segundo mandato. Nasceu na cidade e tem como o primeiro chefe do executivo municipal, Henrique Fernando Claussen, sendo sobrinho-trineto dele. É filho de bancários, graduado no curso de administração pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) e pós-graduado em gestão na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo o próprio, em entrevistas ao Diário TV de Teresópolis, iniciou sua trajetória profissional trabalhando no setor de habitação de um agência da Caixa Econômica Federal do município. Logo após, gerenciou uma unidade local do Mc Donald's, assim que inaugurado, e foi responsável por executar uma franquia local do *Imaginarium*, loja de presentes e criativos, ao mesmo tempo em que iniciou seu primeiro negócio, também no ramo gastronômico: o Restaurante K17 Submarino, localizado no Shopping Teresópolis e o Viva Itália, localizado na principal avenida da cidade: a Avenida Alberto Torres, no bairro do Alto. Alguns anos mais tarde, em 2006, retomou a produção da cerveja Therezópolis, na Cervejaria Sankt Gallen, criada por seu ascendente, Alfredo Claussen.

Destacando-se como um empresário local, Vinicius Claussen ingressou na carreira política em 2018, quando a a crise institucional, já apresentada na seção anterior, levou Teresópolis a realizar uma eleição suplementar para prefeito. Foi filiado ao Partido Popular

¹³ UOL (2020).

Socialista (PPS), posteriormente renomeado como Cidadania, em que em sua primeira campanha, a conduziu ancorando-se em princípios eleitoreiros, promovendo uma abordagem de "nova política" e se posicionando como uma alternativa ao *establishment*. Vinicius emergiu vitorioso nas urnas com 36,58% dos votos em uma eleição acirrada, onde sua vantagem sobre o segundo colocado foi de apenas 22 votos. Em 2020, já filiado ao Partido Social Cristão (PSC), foi reeleito com uma impressionante marca de 56,17% dos votos, tornando-se o prefeito mais bem votado da história do município.

Conforme revelou em entrevistas, Vinicius já demonstrava interesse pela política desde o início da década de 2010. Demonstrando constante ativismo nas discussões públicas, especialmente no que diz respeito à relação entre iniciativa pública e privada. Em 2016, recebeu a nomeação para o cargo de Conselheiro Municipal de Turismo de Teresópolis (Contur), durante a gestão do então prefeito Mário Tricano. Àquela altura, Vinicius já desempenhava a função de diretor de turismo na Associação Comercial Industrial e Agrícola (ACIAT)¹⁴.

Em 25 de julho de 2017, Vinicius foi eleito como presidente do “Teresópolis Convention & Visitors Bureau”, uma associação encarregada de supervisionar o roteiro turístico privado da cidade, assumindo o cargo em substituição ao Fabio Costa Velho, para um mandato de dois anos. A partir desse ponto, Vinicius passou a se envolver ainda mais profundamente com questões políticas, e sua presença na mídia se tornou cada vez mais frequente, especialmente quando o foco era o turismo.

Após o afastamento de Jorge Mário Sedlacek, em agosto de 2011, Teresópolis enfrentou uma notável instabilidade política. Como observamos na seção anterior, durante o período de 2011 a 2018, o município testemunhou a sucessão de sete prefeitos em apenas sete anos: Jorge Mário, Roberto José Pinto (que ocupou o cargo por meros dois dias antes de falecer devido a um infarto), Arlei Rosa (que governou por 4 anos e 83 dias antes de ser cassado pela Câmara Municipal por improbidade administrativa), Márcio Catão (breve mandato de 82 dias), Mário Tricano e Sandro Dias (que se alternaram no poder por 2 anos e 74 dias, em um período marcado por liminares judiciais) e Pedro Gil (prefeito por 140 dias).

Em 15 de março de 2018, uma matéria do jornal O Diário de Teresópolis mencionou Vinicius como um dos potenciais candidatos à prefeitura em uma eleição suplementar que se

¹⁴ Esta Associação e o interesse pela pasta de turismo aparecerão na seção seguinte.

tornou realidade em 18 de abril de 2018, quando o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) confirmou sua realização após a retirada de Tricano da disputa. Vinicius oficializou sua pré-candidatura, juntamente com seu vice, Ari Boulanger Scussel Junior, ambos representando o Partido Popular Socialista (PPS), em 23 de abril de 2018, obtendo a aprovação "deferida" do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro em 30 de maio.

Além disso, Vinicius se alinhou ao movimento político e social chamado Livres, que preconiza principalmente o liberalismo político e social. Sua breve campanha, que teve um custo de 145 mil reais, concentrou-se em discursos já conhecidos como "mudança", "renovação" e "nova política".

Em outubro de 2019, Claussen formalizou sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), solidificando sua afinidade com o então governador Wilson Witzel, o que resultou em seu desligamento do movimento Livres. Em 12 de setembro de 2020, durante uma convenção partidária do PSC, Claussen recebeu a confirmação como candidato à reeleição pelo partido, mantendo Ari Boulanger, também do PSC, como seu vice na chapa. As eleições municipais deste ano ocorreram em novembro devido à pandemia de Covid-19.

O Espaço Cultural Higino, localizado no Hotel Higino, foi o local da posse do primeiro mandato, algo incomum na política teresopolitana. Espaço que Vinicius Claussen já havia frequentado, em outro contexto, quando associado ao Movimento “Nossa Teresópolis”, ponto relevante para ser abordado no próprio capítulo. Este evento marcou uma quebra com a tradição de realizar a solenidade de transmissão de cargo e posse, que simboliza o início de uma gestão, no legislativo municipal ou no *hall* do Palácio Teresa Cristina. Geralmente, essa cerimônia ocorria durante uma sessão ordinária da Câmara Municipal. A posse contou com a presença de várias personalidades locais, representantes dos poderes legislativo e judiciário, além do deputado federal Hugo Leal e Jocelito de Oliveira, prefeito do município de Guapimirim¹⁵.

Em seu início de mandato, Claussen realizou uma série de ações, divulgadas por uma equipe de *marketing* em suas redes sociais. Ele, juntamente com alguns de seus secretários, fez visitas ao Tribunal de Contas, Ministério Público e Tribunal de Justiça com o objetivo de solicitar uma auditoria nas finanças das administrações anteriores do município. Por meio desta auditoria, divulgou amplamente que Teresópolis, estaria com uma dívida total que

¹⁵ Diário de Teresópolis (2020).

atingia o montante de 170 milhões de reais, tornando a cidade a segunda mais endividada do estado, ficando atrás apenas da capital¹⁶.

Ao fim dos 100 primeiros dias, Claussen anunciou o início do processo de licitação para transporte público, água e esgoto. Processo que culminou na Concorrência Pública nº 002/2023, finalizada somente em agosto de 2023, referente à concessão dos serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. Desta licitação, saiu vencedor o Grupo Águas do Brasil S.A. Esta ação mobilizou parte da sociedade civil, que buscou apoio da Câmara dos Vereadores para frear o processo que terminou sem êxito para os contestadores.

É importante destacar que em 16 de julho de 2022, na segunda audiência pública sobre o assunto, o Jornal O Diário de Teresópolis anunciou que a prefeitura estaria desembolsando R\$ 5,29 por litro de gasolina para abastecer a frota municipal de veículos, enquanto o preço para o consumidor comum era de R\$ 4,84. Segundo a administração municipal, a justificativa para esse preço mais elevado estava relacionada ao fato de que o ponto de abastecimento da garagem pública estava localizado em uma área considerada irregular de acordo com a Lei de Zoneamento Urbano. Além disso, nessa mesma data, foram divulgadas descobertas relacionadas a 115 fraudes no programa Aluguel Social, das quais 26 eram custeadas pelo governo municipal, resultando em um prejuízo total de R\$ 565.500,00.

Mesmo após a investigação junto ao Ministério Público por tal feito, segundo própria nota divulgada pela Prefeitura, “a população será beneficiada diretamente com a redução da tarifa de água em 10% no ato da assinatura do contrato, e ampliação da base da tarifa social” (PREFEITURA DE TERESÓPOLIS, 2023)¹⁷. Justificando ainda que “a concorrência pública atende a uma determinação judicial, que reconheceu a lisura e legalidade do procedimento, bem como a importância e o dever da Administração Pública em efetivar o direito da população à saúde pública e ao meio ambiente equilibrado”.

O contrato de 25 anos prevê investimentos de R\$ 915.395.597 em obras e infraestrutura, com um total de R\$ 49.836.934 do fundo de manutenção, rotação e preservação de nascentes, com uma outorga variável no mesmo valor.

Serão construídos 367 quilômetros de rede de esgoto, 04 estações de tratamento de esgoto e 09 estações de bombeamento, com a geração de mais

¹⁶ Idem.

¹⁷ Disponível em: <https://www.teresopolis.rj.gov.br/nota-oficial-prefeitura-municipal-de-teresopolis-conclui-o-procedimento-de-concessao-dos-servicos-de-fornecimento-de-agua-e-tratamento-de-esgoto/>

de 800 empregos diretos e indiretos (...) Desta forma, o município será contemplado com uma outorga de R\$ 306 milhões, que serão utilizados prioritariamente para realizar investimentos em saúde e educação e em obras de infraestrutura urbana e turística. (PREFEITURA DE TERESÓPOLIS, 2023).

O município justifica que a privatização da rede de água e esgoto se dá em direção ao cumprimento do Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal 14.026/2020), “que estabelece metas de atendimento de 99% da população com água potável em até 5 anos (atualmente Teresópolis tem 66%) e 90% das residências com coleta e tratamento de esgoto até 2033 (hoje o município não conta com o serviço de coleta e tratamento de esgoto)” (PREFEITURA DE TERESÓPOLIS, 2023).

Além dessa questão que tange o processo socioambiental do município, a gestão enfrentou um protesto de um grupo de profissionais que trabalha com o serviço de caçambas em Teresópolis. A pauta central eram as condições do “lixão municipal”, localizado no bairro Fischer. No dia 26 de junho de 2023, o Aterro Sanitário do Fischer confirmou o que já se sabia, como uma tragédia anunciada: o lixão estava em chamas, proporcionando cortinas de fumaça em toda a cidade. Este fato, levou a um quadro de agravamento ou desencadeamento de problemas de saúde relacionadas à exposição à fumaça, causando sintomas clínicos e sobrecarga dos postos de saúde locais. Sabe-se de tal fato, pois o município precisou fechar prédios públicos, inclusive, escolares, para não expor excessivamente os seus profissionais e/ou seus estudantes às condições extremas de poluição durante o exercício das atividades regulares.

A sua gestão foi marcada, ainda, no segundo mandato, por um pacote de privatizações outras como: a privatização dos serviços de cemitério municipal, estacionamento rotativo, iluminação pública e de um projeto de teleférico no terreno da extinta fábrica Sudamtex. Um pouco mais tarde, realizou um evento no pátio da antiga fábrica da Sudamtex junto ao então governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Juntos, anunciaram o retorno do programa "Limpa Rio", executado pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) que objetiva promover serviços de limpeza de rios e canais. Logo após sua filiação ao PSC, mesmo partido do então governador, Teresópolis foi o primeiro município contemplado pelo Programa, que contou com investimento inicial estimado em 43 milhões de reais para serviços de requalificação de margens e desassoreamento dos rios Príncipe, Paquequer e o Córrego Imbuí. Neste evento, aproveitou o ensejo para reforçar a criação do novo bairro chamado George

March. Meses depois, em nota, o governo se isentou da responsabilidade e declarou que o "Instituto Estadual do Ambiente ainda não havia repassado a data de retomada do Programa Limpa Rio", que veio a iniciar o processo de limpeza só no próximo ano, não havendo continuidade registrada (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2020).

Envolveu-se em processos junto ao Tribunal de Contas do Estado, no que tange aos prestadores dos serviços de merenda escolar. Revelando-se, na ocasião, a falta de funcionários (incluindo nutricionistas) da sua terceirizada Bem Nutritiva. Adicionalmente, foram identificados problemas relacionados à falta de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, a ausência dos serviços de dedetização e desratização nas escolas, bem como a falta de apresentação dos certificados correspondentes. Além disso, foi observada a escassez de produtos tradicionalmente oferecidos na merenda escolar, como paçoca, pé-de-moleque, batata palha, chocolate, entre outros, bem como a ausência de itens essenciais de segurança, como extintores de incêndio.

Em decorrência de tal situação, a Câmara aprovou no mesmo ano, uma denúncia político-administrativa que poderia investigá-lo e cassá-lo, que não conseguiu seguir adiante, devido às liminares concedidas ao prefeito, por meio da atuação do seu procurador e subprocurador, Gabriel Palatnic e Lucas Teixeira, respectivamente. Tais ações, contribuíram para honorários aos seus procuradores, que se revelaram por meio de reportagem no jornal Diário de Teresópolis. O redator do jornal expõe que entre 10 de janeiro a 10 de novembro o procurador Gabriel Palatnic e o subprocurador Lucas Teixeira receberam, cada um, cerca de 62 mil reais provenientes de pagamentos de sucumbências em consequência de vitórias em ações judiciais do município.

A legislação previa que 50% dos recursos de sucumbência seriam destinados a manutenção da Procuradoria Geral do Município, mas Claussen diminuiu a proporção para 20%, e ainda permitiu que o procurador e o sub recebessem o benefício. Ainda de acordo com a reportagem, somando as sucumbências com o salário de procurador, Palatnic estaria recebendo exatamente o mesmo salário do prefeito municipal, R\$ 18.700,00, e o sub Teixeira, R\$ 11.101,00,, acima do salário do vice-prefeito.

Em nota, o governo informou que o dinheiro "trata-se de verba de natureza privada, ou seja, não é dinheiro público, e é pago pela parte vencida nas ações judiciais aos procuradores, portanto, trata-se de verba com destinação específica, não podendo ser utilizada na conta corrente da prefeitura, sob pena de crime de responsabilidade fiscal" e que "o Procurador

Geral e o Subprocurador Geral não receberam qualquer quantia relativa ao período anterior à sua posse"¹⁸.

No mesmo ano, a gestão municipal testou o "Programa Integra Terê". Através deste programa, os usuários tinham a oportunidade de utilizar até três ônibus pagando apenas uma única passagem, desde que seguissem na mesma direção. No entanto, nos primeiros dias de implementação, surgiram consideráveis transtornos para os usuários, o que levou a manifestações e protestos com episódios de queima de pneus e fechamento das vias públicas. Esses transtornos incluíam a insatisfação com o valor da passagem, longos tempos de espera para embarcar, falta de disponibilidade de ônibus e condições precárias nos pontos de integração, que foram improvisados com tendas. Claussen foi exposto publicamente, por meio de áudio vazado em seu WhatsApp privado afirmando que "o movimento contra a integração é político".

Em 06 de julho do mesmo ano, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em resposta às alegações do Ministério Público e da Câmara Municipal sobre irregularidades que prejudicavam os moradores, em especial aqueles com dificuldades de locomoção, emitiu uma liminar suspendendo o sistema de integração. Como resultado, o governo anunciou o fim do programa "Integra Terê" e o lançamento do "Meu Ônibus Integrado", que restaurou os horários e itinerários das linhas municipais ao seu funcionamento anterior, eliminando a necessidade de trocas nas tendas provisórias. Claussen anunciou essa decisão em um vídeo nas redes sociais, culpando adversários políticos pelas manifestações populares e atribuindo o fracasso do programa à Viação Dedo de Deus, empresa responsável pelo transporte público municipal.

Em 25 de março de 2020, a Secretaria de Saúde confirmou o primeiro caso suspeito de Covid-19 em Teresópolis: uma senhora de 67 anos, recém-chegada de viagem feita à Colômbia. Após isso, o município, assim como todo o mundo, precisou se alarmar pois a disseminação do vírus não demoraria a se impor. Claussen implementou uma série de medidas impopulares para impedir a disseminação do coronavírus no município. Com o Plano Estratégico, alinhado às normas de segurança da Organização Mundial da Saúde, sofreu uma onda de protestos após implementação de decretos de leis que distinguiam estabelecimentos econômicos essenciais dos não essenciais. Além disso, implementou o rodízio de CPF, que objetivava o revezamento dos munícipes pelas ruas. Entre CPFs pares e ímpares, quem fosse

¹⁸ Nota da Prefeitura Municipal de Teresópolis.

flagrado circulando em via pública em seus dias não autorizados, seria multado, bem como, os estabelecimentos comerciais que permitissem a entrada.

Hoje, o prefeito enfrenta a Comissão Processante que o investiga pelo déficit previdenciário do Tereprev (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Teresópolis). Segundo a própria prefeitura, em relatórios oficiais de controle e avaliação divulgados, as obrigações previdenciárias estão sendo pagas em dia e as contas de 2021 do Município e do Instituto de Previdência foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Além disso, devido ao processo de licitação da concessão da água e do esgoto municipal, a Câmara Municipal tem se colocado para anular tal certame. No dia 29 de agosto de 2023, a Câmara Municipal votou o Voto de Repúdio em detrimento desta movimentação. Quem o protocolou foi o Vereador André do Gás, segundo a justificativa apresentada, essa ação estaria em desacordo com os princípios da publicidade e do poder legislativo, bem como desrespeitaria os eleitores do município.

André do Gás enfatizou que o Voto de Repúdio não tinha motivação pessoal, mas se referia à considerada prematura decisão do prefeito. Ele destacou que houveram estudos que apontaram outras alternativas para reformular o sistema de água. No entanto, ele observou que, ao longo de seu mandato, o prefeito havia ignorado repetidamente as sugestões da Casa Legislativa. Além disso, ele ressaltou que a questão não se limitava à transferência da concessão da CEDAE, pois também havia débitos pendentes da prefeitura com a referida empresa, que precisariam ser devidamente acertados. O Voto de Repúdio recebeu o apoio dos cidadãos presentes na sessão e foi aprovado por unanimidade pelos parlamentares.

O presidente da Câmara, Leonardo Vasconcellos, informou a população sobre o *status* das medidas judiciais tomadas pela Casa Legislativa para evitar que o processo de concessão ocorresse. Ele destacou que a Câmara era o único órgão que ainda tinha ações pendentes de julgamento relacionadas ao assunto. Várias partes, incluindo a CEDAE, o Sindicato das Águas e outras empresas interessadas, haviam movido ações judiciais que foram negadas, assim como ações populares também foram rejeitadas. Uma das medidas ainda em andamento envolvia a suspensão de liminar, acionada pela Procuradoria da Câmara, na qual a prefeitura tinha um prazo de 72 horas para se manifestar.

O presidente Vasconcellos relatou que a Procuradoria da Câmara entrou em contato com a Procuradoria Geral do Tribunal de Contas, que afirmou estar apresentando um documento competente devido ao parecer do Tribunal que mencionava "ares de

tendencionamento". O presidente reforçou o compromisso da Câmara em receber todos os envolvidos e enfatizou que, de acordo com o parecer do Tribunal, o processo poderia ser interrompido em qualquer fase. Ele ressaltou que a intenção era manter a água como um bem público e que não desejavam entregar o patrimônio da cidade, que era a água.

O vereador Elias Maia apresentou um Requerimento Verbal para investigar informações contraditórias sobre a empresa vencedora da licitação para prestação do serviço, conforme publicado no Diário Oficial do Município. Ele destacou que a empresa Águas Brasil SP, vencedora da licitação, havia declarado um capital social de apenas R\$ 10.000,00 e parecia ter sido fundada apenas dois meses antes. Ele solicitou a averiguação para confirmar esses dados.

Outros vereadores também se pronunciaram sobre a situação. O vereador Dr. Raimundo Amorim expressou sua preocupação com a forma como o processo de licitação havia ocorrido e manifestou esperança de que o tribunal pudesse impedir a concessão. O vereador Luciano Santos enfatizou a importância de investigar cuidadosamente as informações apontadas pelo vereador Elias Maia e destacou a preocupação com a empresa que parecia ter sido criada apenas para participar da licitação. Ele prometeu que a Câmara agiria contra qualquer fraude identificada. O vereador Dudu do Resgate comentou sobre a preocupação da população do interior com o futuro da prestação de serviços de água, elogiando o empenho do presidente Vasconcellos e de todos os vereadores na busca pela justiça nessa situação.

Apesar dos conflitos, a gestão Claussen seguiu dividindo o município entre os privatizadores do território, que viam valores e percentuais a cada evento, e os desenvolvimentistas, que analisavam a cidade a partir dos processos urbanos que incluíssem a população em sua diversidade. Entretanto, todos os grupos pareciam concordar com o Vinicius Claussen que a vocação teresopolitana era mesmo o turismo e não haveria como escapar. E, por isso, convém discutir: se uma cidade tem vocação, como afinar onde e como cada projeto tem a sua vez?

Sudamtex: o terreno em disputa

A Sudamtex foi uma fábrica têxtil, localizada na rua Rua Cotinguiba, região central da cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro. O terreno onde a fábrica desativada está instalada tem

uma área aproximada de cento e cinquenta mil metros quadrados (150.000 m²). Ela foi inaugurada no ano de 1965, oito anos após a desativação da Estrada de Ferro Therezopolis (E.F.T.)¹⁹. Em 1987, ela foi incorporada pela Empresa Dona Isabel S/A²⁰, mantendo seu funcionamento por mais onze anos, até 1998²¹. Este tempo sem produção, sem razão esclarecida, durou quatro anos, quando em 2002 as atividades foram retomadas, se encerrando em definitivo em 2006. Em seu auge produtivo, no final da década de 1980, fontes jornalísticas locais indicam que ela chegou a empregar 1.080 funcionários, representando uma importante fonte de empregos para a cidade e região. Para a época, era considerada uma empresa com tecnologia moderna, de ponta, fabricando jeans e outros têxteis²².

Figura 1: Vista de cima do terreno em disputa, onde ocupava a antiga fábrica Sudamtex



Fonte: O Diário de Teresópolis

¹⁹ Foi concedida por meio do Decreto nº 84 de 19 de maio de 1890, a construção de uma estrada de ferro que ligasse Niterói à Cantagalo, passando por Teresópolis (BABO SEDLACEK, 2011). Um trecho destes trilhos passava pelo adquirido terreno da fábrica Sudamtex.

²⁰ A Dona Isabel S/A é uma empresa fundada em 08 de maio de 1889, na cidade de Petrópolis-RJ, com a denominação de “Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel”. O nome da empresa foi dado em homenagem à Princesa Isabel (CÂMARA PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO, s/d).

²¹ Algumas fontes jornalísticas municipais indicam que ela esteve sem funcionamento no ano de 1978, mantendo seus funcionários com recebimento de seus salários. Não foram encontradas fontes que oferecessem mais detalhes.

²² Pretende-se investigar os locais para onde se escoavam as produções da fábrica para fins de comercialização.

O que se sabe até então de sua estrutura, foi levantado pela equipe do Net Diário, em visita no ano de 2011²³, cinco anos após sua definitiva desativação. No prédio principal, com 12.000 m² construídos, funcionavam vários setores da empresa fabril, como a preparação e a própria tecelagem, o tingimento e a fiação. Em seu amplo terreno, não existem muitas construções levantadas, preservando espaços de vegetação consideráveis.

O primeiro prédio, com cerca de 3.000 m² são divididos em dois galpões. No galpão da tecelagem, no momento da visita da equipe, foram encontradas 180 máquinas, ainda com os rolos de linha montados. Neste espaço, foram encontrados arquivos documentais da empresa, as fichas dos empregados contratados, bem como, objetos e equipamentos amontoados. No segundo galpão, funcionava a antiga termoelétrica da empresa, garantindo o funcionamento de seu maquinário a pleno vapor. Neste espaço, ainda se reservava muitos rolos de linha e antigos equipamentos dispostos no espaço de forma desordenada.

No setor reservado para o tingimento, a situação encontrada não foi diferente. As grandes máquinas estavam paradas, mas ainda montadas, como se tivessem sido desligadas em pleno funcionamento, para um breve retorno. Encontraram, ainda, parte do tecido em estado cru e outra parte já na tradicional cor azul, dos *jeans*. O relato da equipe apresenta uma emblemática frase pintada na parede, junto a um calendário em que mostrava os últimos meses de funcionamento: novembro e dezembro de 2006. A mensagem dizia: “O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã” (NET DIÁRIO, 2019).

Quanto a estrutura do terreno, observa-se que a própria natureza dificultou o acesso ao terreno pelo lado alternativo. Pois, após os anos de desativação, sem passar por devidas manutenções, alguns desmoronamentos fecharam parcialmente a outra entrada²⁴. Além disso, relata-se um considerável descuido do local, devido ao despejo de entulhos na região abandonada, fazendo com que as vegetações presentes, dividam espaço com o lixo urbano, além da contaminação que se condicionou o local, no qual será abordado de forma mais ampla na próxima seção deste capítulo.

²³ Informações extraídas do *site* do Net Diário. Ver mais em: <https://www.netdiario.com.br/noticias/sudamtex-nova-promessa-de-utilizacao-da-area-mais-valorizada-da-varzea>

²⁴ Informações extraídas do *site* Blog Trem da Serra do Rio de Janeiro. Ver mais em: <http://tremdaserradoriodejaneiro.blogspot.com/2019/10/estrada-de-ferro-teresopolis-da.html>

Figura 2: Mapa do entorno da cidade onde se localiza o terreno da antiga fábrica



Fonte: O Diário de Teresópolis

Figura 3: Mapa da região central da cidade de Teresópolis



Fonte: Google Maps / Legenda e marcações produzidas pela autora

LEGENDA

- PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
- AVENIDA FELICIANO SODRÉ / AVENIDA LÚCIO MEIRA (RUA CONHECIDA COMO RETA)
- PARTE DO COMPLEXO SÃO PEDRO.
- ÁREA DO TERRENO DA ANTIGA FÁBRICA SUDAMTEX

A Sudamtex funcionou por cerca de 37 anos em Teresópolis, descontando-se os períodos de interrupções. Em 2006, quando encerrou suas atividades em definitivo, estima-se que trabalhavam na fábrica cerca de 300 funcionários, grande parte vindos da cidade vizinha de Guapimirim, Rio de Janeiro, cujos direitos trabalhistas podem ter sido insuficientemente desembolsados em prol dos trabalhadores, deixando-os desempregados, sem perspectivas de receber o que tinham por direito legal.

A fábrica contou com acionistas e investimentos que eram advindos, em parte, de capital internacional, cuja relevância e detalhamento, ainda será investigado ao longo da pesquisa. O que se sabe é que grande parte da fábrica foi administrada, por período de tempo, por um grupo norte-americano e português. A Dona Isabel S/A se transformou em um dos maiores grupos têxteis do Brasil, adquirindo diversas empresas como a Sudamtex em Teresópolis, a Fábrica Bangu no Rio de Janeiro e Sparta no Rio Grande do Norte, a serem conferidas com mais rigor.

Com a globalização e descentralização produtiva decorrente do período histórico, provocando uma conseqüente desindustrialização do Brasil, a grande empresa Dona Isabel S/A mudou sua estratégia empresarial passando a atuar no ramo imobiliário. Inclusive, a construção do Bangu Shopping é um dos resultados desta nova política adotada pela empresa. Paralelamente, o grupo empresarial decidiu empregar capital e esforços para atuar no exterior, especialmente em Portugal, na região do Porto, em um Hotel em Sintra e também, em imóveis localizados em Vila Nova de Gaia, como a fábrica Companhia de Fiação de Crestuma (CÂMARA PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO, s/d; TEIXEIRA, 2017).

O crime ambiental em questão

Ainda durante o seu funcionamento, a fábrica apresentou condições estruturais pouco adequadas para atender a legislação ambiental. Tal negligência, resultou em um dos mais severos impactos ambientais vivenciados pela cidade. Impactos estes, que nunca foram sanados. Ainda na época, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), redigiram orientações à direção da

empresa, no qual não foram acatadas. A Sudamtex foi flagrada despejando seus resíduos industriais, sem tratamento, no Rio Paquequer²⁵ e no Aterro Municipal do Fischer²⁶.

No ano de 2003, o MP-RJ deu início a um longo processo contra a empresa e o Sr. Ricardo Haddad, seu proprietário, pelos danos ambientais causados pela fábrica Sudamtex ao longo de seu funcionamento. Com a ação já transitada em julgado, os réus foram condenados a pagarem indenização pecuniária compensatória pela contaminação das águas do Rio Paquequer e eventual acréscimo de degradação do solo do aterro municipal.

A condenação foi resultado de uma perícia aprofundada no terreno, analisando as condições dos materiais e efluentes em uso e descarte, concluindo-se, a rigor, com o seguinte diagnóstico:

a) **manutenção de efluentes armazenados sem tratamento** (especialmente de coloração azul pelo tingimento de “jeans”), manutenção de “hiproxi” em tambores abertos, apesar do alto grau de poluição, toxicidade e inflamabilidade e guarda de lodo com efluentes não tratados de anos passados; b) **desaparecimento de 50% do volume líquido de efluentes – provavelmente escoados diretamente para:** b.1) **o Rio Paquequer**, pelas canaletas de águas pluviais, onde se encontrou lodo “azul”; b.2) **o solo**, pelas rachaduras encontradas nos tanques de armazenamento e por valetas feitas na terra até as canaletas, observando-se **destruição química da vegetação do entorno e sendo provável a contaminação do lençol freático**; c) **ausência da equipamentos de proteção individual para os trabalhadores** (RELATÓRIO DO PROCESSO, grifo nosso).

Mais objetivamente, foi constatado que estes efluentes pesados vazavam pelas rachaduras dos tanques, ocasionando no encharcamento e contaminação do solo, subsolo, e possivelmente do lençol freático. Com a expectativa de sanar tais diligências, em 2004, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou uma indicação parlamentar autorizando o Governo Estadual a aceitar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) elaborado por iniciativa da então promotora de Justiça Anaiza Malhardes, em que sugeria uma doação de parte do terreno, em torno de 12.500 m², para a construção do Parque Fluvial do Paquequer.

²⁵ O rio Paquequer é o principal rio do município de Teresópolis. Ele nasce na Pedra do Sino, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, atravessa a cidade de Teresópolis e corre em direção norte, desembocando no rio Preto. Faz parte da bacia do rio Paraíba do Sul (SILVA et al, s/d).

²⁶ Aterro que já foi interditado uma série de vezes. Na época, a fábrica foi flagrada despejando os restos da produção no aterro sanitário sem qualquer tipo de tratamento adequado.

No TAC, assinado pela direção da empresa, a mesma assumiu a responsabilidade na implantação de um sistema seguro e eficaz de tratamento de resíduos industriais, evitando, assim, a reincidência nos casos de poluição hídrica e atmosférica, razões pelo qual havia sido condenada. Com isso, a Sudamtex afirmou que enquanto não fosse concluída a obra de instalação da estação de tratamento, os dejetos produzidos pela empresa seriam enviados por meio de caminhões limpa-fossa para uma determinada empresa de tratamento de efluentes situada na cidade de Magé, RJ.

Algum tempo depois, o MP-RJ, então, deflagrou uma Ação Civil Pública para apuração *in loco*, condenando a empresa ré a pagar cinco milhões de reais (R\$ 5.000.000,00) por descumprimento do acordo e a decisão foi proferida pelo Juiz de Direito, titular na 1ª Vara Cível da Comarca de Teresópolis, Carlo Arthur Basílico. Na apuração feita nas dependências da Sudamtex, se constatou que a fábrica reiniciou as atividades de produção têxtil sem a implantação da estação de tratamento e, ainda, tendo seus rejeitos despejados diretamente no Rio Paquequer novamente. A fábrica, portanto, foi oficialmente interdita.

O Juiz de Direito Carlo Basílico pronunciou-se sobre as consequências do mau uso do solo, do sistema hídrico, bem como, do sossego público:

Observo que somente a poluição do solo e dos lençóis freáticos são restauráveis. **A poluição hídrica do Rio Paquequer não é possível, no momento, pela via direta, considerando a presença de outros fatores poluentes naquele corpo hídrico** (fato notório). O mesmo ocorre em relação ao solo do depósito de lixo municipal, a que me referi como “lixão municipal”. O dano é inestimável ao meio ambiente... **Além dos danos ambientais, também os vizinhos da empresa ré²⁷ farão jus a indenizações individuais por danos físicos e morais de que tenham sido vítimas, desde que comprovados**, em relação a esses direitos individuais homogêneos, os danos específicos que mereçam essa indenização adicional, que suplanta aquela contida de modo difuso ou coletivo nos danos ambientais físicos e morais. **Note-se que apesar do respeito aos limites de poluição atmosférica, mesmo as atividades lícitas que alterem a qualidade do meio ambiente são passíveis de indenização, se comprovado** – nesse caso – o nexo etiológico entre a poluição controlada e os danos físicos. Quanto aos danos morais, decorrem de eventual perturbação anormal decorrente da atividade da indústria, desde que reste caracterizado o sofrimento ou qualquer lesão séria a direito da personalidade (JORNAL DE NOTÍCIAS DA HORA ONLINE, 2013, grifo nosso).

²⁷ Segundo fontes jornalísticas, a vizinhança do bairro Fazendinha reclamava da poluição sonora e de uma série de outras questões. Ver mais em: <https://www.netdiario.com.br/noticias/sudamtex-nova-promessa-de-utilizacao-da-area-mais-valorizada-da-varzea>

Quatro meses depois da assinatura de um novo acordo, em janeiro de 2011, fortes chuvas assolaram a serra fluminense, marcando para sempre a história da cidade. Tal fato, comprometeu os recursos do estado do Rio de Janeiro e, por isso, a evolução do processo em trânsito. A sentença conferida à Dona Isabel S/A, na Ação Civil Pública, que só saiu em agosto de 2011, contemplou todas as denúncias do MP-RJ, com base nas consultas feitas pelos técnicos do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE). Tal sentença atribuía à ré a obrigação jurídica de indenizar pelos danos ambientais, físicos e morais causados. O valor da indenização foi atualizado em 2014 para o montante de vinte e dois milhões de reais (R\$ 22.000.000,00).

Este montante nunca foi pago, nem em forma de obras públicas ou demais serviços permitidos pela sentença. As implicações deste crime seguem rendendo importantes desdobramentos. Esta área atualmente está submetida ao monitoramento do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), enquanto aguarda o fim da negociação. No entanto, as disputas em torno do terreno ainda não cessaram, sendo atualmente retomada pelo debate público, por diferentes atores da sociedade civil organizada, pelo poder público municipal, as instituições de justiça e a empresa ré. Tal debate, promove importantes caminhos e possibilidades para pensar os destinos possíveis de um mesmo território, a depender dos projetos de cidade que são elencados. As escolhas e os ônus deixados pela sociedade capitalista, produzem experiências mais ou menos saudáveis nas cidades, provocados por uma incessante busca pelo lucro em detrimento da qualidade de vida.

Os acordos entre o poder público e a empresa ré

A identificação, apuração e o início da negociação se deram em passos lentos. Pois, embora já judicializado e com sentença proferida, a primeira tratativa legal sobre a área junto à Prefeitura teria ocorrido apenas em 2010, quando o então prefeito Jorge Mário (PT) promulgou o Decreto nº 3.926/2010, que determinava a maior parte da área do terreno como sendo de utilidade pública, indicando a desapropriação de uma área aproximada de 189.631 m², sobressaindo ainda os limites do terreno. O Decreto, contou ainda com um forte apoio do deputado, que acabava de sair do cargo de ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, que elaborou a Indicação Legislativa nº 1.080/2010, promulgada em 24 de fevereiro do ano seguinte. A proposta mobilizou moradores locais a favor do *slogan* “Parque da Cidade: Eu também quero!”.

A segunda fase dessa discussão foi protagonizada pelo Prefeito Interino Arlei Rosa (PMDB), que com a presença do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Eduardo Breder – reuniram-se com o proprietário da Sudamtex, Ricardo Haddad. O encontro, ocorrido no gabinete do Prefeito, debateu a respeito de uma possível reabertura da fábrica de tecidos, garantindo uma modernização de sua estrutura. Tal acordo, se daria com a cessão para o município, de parte do terreno anexo, com o intuito de criar também um parque público no local²⁸.

Com isso, o então prefeito anulou o Decreto anterior e, em acordo, com o Sr. Ricardo Haddad, transformou o potencial Parque Fluvial de mais de 180.000 m² em um projeto de parque com menos de 12.000 m². Por meio do Decreto nº 4.526/2014, Arlei iniciou uma nova tentativa de acordo com a empresa proprietária da área, multada por severos danos ao meio ambiente. Outra indicação legislativa foi tentada, mas dessa vez, não chegou a ser promulgada quando se chegou à conclusão que a área a ser negociada era ruim para os munícipes devido a sua pequena extensão e desimportância rentável, transferindo o bônus da negociação à empresa condenada. Além disso, tal fato não ganhou continuidade, pois existiam diversos fatores pendentes na regularização da ré para com os órgãos competentes.

A terceira e contemporânea fase está sendo protagonizada pelo atual Prefeito Vinícius Claussen (PSC). Com o alto interesse imobiliário que cada vez mais recai sobre a região central do município e com o avançar lento das negociações, obteve-se um acirramento mais acentuado de tal disputa. No início de 2019, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, na figura do Prefeito Claussen, celebrou um acordo, por meio de uma ação do Ministério Público (MP-RJ), de cessão e doação de partes do local para o Executivo municipal. Novamente, apresenta-se uma proposta de que parte do terreno seja utilizada como pagamento pela dívida provocada pelos danos socioambientais ocorridos no início da última década.

Ao analisar o Plano Estratégico do Rio de Janeiro discutido em 1994, Carlos Vainer (2013) questionou: O que poderia um prefeito de orientação liberal sentar com empresários para discutir o planejamento urbano da cidade? Os liberais também fazem planejamento urbano? Confesso, que em minha ambição, busquei questionar e responder esta questão. Na empiria, observei a fatídica realidade que investigamos: a cidade tem sim planejadores. A rota oficial é dirigida, como iremos ver mais adiante “pelas mentes pensantes”.

²⁸ Informação extraída do *site* de notícias Portal Terê.

Ver mais em: http://www.portaltere.com/noticias/notictere01583_110905.htm

Sabe-se que a proposta apresentada ao prefeito versou sobre questões que sobressaem a multa devida, trazendo um fato novo: haveria a criação de um novo bairro na cidade, na região do terreno, aumentando o interesse público pela observação apurada dos termos do novo acordo. Uma determinada área, com pouco valor imobiliário, seria “doada” ao município como pagamento da volumosa dívida adquirida. Com a assinatura de ambas as partes, se encerraria os longos anos de negociação. O acordo foi repentinamente assinado pelo Prefeito, acompanhado pelo Procurador Geral do Município Gabriel Palatnic, no dia 11 de janeiro de 2019, na 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis do MP-RJ. A sessão foi conduzida pelo Promotor de Justiça, Marcos da Motta e a audiência contou com a presença de Ricardo Haddad, proprietário, e do seu advogado, Sylvio Capanema. Do acordo, observa-se abaixo alguns destaques:

Cláusulas 6ª – Os Réus doam sem ônus para o Município de Teresópolis as áreas descritas como Gleba 2-A, com 2.875 m² e 2-B com 9.751 m², descritas no Projeto da área, memorial descritivo e quadro de áreas anexo que fazem parte do presente acordo, as quais são destinadas a construção de um Parque Fluvial ao longo do Rio Paquequer e dá outras especificações.

(...)

Cláusula 10ª – ... doam neste ato à Prefeitura de Teresópolis prédio de 03 pavimentos com área construída de aproximadamente 3.000 m², mais terreno de entorno em área aproximada de mais 3.000 m², que compõe a área descrita no projeto como Gleba 04, com ônus para municipalidade, que se compromete a nele instalar o prédio do Centro Administrativo Municipal de Teresópolis - CAMT, em cumprimento a Lei Municipal 875/76.

(...)

Cláusula 12ª – ... doam sem ônus, neste ato, ao Município de Teresópolis a área referente ao antigo túnel da RFFSA, descrita no RGI n. 25.561 e gleba 7 (área desmembrada IV) (...);

(...)

Cláusula 15ª – ... compromete-se a manter cessão de estrutura existente na outra margem do rio, em sua portaria, em terreno com frente para a Rua Nilza Chiapeta Fadigas, RGI n. 22.485, especificada na planta como área desmembrada III, em regime de comodato pelo prazo de 20 anos, ao Município de Teresópolis, que estará autorizado a realizar termo de cessão da referida estrutura, por prazo que se finde ao fim do prazo do comodato, para instituição de ensino, visando a que seja instalada no local um Campus universitário ou unidade equivalente;

(...)

Cláusula 21ª – Para os efeitos no presente acordo, ficam estipulados os seguintes valores respectivamente às cláusulas a serem cumpridas pelos executados:

a. Doação das respectivas áreas e construção do Parque Fluvial conforme o estipulado supra: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b. Cessão do prédio referido na cláusula 15^a (décima quinta): R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e

c. Doação da área do túnel referido na cláusula 12^a (décima segunda): R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) (ACORDO MP-RJ, 2019).

Dos pontos destacados, salienta-se para alguns elementos espinhosos levantados pelo grupo Planeja Terê. O acordo atribui a cada uma das partes detalhadas, o valor necessário para completar vinte e dois milhões de reais (R\$ 22.000.000,00), sem qualquer amparo técnico contido em laudos de avaliação de impacto e de valor de mercado. Com a celebração de tal acordo, o município negociou como forma de pagamento das multas ambientais aplicadas, 10 milhões de reais (R\$ 10.000.000,00) por uma considerável parte da mata ciliar (em torno de 12.626 m²), área esta que já teria direito garantido pelo cumprimento do Código Florestal sob a Lei Federal 12.651/2012. Salienta-se que, com a garantia legal de pelo menos 30 metros de vegetação a beira do rio, já seria preservado 25.872 m² de mata ciliar, o que corresponde a mais do que o dobro da área florestal do que está sendo “comprada” pela prefeitura. Além disso, em termos de planejamento urbano pela eficiência, a preservação da mata ciliar, em sua maior área possível, diminuiria a incidência das enchentes que ocorrem na região central.

Outro ponto espinhoso se encontra nos seis milhões de reais (R\$ 6.000.000,00) – oriundos do regime de comodato²⁹ que prevê duração de 20 (vinte) anos, o que é impedido legalmente. O comodato em questão diz respeito a um prédio, que estará sob empréstimo à prefeitura, para instalação de um *campus* universitário. No qual, não é estabelecido juridicamente que seja necessariamente uma universidade pública e gratuita a ocupar tal espaço, conforme proposto superficialmente pelo projeto “Educa Park” da prefeitura. Aumentando, assim, margens possíveis para agravar a mercantilização do terreno, visto que possui boa localização e valor comercial acentuado.

Além disso, aos outros seis milhões de reais (R\$ 6.000.000,00), o município negocia um túnel, cujo valor histórico é imensurável (dada à desativada E.F.T., por onde passava). Contudo, o acordo parece ignorar o fato de que para restaurar o túnel, seria preciso investir significativamente em obras no local. Com o intuito de transformá-lo em atrativo turístico, a reestruturação do espaço seria necessária, devido a sua condição avançada de degradação. O Planeja Terê salienta que, tal acordo, celebra uma desvantagem ímpar ao município,

²⁹ O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, isto é, coisas que não podem ser substituídas por outras da mesma espécie e qualidade.

considerando que no Registro Geral de Imóveis (RGI), o túnel encontra-se como demolido, não conferindo nenhum valor imobiliário ao mesmo.

O acordo assinado por Vinicius Claussen desconsidera, ainda, o valor dos cinco milhões de reais (R\$ 5.000.000,00), aplicados pelo juiz Carlos Basílico, pelo descumprimento do acordo em 2011. Este valor deveria ser corrigido sob juros de mora, já que as irregularidades nunca foram sanadas desde então. Portanto, o grupo Planeja Terê aposta na garantia, de que no ato da negociação, seja cedida à cidade uma porção maior – e de valores imobiliários mais significativos – do terreno, a fim de compensar tal montante em débito. Falar do valor imobiliário como medidor de importância de um território não se enquadra como o intuito desta dissertação, mas apenas aponta para uma medida que opera no sistema capitalista, como padronizador dos valores de troca atualmente arbitrados pela justiça brasileira.

Outro ponto que reflete os interesses especulativos dos réus inadimplentes é o projeto de loteamento do novo bairro, apresentado à Prefeitura. Neste projeto, se tem a proposta de ocupação imobiliária e urbanística – no restante da área que permanecerá sob propriedade dos devedores – incorporando ao terreno novos prédios, ruas e glebas. O que a sociedade civil organizada demonstra é que este acordo é celebrado em benefício à empresa ré, na medida em que garante a ela uma expansão especulativa de capitais pela cidade, retirando de Teresópolis, a maior área verde da zona urbana. O projeto arquitetônico encomendado pelo proprietário do terreno prevê na planta a construção de 26 blocos de apartamentos.

Vale o lembrete de que a região foi atingida por uma substância tóxica altamente cancerígena, conferida pelos laudos especializados. E, até hoje, a área não foi submetida a um projeto de descontaminação. Sabe-se que no acordo, a prefeitura extrapolou as suas competências e atribuições específicas quando assumiu compromissos que dependem da aprovação exclusiva do Poder Legislativo, como o aumento de gabarito da área da Rua Nilza Fadigas (rua atrás do terreno), que prevê até cinco andares pelo Plano Diretor. Com o acordo, foi celebrado um novo gabarito, permitindo até oito andares, que com a outorga onerosa, poderá dar o direito aos construtores de elevarem os prédios até doze andares. Qualquer mudança do tipo, deve ser amplamente discutida pela Câmara dos Vereadores, pelos conselheiros municipais e pela sociedade civil como um todo.

Os especialistas do grupo Planeja Terê garantem que a única parte que resguarda uma relação mais próxima da legalidade ambiental é a faixa aproximada de 12.500 m², marginal ao

rio Paquequer. Esta faixa não pode ser edificada e possui valor conferido muito reduzido. Por isso, no acordo é reconhecido que tal região seria inteiramente destinada a recomposição ambiental, fazendo com que o tal sonhado Parque Fluvial se reduzisse a essa pequena área. A Indicação Legislativa 2.935/2014, que previa um Parque “magnífico com ciclovias e áreas para a prática de esportes e atividades de cultura e lazer para todas as idades”, estaria reservado para somente o mínimo.

O Prefeito Vinicius Claussen afirmou que no espaço acordado será possível construir aparelhos culturais, ambientais e turísticos. Além disso, garante que além do pequeno Parque, subtraído pela esperteza empresarial, a prefeitura ganharia uma nova sede, fazendo com que o “Casarão Rosa da Reta” onde fica o executivo, hoje, fosse transformada no Museu Palácio Teresa Cristina. Outro compromisso documentado é a realização de obras de arruamento para permitir o acesso à futura sede da Prefeitura, e que funcionaria como alternativa para desafogar o trânsito no trecho da Avenida Feliciano Sodré e no entorno da antiga Sudamtex. O argumento utilizado pela gestão é que a formalização desses contratos seriam um marco histórico para Teresópolis, responsáveis pela geração de emprego³⁰, renda, contribuindo para melhorar a mobilidade urbana e fomentar a economia local, através do turismo³¹.

No entanto, um novo episódio freou os atuais planos do acordo. No dia 12 de março de 2020, a Câmara de Vereadores de Teresópolis decidiu abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), após votos favoráveis de oito vereadores da casa. A CPI pretendia apurar a fundo o acordo arbitrariamente assinado pelo prefeito, obtendo informações mais claras sobre os termos acordados, as tratativas e como a prefeitura vinha conduzindo a negociação. O que se sabe é que foram encontradas, pelos próprios vereadores, uma série de irregularidades.

O vereador Maurício Lopes alertou que o terreno não pode ser ocupado pelos riscos que a contaminação pode proporcionar a curto, médio e longo prazo. A CPI verificou que o terreno possui uma restrição junto aos cartórios e é classificado como “Área Contaminada sob Intervenção”. Além disso, o parlamentar também aponta que o acordo é muito benéfico ao devedor que cedeu apenas áreas marginais em troca de um valor milionário, como o túnel e a beira do rio, e que os valores das multas não foram atualizados como deveriam. O relatório da CPI aponta que não existiu nenhum estudo encomendado pela prefeitura para avaliação de

³⁰ Para melhoria da geração de emprego e renda, o grupo Planeja Terê defende que empregos podem ser gerados fomentando a economia por meio da construção de infraestrutura de saneamento básico em Teresópolis.

³¹ Entrevista do Procurador Geral do Município, Gabriel Palatnic, concedida ao Portal Terê em janeiro de 2019. Ver mais em: http://www.portaltere.com/noticias5/notictere04400_190118.htm

impacto de vizinhança, antes da autorização de construção de dezenas de blocos de apartamentos de alto padrão. Tal descoberta vem promovendo uma agenda de oitivas e audiências que serão acompanhadas pela dissertação.

O debate em questão

O caso do terreno da Sudamtex demonstra que os espaços urbanos no capitalismo, comumente, são lidos apenas pela dimensão material, concreta e dotada de conteúdo a ser alienado (SINGER, 1973). Comumente, todo ônus no que tange a qualidade de vida dos munícipes são subdimensionados em nome da racionalidade econômica do capital. A cidade, nesse contexto, é interpretada como um grande patrimônio mercantilizável, ignorando seu valor histórico, social e humano. Além da monetarização das cidades, o outro problema se encontra na distribuição desses recursos, no qual a sua apropriação é desigual, refletindo um uso privado de territórios sob venda e com regime de preços para determinados segmentos da burguesia (MARICATO, 2013).

Não é novidade que episódios como esse existam e se multiplicam. Pelo contrário, é recorrente a existência de:

(...) casos de acidentes do risco de acidentes com a contaminação por resíduos tóxicos industriais no estado do Rio de Janeiro [que se trata] (...) de diferentes táticas voltadas para o mesmo fim: evitar investir em tratamento incineração de resíduos dadas as possibilidades lançá-los em áreas desvalorizadas, abandonadas pelos investimentos públicos em infraestrutura urbana e habitadas por populações pobres e menos organizadas. O capital usufrui assim de uma sobreposição de benefícios que lhe permitem maximizar sua liberdade de escolha locacional: economias técnicas (eliminação de etapas dos processos físico-químicos), economias regulatórias (desconsideração de normas técnicas, urbanísticas e ambientais) e economias transferenciais (transferência de custos para o estado e os moradores). (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 103-104)

Existe um cenário do horror que favorece uma economia política (ou mercado) dos desastres, tudo isso em torno da desresponsabilização das próprias empresas com relação aos despejos clandestinos, a própria alegação de desconhecimento da potência tóxica dos resíduos, uma fatídica preferência por pagar multas eventuais e, inclusive, improváveis em vez de mudar técnicas práticas correntes de gestão de resíduos. Existem fugas, burocráticas e administrativas, que levam à criação de empresas terceirizadas para isentar a empresa "mãe" de responsabilidade por eventuais acidentes e, também, a tentativa de coabitação por meio de

oferta de serviços sociais não fornecidos satisfatoriamente pelo Estado, como emprego e desenvolvimento social. Como se não bastasse, se cria uma rede de desinformação e consequente ideologia de justificação em torno de suas ações (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 104).

Estes procedimentos concorrem para viabilizar tomadas de decisão que geram e reproduzem desigualdades ambientais. Estas ações são, via de regra, acompanhadas de esforços de desqualificação daqueles que denunciam as injustiças ambientais – sejam eles moradores locais, jornalistas, integrantes de organizações não governamentais pontos o ato de desqualificar atinge também os técnicos-sobretudo de órgãos públicos-que realizam vistorias inspeções, monitoramentos, elaboram pareceres etc. E acompanha uma estratégia que aposta na morosidade das ações do Estado e na possibilidade de burlar a legislação ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 103-105)

Existes fatores “sensibilizadores”, afirmam Acselrad; Mello; Bezerra (2009), que produzem no imaginário da população uma justificação dos ônus da atividade poluidora. Cabe destacar um elemento-chave:

A poluição não está dada, cabendo aos sujeitos sociais percebê-la: ela é construída a partir de uma conjugação de fatores sociais, culturais e físicos nesse sentido, podemos dizer, a partir de Mauss que a poluição é um *fato social total*, na medida em que reintegra realidade e representação, articulando vários planos da vida social aparentemente descontínuos – físico, econômico, cultural, jurídico, estético etc. É uma totalidade expressiva, uma vez que se vence no plano das relações sociais efetivas, nos processos sociais em curso e no plano individual mais profundo. Assim, a sensibilidade a poluição dependerá de uma série de condições que ultrapassa a simples percepção sensorial individual e que remete ao tipo de recessão econômica da comunidade, a existência prévia de organizações políticas locais, assim como as representações sobre pureza no contato com o corpo humano (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 110).

Cabe refletir o papel dos Termos de Ajustamento de Conduta, “quando usados como instrumento de legitimação da transgressão” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 119). Os autores afirmam que o Estado, inclusive, elencou aquilo que podemos chamar de “poluição legítima”, em que a cidade é reprodutora dessa lógica, tratando o meio ambiente como uma linha de montagem e de produtividade fordista.

O Estado capitalista atua de forma diferente, dependendo dos agentes os interesses em jogo. Os setores imobiliários, mesmo quando não cumprem a legislação urbana e ambiental, são considerados alavancadores de desenvolvimento "sustentável" e do Progresso. (...) O ideário do "bem comum" e o que se espera para o "desenvolvimento sustentável" e seja o

alicerce do poder da ideologia que oculta a essência e toma aparência como realidade (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 214-215).

Acsehrad; Mello; Bezerra (2009), em seu outro trabalho, intitulado “Cidade, Ambiente e Política: Problematizando a Agenda 21 local” afirmam que “o local é neste contexto hora invocado como blocos de uma política alternativa de resistência, hora com arena de assimilação e adaptação discurso econômico dominante”. Trata-se, pois, de evidenciar como a retórica localista integra um entrelaçamento de discursos e práticas que tem um espaço como referência, configurando que vem sendo chamado de uma “política de escalas”. Para entender os meandros de uma tal política, não poderemos tomar desconstrução e construção dessas escalas espaciais como auto evidentes; devemos, ao contrário, procurar captá-las ao mesmo tempo como expressão de relações de poder e como dinâmicas que, por sua vez, redistribui este poder sobre o território e seus recursos, sejam eles materiais, institucionais ou políticos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2006, p. 14). Por isso, no próximo capítulo, compreenderemos a participação do atual gestor dentro de outros espaços de poder e decisão. Com ares populares, convém destacar que cada um nada conforme a maré.

CAPÍTULO 4: SOBRE QUEM RESISTE – INVESTIDAS DO CAPITAL E CONTRABALANÇOS

Este capítulo analisa o processo de resistência(s) da sociedade civil e das organizações populares aos processos de acirramento do capital na cidade de Teresópolis nos últimos anos. Com isso, buscamos acompanhar a forma alternativa que entidades se comunicaram durante e pós-pandemia da Covid-19. A *internet*, nestes casos, foi um importante recurso para não travar os processos de discussões e construções coletivas e não paralisar a luta que não finda nem diante do maior episódio pandêmico vivenciado nos últimos anos.

Por isso, acompanhamos *lives*, audiências e publicações feitas pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, Câmara Municipal de Teresópolis, Grupo Planeja Terê e outros membros da sociedade civil, listados nos dois primeiros apêndices da dissertação. Neste capítulo, abordaremos os discursos em texto corrido, listando-os em ordem de coerência e conforme os acontecimentos. Além disso, convém destacar a entrevista-não-entrevista realizada com uma interlocutora, responsável por guiar os processos acerca do Parque da Cidade, no Movimento Nossa Teresópolis. Nas próximas páginas, iremos realizar a explanação acerca do porquê desta nomenclatura que me remeteu às angústias partilhadas por pesquisadores nas aulas de metodologia científica.

A luta pelo imaginário imensurável

Para ambientação da população espectadora, o grupo Planeja Terê produziu uma *live* para explicar o processo que se arrolou desde o crime ambiental provocado pela Sudamtex. Os coordenadores Rodrigo Koblitiz e Léo Bittencourt dialogaram a fim de contextualizar o ocorrido aos que assistem de suas telas:

Em 2010/2011 a área foi decretada como área pública após os crimes ambientais. Na gestão Arlei ela deixou de ser pública, ele alterou por meio de decreto e a área passou a estar nas mãos do proprietário novamente. Essa área é privada, com multas em torno de 30 milhões de reais. E com a utilidade pública que ela tem, ela poderia ser considerada área pública. Para isso, basta um decreto para retornar como área de utilidade pública. Porque a função social que ela exerceria é enorme, para todo o município, transformando-se em um parque. A entrevista que o prefeito Vinicius Claussen deu, dizia que teria dificuldade de desapropriar. Quando se desapropria, o município tem que indenizar o proprietário. Com a dívida milionária, é possível comprar a área. Transformando essa área em utilidade pública, ela deixa de valer menos materialmente e terá obrigação de ter essa finalidade. A área tem 160 m², a

grande área verde da área verde da cidade (LIVE SOBRE O TERRENO DA SUDAMTEX, 2021).

O entrevistador Léo Bittencourt pergunta sobre o valor socioambiental desta área para a cidade. Chamando Teresópolis de “selva de pedras” devido às excessivas construções civis atuais. Considerando o primeiro distrito, “é a área verde de referência (...) com o excesso de enchentes, do rio que passa pelo terreno, o terreno poderia servir para aumentar o plantio de árvores garantindo uma diminuição de enchentes”, afirma Koblitz. Cita o Decreto 5.348/2020, que permite a troca de cortes de árvores por bens e serviços. “Não podemos continuar perdendo nossas matas pela ganância de poucos”.

Em postagem, o grupo divulgou um ato político chamado “CPI do Licenciamento Já”, promovido pelo Planeja Terê, que reuniu cerca de 30 pessoas, entre associados e representantes da sociedade civil, na frente da Câmara Municipal. Durante o ato, manifestantes pediram a abertura de uma CPI para apurar a concessão indiscriminada de licenças para a indústria da construção civil, desfigurando a cidade e trazendo sérias consequências para o meio ambiente, alegam os atores.

O desmatamento crescente no município foi o tema predominante nas falas dos ativistas. O presidente do Planeja Terê, Rodrigo Koblitz, fez esta fala:

A medida compensatória prevista poderá ser cumprida com entrega de mudas ou convertida em valor monetário, diz o decreto. Quem autorizou o prefeito a assinar este decreto, que não tem amparo na legislação estadual ou federal? E isso não é um problema apenas para os que querem preservar a Mata Atlântica, mas, também, para os empreendimentos, que entram em insegurança jurídica (LIVE SOBRE O TERRENO DA SUDAMTEX, 2021).

Também sobre as consequências danosas ao município devido ao desmatamento falaram o presidente da Associação Agroecológica de Teresópolis, Roberto Seling; Leo Bittencourt; e Ruth Ferreira, presidente da Associação do Parque Imbuí.

O Planeja Terê tem se empenhado em discutir com o poder público o assunto. Nas publicações recentes, visualizamos a instrumentalização dos meios legais: “Já fizemos representação no Ministério Público, relatório para a Câmara dos Vereadores e para a Prefeitura”. Apontam um certo desânimo ao complementar: “Entretanto, nada parece funcionar. As licenças e o processo de licenciamento precisam ser investigados a fundo (...) Se você, como nós, está preocupado com a imensa perda de florestas que estamos vivendo,

vamos fazer alguma coisa juntos! (...) O licenciamento dessas obras e a legislação ambiental precisam ser analisados a fundo. Por isso, defendemos a criação de uma CPI do licenciamento” (VÍDEO PUBLICADO NA PÁGINA DO GRUPO, 2022).

Além disso, produziram outro documento que solicita às secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente informações relativas aos empreendimentos em Teresópolis. O documento foi protocolado esta semana pelos integrantes do grupo Rodrigo Koblitz e Sylvio Nogueira. Publicizaram em suas redes as solicitações:

A associação pede os seguintes dados:

Quais são os empreendimentos em processo de licenciamento de obras de construção civil prediais e de condomínios horizontais ou verticais que estão em andamento atualmente. Solicitamos, por gentileza, que a lista tenha ao menos:

- o número do processo;
- o endereço que a obra está prevista ou ocorrendo;
- a data da emissão da licença e o número da licença
- descrição se é de condomínio vertical ou horizontal ou se é de um prédio, com número de habitações previstas, área a ser construída e, se possível, o número de árvores que prevê-se o corte.

Entretanto, com o Parque haveria a garantia de maior presença de fauna, construindo-se um corredor verde de preservação ambiental, argumenta. Na “parte social”, o Parque colaboraria para ampliação da cultura, da socialização e qualidade de vida das pessoas. Complementa: “Esses parques são criados em várias cidades, pensando em ampliar qualidade de vida. O parque da Quinta da Boa Vista foi fruto de processo de desapropriação também e hoje é um parque” (LIVE SOBRE O TERRENO DA SUDAMTEX, 2021).

Relembra a contaminação do solo, em que se gera riscos à construção de moradias na área. O projeto considera a construção de um shopping, não havendo sido feito relatórios de descontaminação recente, pois segundo o último, apontava-se para uma contaminação, que poderia gerar problemas de saúde graves com atingidos diretos.

Para buscar apresentar um argumento especulativo, tal qual o Poder Público apresenta, Rodrigo Koblitz argumenta: “Quando se cria um Parque público, a área inteira pode aumentar significativamente seu valor imobiliário. Duplicando ou triplicando esses valores. Transforma a área em uma área mais valorizada”.

O entrevistador pergunta sobre o turismo neste caso. Devido ao histórico verde e montanhoso da cidade. Pergunta: “O que traria ao município, a título de turismo, um Parque da Cidade?” Ele salienta uma luta anterior e muito antiga pelo parque da cidade e o benefício de algumas pessoas somente caso fossem construídos somente prédios. Cita a importância geracional de um parque. Questiona: “Quanto vale qualidade de vida e turismo de qualidade?”

Koblitz diz que os turistas procuram tranquilidade e verde. Salienta que o Planeja Terê sempre pensa na perspectiva do morador. Mas considerando o turismo, diz que a cidade não tem opções de lazer para a juventude e o idoso. “Teresópolis pode oferecer mais, sobrando opção somente a Praça Olímpica como refúgio. O benefício do Parque não é totalmente mensurável, sendo superior ao que se imagina”³².

O entrevistador diz que a hoje, a tendência do mundo é o “turismo ecológico”, por isso, a cidade vem perdendo esta oportunidade. Relembra o requerimento do Planeja Terê ao Ministério Público (MP), tendo o mesmo dado uma resposta. Pergunta: “Você concorda com essa decisão recente?”. Koblitz responde que a resposta era esperada, mas negativa. No início de 2019, o acordo foi provocado pelo próprio MP. O promotor se reuniu com o Planeja Terê e ele afirmou que o MP pressionaria pelo acordo já que foi a proposta do mesmo que esse projeto andasse e se concluísse.

O requerimento do Planeja Terê foi em decorrência de alguns “vícios” que estavam presentes no acordo, diz ele. Ele exemplifica dizendo que o aumento do gabarito, na Rua Nilza Chiapetta, rua paralela ao terreno, prevista no acordo em sua 10ª cláusula, é totalmente fora da alçada do MP, que desconsidera tal questão e mantém o acordo para ser arrolado. O gabarito permite cinco andares de construção civil, e o prefeito, no acordo, se compromete com oito, competência somente da Câmara Municipal.

Léo Bittencourt, o entrevistador, diz que o prefeito diz que está seguindo as normativas. Mas aparentemente existe uma contradição já que existe essa divergência de gabarito. Koblitz complementa dizendo que além de permitir três andares a mais, existe a permissão da “outorga onerosa”, para construção de mais andares além dos oito já garantidos, caso seja pago um valor proporcional à prefeitura, conforme taxa municipal. Rodrigo Koblitz, questiona o prefeito dizendo que “o Claussen fala coisas que não são pautadas na realidade e o que dá um sentimento de descrença”. Isto porquê ele já teria dito que a rua já

³² Referência para o primeiro subtítulo deste capítulo.

tinha permissão pelo zoneamento de construção regular de oito andares, “o que é inconsistente com o que se diz a lei”.

Ainda na *live*, Koblitz diz que o projeto do MP não é claro, nem sobre a quantidade de prédios que serão construídos, o que ele atribui como omissão por parte do órgão público. “Ouve-se falar em 26, 27, mas sem garantias de execução”. O que se sabe deste número, afirma ele, foi divulgado por uma empresa de arquitetura que “supostamente” foi responsável pelo projeto. Por isso, o entrevistado questiona a negligência “pra dizer o mínimo” do poder público.

O projeto de 26 prédios apareceu na mídia, a partir de uma empresa cujo dono é irmão do secretário do Vinicius Claussen. Após uma semana, o questionamento foi: foi feito muito rápido esse projeto arquitetônico ou foi feito antes? (LIVE, 2021, ÁGUA).

O entrevistador fala sobre o impacto de vizinhança na construção desta quantidade de prédios. Além do trânsito que “poderia se caotizar”. Questiona ao Rodrigo sobre o que seria a contrapartida do Parque, o que impactaria em quesito social e ambiental. O entrevistado diz que “quer uma cidade que se planeje, seu planejamento, seu plano diretor, seu próprio zoneamento”. Quando se autoriza a construção de prédios, “se modifica totalmente a vizinhança e a vida das pessoas”. Argumenta a importância do planejamento urbano a partir da qualidade de vida, diz: “Com planejamento, é possível alterar o número de habitantes de uma cidade sem causar todo este impacto. Sem planejamento, há um empobrecimento da população, disputa por serviços públicos aumentam, escola pública etc”.

Segundo ele, o planejamento leva em conta a totalidade da cidade. Cita a construção de grandes empreendimentos no coração da cidade como um dos elementos que tornaram caóticos a vida na “pacata Teresópolis”: “A permissão de uma desordem urbana como aconteceu na Reta³³ com a construção de dois ‘atacadões’ no fim da avenida. (...) Teresópolis tem sido um exemplo de ‘desastre’ no planejamento urbano”. Diz Rodrigo que a cidade está crescendo “exageradamente”, e que o projeto levará qualidade de vida. Foi feito um estudo de que as cidades médias tem crescido muito e Teresópolis tem crescido acima da média. Léo garante que o aumento de Teresópolis tem “colapsado” a cidade e para isso, citou o trânsito.

³³ Avenida Lúcio Meira (sentido Alto) e Avenida Feliciano Sodré (sentido Várzea). São as principais vias de acesso à cidade (em dois sentidos) e também aos serviços centrais. O terreno está localizado na paralela destas grandes vias municipais.

De 2002 pra cá, segundo o IBGE, Teresópolis perdeu em torno de 1.000 campos de futebol em matas. Afirmar ele: “(...) O crescimento é bem-vindo, mas com a devida cautela. E nada melhor do que a área verde no centro urbano”. Empenhado com a questão urbana e ambiental, Koblitz argumenta:

Não foi realizado nenhum estudo de impacto no caso do terreno da Sudamtex. Existe um projeto no “escuro”. O Brasil tem uma experiência enorme neste sentido. No período de 1960 a 2000, o Brasil trouxe do campo para a cidade 100 milhões de pessoas. Este fenômeno proporcionou um inchaço gigantesco das grandes cidades no Brasil. Este caso é “típico” de Teresópolis, pois tem um processo enorme de favelização. As pessoas que chegam à cidade, da classe média e alta, procuram as regiões centrais e sobram às periferias as encostas. E lá até hoje existe ausência de saneamento básico, por exemplo. E se não fizermos nada, estaremos falhando mais uma vez no quesito planejamento urbano ((LIVE SOBRE O TERRENO DA SUDAMTEX, 2022).

O entrevistador diz que o prefeito é “bom de papo” como “vendedor de Doriana”³⁴, pois fez promessas e construiu narrativas para justificar suas escolhas que não foram meramente políticas, mas econômicas, que beneficiam seu grupo político. Para abordar seu posicionamento enquanto gestor, Koblitz diz que desde a primeira eleição do prefeito, ele também tinha a sensação de que o mesmo era “mais vendedor do que gestor”. Cita o filósofo grego Sócrates ao dizer que as pessoas geralmente preferem um “vendedor de balas a um gestor sério”.

Para elaborar as questões sobre sua experiência pregressa com o Vinicius Claussen, Rodrigo, membro do Conselho da Cidade na primeira gestão do prefeito, apresentou ao prefeito a questão do lixo e se surpreendeu com a seguinte resposta: “Em quinze dias solucionaremos os problemas”. O entrevistado argumenta que não haveria a possibilidade de resolução plena nem com seis meses de trabalho sério. Após essa conversa, cinco meses depois, “apareceu uma conversa” de que a Petrobrás transformaria o lixo e depois nada mais foi feito. Segundo o próprio, isso fez com que se perdesse totalmente a confiança no gestor. Ainda sobre a Sudamtex, uma outra manobra foi feita:

Não foi disponibilizado o acordo à população. Não revelaram os termos. Apenas a notícia foi dada. Estavam discutindo a outorga onerosa do direito de construir. O Plano Diretor fala sobre isso. E apareceu esse debate de forma não transparente no Conselho da Cidade. O debate apareceu no conselho, para permitir a construção da área, sem falar do Acordo. Enganando o Conselho, autorizando a construção de mais dois andares na área, já com o interesse do

³⁴ O entrevistador, possivelmente, quis relatar a marca nacional de margarina “Doriana”, como um exemplo de “propaganda enganosa ou fantasiosa”.

acordo, o acordo vem à tona. Os conselheiros fizeram uma visita ao terreno e foram proibidos de fotografar (...) Foi feito um recurso para tentar anular a votação do Conselho [mas], o Conselho foi aparelhado para passar tudo que o prefeito quer (Leonardo Bittencout, LIVE SOBRE O TERRENO DA SUDAMTEX, 2022).).

O aparelhamento que ele se refere diz respeito a eleição realizada recentemente para o Conselho Municipal da Cidade (CMC) que, segundo os mesmos em suas redes sociais, “mostrou mais uma vez como os interesses da construção civil estão arraigados em diversos órgãos municipais em detrimento da defesa da sustentabilidade de Teresópolis”. A votação, realizada devido à saída voluntária da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO), terminou com o placar de 14 votos a 9 em favor dos representantes da construção civil.

A disputa foi realizada entre duas representações: a presidente da Associação de Moradores da Cascata dos Amores, Clarisse Isnard, defensora do planejamento territorial e do meio ambiente em Teresópolis, e o representante das empresas da construção civil, Luciano Savatone.

A vitória, além de demonstrar mais uma vez o descompromisso com o crescimento planejado e sustentável da cidade, conforme defende o Planeja Terê, revela a desproporção de representatividade entre o poder público (Prefeitura) e a sociedade civil no Conselho da Cidade. Somente a prefeitura tem em suas secretarias 10 votos, mais os votos tradicionalmente cooptados pelo município em votações: o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscom) e os sindicatos de trabalhadores rurais e dos taxistas.

Mais uma vez o Conselho opta pela falta de compromisso com o bem estar dos cidadãos e aposta no crescimento desordenado e na destruição de nossas matas. Vemos todos os dias a especulação imobiliária avançando descontroladamente em todos os distritos do município à procura do lucro fácil e sem responsabilidade com o bem estar dos moradores.

A eleição do presidente do Sindicato da Construção Civil é um retrocesso em nossas lutas por uma cidade mais comprometida com o meio ambiente e a preservação de nossa história. Teresópolis ficou mais perto de se tornar uma selva de cimento e uma cidade caótica, cujos primeiros sinais já podem ser sentidos no trânsito saturado e no surgimento diário de novos prédios em todos os bairros.

A derrota no Conselho da Cidade de Clarisse Isnard para o Sindicato da Construção Civil demonstra que o poder público municipal agiu com toda sua máquina para continuar com a política de devastação e que o município de Teresópolis deixou escapar mais uma oportunidade de planejar seu futuro para o bem viver da população.

Opinião do Silvio Martins (diretor financeiro do Planeja Terê) sobre o resultado das eleições: Prefeitura e Conselho da Cidade são responsáveis por impor limites à urbanização descontrolada e brecar o apetite voraz das construtoras por novas áreas para construção. Confiar a revisão de importantes Leis Municipais como as Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Parcelamento do Solo Urbano e o próprio Plano Diretor aos interesses dos representantes da construção civil, é dar aos lobos a chave do galinheiro, uma

atitude tremendamente preocupante para todos nós que lutamos pelo crescimento controlado e ordenado pautado na sustentabilidade ambiental (Planeja Terê – *Facebook*, 2022).

Um dia antes percebem que essa outorga do direito de construir mais andares na região era necessária para esse acordo de 2020 acontecer. Não havia ficado claro quando apresentado o debate pelo prefeito ao Conselho. O Conselho, enganado à princípio, recebeu o debate sem saber da intenção. Isto gera indignação aos mesmos, diz Rodrigo. Ele diz que nem está ainda entrando nos termos do acordo, quanto as construções e o ônus. Ele está falando da ilegalidade do mesmo. Para deslegitimar a narrativa do atual prefeito sobre o Parque remanescente ao projeto anterior, Rodrigo diz que o projeto que o prefeito propõe é um “parqueto”, um “parquinho”. Antes, um Parque Fluvial total com área integral não está mais contemplado, que correspondia a um total de dez a quinze vezes o atual. Garante o entrevistado, ainda, que sua descrença o leva a crer que “pode ser que nem esse parquinho ocorra, visto que no projeto, o parque ficaria colocado na mata ciliar marginal ao rio, podendo caracterizar-se como crime e ser impedido”. O que, para o prefeito, não há qualquer preocupação, visto que “lavaria suas mãos” diante de qualquer impedimento.

“O procurador Marcos, já falecido, e o juiz responsável não deveriam ter aprovado”, garante Leonardo. O erro está em ter homologado um acordo que tinha nele competências da Câmara Municipal, do Poder Legislativo, “que não deveriam ser ignorados ou atropelados pelo Poder Judiciário e Executivo”. O MP receberia os 10% de honorários do montante da multa, contudo, no acordo este valor aparece no montante de 1% como um possível “erro” que passou batido diante das linhas. Entretanto, “o promotor deixou passar a ilegalidade e ainda deixa passar o montante equivocado desses honorários. Claussen faria uma praça homenageando este promotor, dando seu nome à praça”. Após este fato, é pedido urgência para debate na Câmara Municipal e o prefeito percebe que a Câmara “boicotaria” e retira de pauta para “análise” do acordo. Bittencourt projeta: O réu aproveitou a troca de prefeito para avançar neste acordo. E o acordo não tem como ser feito porque a Câmara não aprovou nem o aumento do gabarito e nem a troca da sede da prefeitura.

Acompanhando o processo listado no capítulo anterior, de integração urbana por meio dos ônibus, Koblitz afirma que o prefeito decidiu que haveria perto da localidade onde mora, em Roseiral, três pontos de ônibus em uma área privada. Depois, mandou asfaltar uma mata ciliar sem qualquer preocupação e “noção” de gestão pública. O entrevistador diz que o

prefeito “vendeu” muito bem esse projeto e ambos concordam “há um abismo” entre as promessas e as ações de Vinicius Claussen.

Para justificar uma falta de adesão popular ampliada, que poderia levar a um engajamento popular maior, o entrevistado garante que é devido a publicização do atual projeto, como tem feito o prefeito, omitindo informações cruciais. Pois “qualquer pessoa que visse de perto o processo, estaria ao lado do Parque Fluvial”, garante ele. Lembra que o prefeito na época de campanha havia prometido um Parque Municipal, mas depois, sentado à cadeira, não colocou em prática, mais uma vez, sua proposta³⁵.

Para finalizar, o entrevistador questionou: “Em que situamos estamos hoje? E o que pode ser feito? É possível reverter? A população pode fazer um levante por isso?”. Koblitz responde que o que temos é um acordo homologado pela justiça e foi referendado mais uma vez pelo MP junto com o prefeito e juiz. O MP, segundo Rodrigo, deve ser esquecido pois ele está orientado ao acordo já. Diz que a dívida do proprietário, em 2014, à cidade, era de 22 milhões de reais. O montante abordado por ele publicamente que alcança a quantia de 30 milhões de reais, é a atualização monetária que o próprio faz, visto que não foi referendado no processo.

Esse montante iria para o FECAM e retornaria para a cidade como forma de viabilizar o Parque, tal como descrito no TAC de anos atrás. Contudo, o que se tem, hoje, é a compra por parte da Prefeitura de um túnel inutilizável (no valor de 6 milhões de reais), uma área de um EducaParque (“alugado por 20 anos”)³⁶, calculando-se um montante de 25 mil reais ao mês e outros 10 milhões de reais pela área onde será construído o “Parque proposto pela cidade, sem garantia de que será de fato feito”.

Garante o entrevistado que a documentação levantada pelo grupo foi crucial para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal, que apontou uma série de irregularidades, travando o processo na justiça. Houve uma Audiência Pública na Câmara Municipal em que se deu a abertura de uma CPI e o grupo Planeja Terê participou das oitavas. Após a CPI, a Câmara exibiu um relatório falando da ilegalidade do compromisso

³⁵ Faremos um destaque a essa informação sobre a promessa, em campanha, do Parque, destacando-se que, Vinicius Claussen tem muito mais a ver com o projeto do que popularmente se sabe. Esta questão será melhor apresentada durante o encontro com a entrevistada que serviu para apresentar à pesquisa uma esperança de mais elementos a se incorporar, mas que se findou com uma faísca de que a situação é muito mais ampla do que se pôde alcançar.

³⁶ Apresenta-se no acordo, com a nomenclatura de regime de “comodato”, chamado pelo entrevistado de “aluguel”.

assumido arbitrariamente no acordo de mudar o gabarito, zoneamento, criação de bairro, bem como, de mudar a sede da prefeitura. Foi colocado em votação, a maioria votou a favor e foi encaminhado à justiça. A partir do momento que o processo é homologado, isto é, o juiz garante a legitimidade de um acordo, para ser solicitado na justiça uma revisão, “a Câmara deve depositar dezenas de milhões de reais em nome da justiça um [depósito] ‘caução’ caso perca na justiça”. E, complementa que, “por falta de dinheiro, a Câmara não pôde dar prosseguimento ao processo”.

“Essa é uma injustiça jurídica”, diz Léo Bittencourt em outra *live*. “Ou seja, para questionar é preciso de dinheiro. É um vácuo jurídico para estancar um processo. (...) Se não tem autorização para realizar o que precisa da cidade, não haverá acordo. Leonardo afirma que Gabriel Palatinik, Procurador Geral do Município, foi confrontado na Audiência Pública. “Dizem na Câmara que para estancar o processo, a Câmara precisaria de recursos para bancar o processo, caso percam.” Léo comenta que há um “vácuo jurídico” por conta disso. A saída é a Câmara mudar o zoneamento e dizer que só pode haver ali um parque”. Relembra o caso que a cidade já vivenciou: O antigo prefeito Celso Dalmaso se empenhou junto à Câmara para “segurar a CBF [Sede da Confederação Brasileira de Futebol] no Comary (...) Mudaram o zoneamento lá no Comary para que lá só tenha finalidade esportiva. Ou seja, existem saídas que dependem da Câmara”, aponta Léo.

Na mesma *live*, Koblitz anuncia a abertura de uma votação para a escolha do nome da campanha para a criação de um parque na área onde funcionou a Sudamtex. A votação se deu nas redes sociais do grupo (*Facebook* e *Instagram*) e nos grupos temáticos no *WhatsApp*. Dentre as opções estavam:

- 1) Eu quero o parque!
- 2) Mais verde, mais vida. Eu quero o parque!
- 3) Parque da cidade, eu AINDA quero!
- 4) Um parque da cidade para chamar de nosso.
- 5) Parque da Cidade, Eu Quero.
- 6) Parque Municipal Agora
- 7) Parque Urbano já. Eu levo fé! (Planeja Terê, *Facebook*, 2022).

O nome escolhido é o mesmo que antes consolidou-se na Nossa Teresópolis, a opção número 5: “Parque da Cidade, Eu quero”. O objetivo dessa nova campanha era chamar a população para luta pelo Parque. Pois, argumenta o próprio que “os vereadores são sensíveis à

opinião pública”. Rodrigo faz um apelo pela participação da população acreditando que assim será possível conseguir o Parque pela pressão popular.

O entrevistador diz que está confiante em relação à Câmara, devido às “muitas das falas advindas do presidente da Câmara”. E, existem outros muitos assuntos em pauta sobre o debate ambiental em Teresópolis, segundo ele. Traz a referência do Parque como um espaço de educação socioambiental para abertura de passeios escolares elogia o Planeja Terê, grupo no qual ele próprio integra. Finaliza sua fala dizendo que se deve produzir políticas públicas para o povo de acordo com suas realidades. “Política é de gente que corre atrás (...) E poucos dos que sentam na cadeira conhecem a realidade do povo”³⁷. Garante a inexistência de uma “bandeira partidária” do grupo, apenas seguem na esperança de pensar em uma “Teresópolis para o povo, para todos (...) Isso é movimento social e isso que estamos fazendo”. E garantem: “São de pequenas vitórias que se ganham grandes batalhas”.

Política é de gente que corre atrás: o Planeja Terê

Em 2021, surge o Planeja Terê enquanto Pessoa Jurídica, dotado de CNPJ aos termos da lei. Mas antes, já atuava como associação e surgiu de diferentes movimentos sociais pelo urbanismo da cidade de Teresópolis. É um movimento social apartidário, definido assim pelos próprios em entrevistas públicas. Possuem diversas pautas que tangenciam a vida urbana com o ambientalismo, trazendo discussões frescas acerca de temáticas como a água, especulação imobiliária, o Parque Urbano etc.

Leo Bittencourt, chamado de “grande ambientalista” por Rodrigo Koblitz em *live* é membro do Planeja Terê. Koblitz diz que o Planeja Terê surgiu de diferentes revoltas de conselheiros da cidade e de cidadãos que viam o governo do Claussen, passando por democrático nos conselhos, fazendo assombros na cidade enquanto isso. “Claussen fertilizou o crescimento do Planeja Terê”. Acrescenta: “É uma associação que se iniciou da luta. De outros movimentos sociais que estavam dispersos e se unificou”.

Garante que o movimento é construído de muito estudo: “existem pessoas gabaritadas e inteligentes pautando tudo do movimento”. Por ser filho de um ex-funcionário da fábrica Sudamtex, assume um “saudosismo” ao falar do terreno e confirma que conhece “todo o

³⁷ Esta fala será referência para o subtítulo da próxima seção.

histórico do projeto do Parque”. Reconhece que apesar do saudosismo, de ter visto sua importância na geração de empregos, salienta que não podemos esquecer dos crimes ambientais cometidos.

O Planeja Terê busca se apresentar como articulador da sociedade civil em prol de um planejamento urbano em Teresópolis que seja verdadeiramente popular. Nasceu inspirado em outro nascimento: o primeiro movimento chamado “Nossa Teresópolis”, que garantiu esse Parque. Léo diz que esse assunto todo é dominado por parte da cidade graças ao Planeja Terê e o trabalho feito e afirma que as *lives* do Planeja Tere são fontes de consulta sobre diversos assuntos, pois contam com pessoas “gabaritadas”, que “com debates inteligentes, [vão] elevando os debates da cidade”.

Léo diz ser um estudioso da história da cidade. “As mazelas, as dificuldades, o ambiental e o saneamento.”, o que se caracteriza como um importante elemento. Leo Bittencourt é produtor e diretor de pelo menos três documentários sobre a história de Teresópolis.

Em entrevista ao Diário de Teresópolis, a reportagem apresenta o movimento da seguinte forma:

Estamos aqui em frente à Câmara Municipal de Teresópolis fazendo a cobertura de uma manifestação da organização Planeja Terê que se manifesta em favor do meio ambiente de nossa cidade. O Planeja Terê é uma organização da sociedade civil que estuda, discute e desenvolve ações em defesa da qualidade de vida, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. E esse movimento tem se empenhado para discutir com o poder público o desmatamento e a liberação indiscriminada das licenças ambientais no nosso município (Diário de Teresópolis, 12/11/2021).

Cristina Reis, arquiteta e urbanista, uma das integrantes do Movimento afirma:

O principal objetivo é solicitar a CPI do licenciamento. No nosso ponto de vista, no ponto de vista do grupo Planeja Terê, esses licenciamentos ferem a Lei da Mata Atlântica e não cumpriram, não fizeram um estudo de viabilidade técnica. Sobretudo, ligado ao Meio Ambiente e isso está impactando e irá impactar cada vez mais o nosso município. Por isso precisamos entender como foram feitos esses licenciamentos, baseado em quais leis e decretos. E quais foram as compensações efetivas a partir, por exemplo, da Ermitage, daquela devastação no morro da Ermitage. Esse é um dos nossos principais objetivos (Diário de Teresópolis, 12/11/2021).

Aliada ao movimento, Clarisse Isnard, presidente da Associação de Moradores da Cascata do Imbuí contribui:

Você busca morar numa moradia, em um bairro tranquilo, cercado pela natureza, e de repente você é surpreendido por tratores, caminhões... escavadeiras, retroescavadeiras, maquinários trabalhando às vezes de madrugada, levando material. Isso aconteceu no nosso bairro, em uma ocasião, e os moradores recorreram à Associação dos Moradores tentando entender o que estava acontecendo. O morador não recebe uma notícia, não acontece uma consulta pública sobre os desmatamentos que acontecem no nosso município. Você não é consultado, você é surpreendido. E isso é uma das situações que vem acontecendo, e que vem incomodando muito a população, os representantes das organizações. Agora, assim, como membro do Conselho da Cidade, a gente tem ainda um acesso direto aos membros do Conselho. É claro que os desmatadores, os representantes das empreiteiras estão nesse Conselho. Mas o que me surpreende mais ainda é o Conselho do Meio Ambiente, que é o Conselho de defesa do Meio ambiente, um conselho deliberativo. Essas licenças poderiam ser apresentadas para todos que participam do conselho e não são. Então assim, tem que partir da curiosidade, da disponibilidade, de um cidadão, do empenho dele, para ele ter acesso a esses licenciamentos (Diário de Teresópolis, 12/11/2021).

Na mesma reportagem, Rodrigo Koblitz, presidente do grupo, finaliza:

Você não pode botar um prédio em um lugar onde só tem casa. Porque a lei não permite que você faça isso. Você não pode investir em habitação de interesse social, dizendo que é para a população, e apartamentos de 180 a 240 mil reais porque a população não vai comprar, a população pobre. Habitação de interesse social resolveria esse problema, mas não resolve. A solução para resolver a habitação de interesse social é reformar as casas que já existem na Quinta Lebrão, no Vale da Revolta, em todos os lugares, de comunidades mais vulneráveis e você criar infraestrutura nesses locais. Redes de drenagem, você botar asfalto onde precisa, botar paralelepípedo onde precisa para melhorar o escoamento. Então a solução para a habitação social não está em construir prédios onde o apartamento vai valer 220 mil reais. A solução para isso é você reformar essas casas. Então o problema que acontece é o seguinte: quando, você permite, num ambiente desse, totalmente desregrado, com uma legislação não muito clara, com um descumprimento pela lei da Mata Atlântica, feita pelo próprio prefeito, que apresentou o decreto 348/2020, que ele permite você trocar árvores por bens e serviços. Que não existe isso, não está na Lei da Mata Atlântica isso, você permite prédios vir para Teresópolis. O que estamos fazendo em Teresópolis é inchar o município, o trânsito está aumentando. Será que o IPTU que vai se arrecadar supera a necessidade de se botar tantas escolas, tantos postos de saúde, tantas assistências que o poder público precisa fazer para poder dar assistência para essas pessoas?” (...) “Um principal decreto, uma principal legislação que nós temos, que permite muitas ações irregulares. É um decreto, ou seja, assinado só pelo prefeito. Até agora, a Câmara Municipal não deu passos para enfrentamento a isso. Mas a gente espera que com a proposição do Plano Terê de uma CPI do licenciamento, a gente espera que a Câmara Municipal entre nesse debate e possa melhorar a situação do licenciamento. Não é de uma obra. Não estamos preocupados com uma obra que está acontecendo aqui e ali. A gente tá preocupados com o

conjunto dessas obras, que quem está trazendo essa irregularidade é o processo de licenciamento. O que a gente precisa é resolver isso. Pra resolver isso, nós precisamos entender isso, porque tem muita coisa errada. Então a gente precisa entender o problema e pra isso a CPI. A CPI vai investigar os casos mais problemáticos e vai entender o problema. E aí a gente cria uma legislação que permite o desenvolvimento do município com a preservação da nossa mata.” “A CPI não está em andamento, estamos lançando a campanha agora e vamos aproveitar agora para dizer que o Planeja Terê está lançando um abaixo-assinado. Vá na página do Planeja Terê (...), com essa petição esperamos ajudar o nosso município a continuar verde e aí vamos apresentar aqui na CPI um pedido oficial de licenciamento. Mas o pedido já vai ser feito, já está sendo feito, com a gente falando com eles que estamos pedindo essa CPI (Diário de Teresópolis, 12/11/2021).

Rediscutindo o Plano Diretor: Teresópolis de todos para todos

No dia 23 de fevereiro de 2023, o vereador Maurício Lopes (DEM) iniciou uma sessão na Câmara dos Vereadores de Teresópolis para tratar do Plano Diretor de Teresópolis que se encontra em atraso de atualização há sete anos, desatualizado desde 2016. Segundo Lei 10.257/2001, conhecida como o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor deve ser atualizado a cada 10 anos. Neste dia, ele abre agradecendo a presença de todos e cita a presença do Planeja Terê e solicita que ao menos um representante do grupo se apresente para ocupar uma das cadeiras restantes, dada a grande ausência de vereadores na Audiência. Rodrigo Koblitz e Cristina Reis são os representantes que ocupam este espaço.

O Maurício Lopes diz que o objetivo é sanar as “falhas do Executivo” quanto ao andamento do debate. Afirma que a legislação prevê que as audiências públicas e consultas públicas deveriam ter acontecido há mais tempo, o que não aconteceu e, por isso, a legislação permite que o Poder Legislativo, na figura da Câmara dos Vereadores, possa sanar esta lacuna.

Em novembro de 2016 foi publicada a Lei Complementar que diz que Teresópolis deve valorizar seus recursos naturais, afirmando a “vocação” agrícola e turística do município. O vereador l , em audiência, o seguinte trecho que diz que a cidade deve atuar “compatibilizando as atividades urbanas e rurais de forma sustentável, ordenando o espaço urbano com a localiza o da popula o, sem prejuízo da paisagem natural e da qualidade de vida”. E, portanto, “o Plano Diretor Sustentável tem como objetivo seguir a preserva o e respeito ao Meio Ambiente e   Mata Atlântica, garantindo o desenvolvimento econômico e a justiça social”.

Além disso, prevê a garantia da “função social da cidade e função social da propriedade”, garantindo a manutenção da identidade cultural da comunidade visando a garantia do direito à moradia. No mesmo sentido, prevê “o ordenamento territorial e a ocupação do solo nas macrozonas urbanas, sistema viária da cidade, sistema municipal da área verde, instrumentos de política urbana, sistema de planejamento e gestão municipal urbana”. Assim, o Plano Diretor já existe em nosso município naquele tempo, há cerca de 15 anos, sendo necessária à sua revisão com base na experiência já vivenciada. Até o momento, com o que se busca com a revisão do Plano Diretor Sustentável são as prioridades dos investimentos públicos em habitação, saneamento, mobilidade, Meio Ambiente e melhoria dos espaços públicos. Contudo, abre-se a necessidade de revisar e definir as regras para ampliação dos novos loteamentos, empreendimentos e novas construções.

Maurício Lopes solicita ao secretário de Meio Ambiente e de Defesa Civil, Flávio Castro, que possa fazer uma fala, com tempo máximo de quinze minutos. Pede justificativa sobre a falta de audiências para dar andamento ao debate do Plano Diretor. O Secretário diz que está presente ali representando a Administração. Diz que conhece o histórico do processo, mesmo tendo assumido a Secretaria no dia primeiro de janeiro do corrente ano, pasta antes dirigida pelo Dr. Álvaro Crispino, secretário anterior, que chefiou a administração “deste processo”. O motivo da convocação do Dr. Álvaro, pelo menos um deles, foi porque ele participou do desenvolvimento do Plano Diretor de 2006. Então, tinha já a *expertise*, com os levantamentos aerofotogramétricos, usados até hoje. Preparou este ambiente, o documento e foi quem instruiu este projeto em 2006. Diz que quando o prefeito Vinicius Claussen assumiu, já teve ciência do atraso do Plano Diretor, que já deveria ter sido debatido e revisado, convidou o Dr. Álvaro para ser Secretário de Planejamento, que além de outros objetivos, este era um deles.

De forma imprecisa, diz que “aparentemente” teve um Seminário com “algumas coisas”, de um dia, para a construção de um texto final. Sinaliza o desconforto com sua posição ali ao dizer “a gente entende hoje, como administração, que é necessário este debate, é necessário e favorável, porque ele dará condições amplas (...)”. Afirma que o texto de revisão do Plano, que não foi colocado para debate, não se encontra fechado, mesmo que tenha sido feito à portas fechadas, pois o processo tem que passar pelo Legislativo, para participação do “futuro” da cidade. “A missão também é do Legislativo”, ele diz. “É o momento correto, não pretendemos buscar “no passado” (...) Porque elas são dinâmicas”,

Sinaliza que no primeiro capítulo da Revisão já diz que o município terá que atualizar a base cartorária e já fizeram isto, contrataram um georreferenciamento. Diz que já está para iniciar e é um processo que leva dezoito meses para construir, mas que teremos, a partir disso, uma cidade georreferenciada, com todos os detalhes, com o “interior”, “a cidade”, todos os limites. As florestas, as “invasões”, o desmatamento, as áreas de preservação etc. Com tudo de mais tecnológico que há no mercado. Assim, teremos bases cartográficas avançadas para assessorar. Se não for neste documento final, poderá ser por meio de leis acessórias e documentos que “a gente vai anexar”.

Já diz, antes de refletir sobre o papel das instituições de Estado do município, que todas as leis acessórias não estarão inclusas nele. Afirma que temos uma Lei de zoneamento de 2001, uma lei de parcelamento de solo mais antiga. Então, será preciso revisar após a aprovação do Plano, mas não será necessário o debate antes, pois no Plano deve constar apenas onde queremos chegar, mas não com as leis acessórias que dará o norte do zoneamento, do parcelamento do solo, da planta genérica de valores, com as minúcias.

O Planeja Terê, por meio da sua representante, Cristina Reis, arquiteta e urbanista, é chamada para participar. Lê um texto que diz em termos gerais que o documento de revisão deve ser tirado de discussão para o início de um novo processo assegurando a participação popular, ampla e qualificada em todo o processo da nova revisão. Ela diz que o documento tem um grande atraso, pois deveria ter sido feita antes. A Lei Complementar nº 79 foi promulgada em 2006. Logo, ele deveria ter sido revista após 10 anos. “O que ocorre é que estamos defasados nessa revisão e uma nova realidade há no município, principalmente após a tragédia de 2011” (...) “Essa realidade demonstra um crescimento populacional grande, um aumento exponencial de veículos na circulação das vias urbanas, no crescimento ‘quase que assustador’ das áreas favelizadas e de risco e de tantos outros problemas ligadas à falta de planejamento urbano”.

Acrescenta que “por isso, precisamos de participação popular e técnica neste debate”. Diz que este contexto traz prejuízos e que nasce na ausência do ordenamento territorial e tende a refletir no crescimento desordenado da cidade, na degradação ambiental e na violência urbana, contribuindo para um retrocesso e subdesenvolvimento do município. Os problemas estruturais e técnicos importantes começa pela falta de cumprimento do que diz o Estatuto das Cidades: que estabelece a ampla participação da população do Plano Diretor. É importante frisar que o envio do projeto de lei ao Legislativo não foi antecedido com discussões na sociedade civil. O Executivo não promoveu nenhuma Audiência Pública, não consultou as

associações representativas, não realizou consultas públicas nem conferências públicas. Não há referência alguma de participação popular, ela afirmou.

Ela argumenta, em nome do grupo, que a participação é compatível com o nosso modelo de Estado Democrático de Direito, adotada na Constituição de 1988. O Executivo não formou um corpo técnico capaz de definir e levantar os diagnósticos e diretrizes para a revisão do Plano. Diz que os grupos, desde então, estão formados e não tiveram representatividade da população, nem eram capacitados tecnicamente para isso. Ela cita exemplos de municípios que contrataram consultorias para esse desenvolvimento, como Maricá. Por fim, não há nenhuma comprovação de que foram feitos estudos técnicos, nem produção de mapas georreferenciados, gráficos, diagnósticos técnicos e sociais. A leitura social não foi feita, diz ela. E tudo isso é fundamental para mapear e conhecer a cidade.

Tudo isto, diz ela, envolve a “ocupação racional da cidade”, o ordenamento territorial, alteração de perímetro urbano e rural, por exemplo. Qualquer alteração normativa deve ser precedida de estudos, para conhecer os prejuízos e benefícios que possam advir dessas iniciativas. Só se justificam mudanças que atendam, de fato, ao interesse coletivo e sejam voltadas para garantir da qualidade de vida da população. A população é indispensável, nesse caso. A gestão deveria considerar as transformações territoriais, sociais, políticas, econômicas e ambientais ocorridas nesse universo temporal de mais de 10 anos.

Finaliza dizendo que o Plano Diretor é uma visão macro, que estabelece diretrizes para onde caminhar. Ela diz que leis podem complementar o Plano Diretor. Mas o Plano Diretor é fundamental para dar o pontapé nestas leis acessórias. Dá para refletir sobre as leis de zoneamento, ocupação e uso do solo, leis que se debruçam para habitação de interesse social, de mobilidade, código de obras, meio ambiente, saneamento, licenciamento etc. Uma cidade de tanta beleza natural a ser protegida.

Rodrigo Koblitz assume a fala e diz que está feliz com o início do debate. Lamenta que o debate começou tarde, cuja responsabilidade estava na mão da Prefeitura, terceirizando o debate para o Conselho de Cidades, depois para uma Audiência Pública, pouco divulgada, sob responsabilidade do Legislativo. O Planeja Terê pede que retorne o debate para a prefeitura, pois lá está a estrutura para fazer um Plano Diretor, por meio da contratação de diagnósticos de saúde, educação, habitação e outros elementos constitutivos que formam uma cidade.

Resumidamente, em audiência, Koblitz propõe três diretrizes: Analisar os erros do Plano Diretor; construir um diagnóstico do município: com pessoas capacitadas tecnicamente, como arquitetos e urbanistas; e participação social: construção do zero de um Plano Diretor. Koblitz reitera que precisamos considerar a “participação social com significado”. Há regramento, em que a nomenclatura “Audiência Pública” não configura em si a participação popular e irrestrita.

Argumenta que a diversidade deve ser considerada conforme a Lei: Resolução nº 25 do Conselho Nacional das Cidades, em seu artigo 5º diz que a organização deve garantir a organização dos debates por segmento social, por temas e por divisões territoriais, como bairros, distritos, setores e outros. E garantia de alternância de locais de discussão. Portanto, a Câmara deve saber que chamar a população, antes de sugerir um Plano Diretor é crucial. Deve preencher os mapas, mostrar à população como estão as condições da cidade, apresentando e auxiliando na interpretação desses mapas. Para aí então, partir para as Audiências Públicas, como nas cidades já analisadas: como Blumenau, Maricá e outros municípios. O entendimento popular é fundamental e deve ser garantido. As pessoas devem ser chamadas para pensar o seu município. Apresenta a alternativa de que se a Câmara achar que deve assumir o debate, que faça contratações ou acordos de cooperação técnica com universidades para fazer um debate qualificado.

Segundo Koblitz, Teresópolis está indo por um mau caminho e salienta que é fundamental o questionamento: Como vamos discutir o Plano Diretor? Pois o debate não é trivial e “temos exemplos em outros municípios de planos melhores do que se põe em discussão”.

Segundo o grupo, o município deve ser entendido como um bem comum, e a participação de todos é fundamental para traçar o futuro de Teresópolis.

Este é um desafio enorme para o Legislativo. Há a necessidade de contratação de empresas, consultorias, por exemplo, o que deveria ter sido feito pelo Executivo. Pensando em trazer olhares técnicos e sem repasse financeiro, sugerimos acordos de cooperação técnica com universidades, como Uerj, UFRJ. São instituições que sabem fazer diagnósticos, mapas. Antes, porém, é preciso definir metodologia de trabalho e o cronograma. Ao longo do diagnóstico ambiental, precisamos de reuniões por bairros e, somente depois de reunidas todas as informações, partir para a elaboração da lei que instituirá a revisão do Plano Diretor. Por isso, nosso prazo é de um ano, mas podemos tentar adequar ao máximo possível (Rodrigo Koblitz. Audiência Pública).

Em postagem nas redes sociais, o grupo publiciza:

A Lei 10.257/2001, que estabeleceu o Estatuto da Cidade, deixou claro em seu artigo 40 que a realização de audiência pública se dá quando no momento da elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, o que não aconteceu em Teresópolis.

Atualmente, a revisão do Plano Diretor, que valerá para os próximos dez anos, está para ser analisada pela Câmara Municipal. E só com a participação de toda sociedade é que teremos um plano diretor que seja, efetivamente, um instrumento da política de desenvolvimento urbano, incluindo, por exemplo, as zonas da cidade que devem ter ocupação incentivada e aquelas que precisam ser protegidas.

O município não é um negócio. O município é de todos. Vendo o crescimento desordenado de Teresópolis nos últimos tempos, você acha que podemos ter um Plano Diretor sem a participação da sociedade civil organizada? (Planeja Terê, *Facebook*, 2021).

Após as falas, o presidente da Casa convida para o uso da palavra algum representante do Conselho Municipal da Cidade. Contudo, estaria presente se não tivesse sido impedido de subir devido a limitação de pessoas na Casa do Povo, devido à pandemia. Em tempo, o professor do Estado do Rio de Janeiro, Bruno Azeredo de França, estaria na Casa representando o Sindicato, mas resolveu fazer uma fala em nome do Conselho Municipal da Cidade. Lamenta o imprevisto de sua fala e diz que devemos olhar para as pessoas que constroem a cidade cotidianamente: os trabalhadores. Percebe que o documento de revisão enviado pela Prefeitura apresenta erros grotescos de escrita e pensa a cidade a partir do centro. Complementa: “O centro é visto, única e exclusivamente, a partir da especulação imobiliária. Esquecendo as periferias do município”. Diz que o documento fala de uma Teresópolis que “não existe mais”.

O diretor financeiro do Planeja Terê, Silvio Martins, destacou ainda a ausência de delimitação da macrozona de expansão urbana e das áreas de restrição à urbanização por causa de riscos hidrológicos e geológicos no Plano Diretor elaborado pelo Poder Executivo, conforme estabelece o Estatuto da Cidade.

Após a recente tragédia “natural” ocorrida em fevereiro de 2022 na cidade vizinha à Teresópolis, Petrópolis-RJ, o Planeja Terê publicou em sua página oficial do Facebook uma mensagem de solidariedade que salienta a importância de definir os caminhos socioambientais de um município antes de novas tragédias acontecerem:

Mais uma tragédia, talvez evitável ou minimizada, abateu-se sobre a região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Lamentamos com profundo pesar o que está acontecendo em Petrópolis, nosso município irmão. Lembramos imediatamente da tragédia de 2011 e uma enorme tristeza se impõe. Todo nosso carinho, afeto e esforço de ajuda está direcionado para o povo de Petrópolis. Em Teresópolis surgiram diversas campanhas de ajuda, e nossos associados estão em várias delas. Esse é o espírito que nos cerca. Nesse luto, não podemos deixar de fazer a pergunta: O que devemos fazer para evitar tragédias como essa?

Vale começar pela obviedade que esse tipo de evento climático extremo tende a ser mais frequente para o futuro do que era antes, e já existe uma explicação bem consolidada. As chuvas da Amazônia estão diminuindo. O aumento do desmatamento por lá, diminui a capacidade da floresta de 'atrair' a chuva. O vapor d'água que vem do Oceano Atlântico e da própria floresta tem precipitado menos na Amazônia e segue em maior quantidade até os Andes. Não ultrapassa os Andes (pois não consegue ultrapassar as montanhas) e, mesmo chovendo na região (o que forma inclusive os próprios rios amazônicos) uma maior parte tem vindo para o pantanal e região Sudeste, aumentando a precipitação aqui. Esse fenômeno é conhecido como os rios voadores, uma enorme quantidade de água que circula como vapor d'água num caminho bem definido. Conclui-se, então, que para diminuir as fortes chuvas que têm aumentado na região Sudeste é necessário diminuir o desmatamento da Amazônia. Entretanto, essa tarefa está longe do gerenciamento da municipalidade de Teresópolis. Enquanto cidadãos e cidadãs devemos tentar diversas formas para diminuir essa catástrofe ambiental mundial, mas enquanto município, não há muito o que fazer.

O aumento das chuvas provocará, entre várias outras consequências, deslizamentos mais frequentes, e rios, ao ficarem cheios, ocupando uma maior área. Esses dois problemas precisam ser considerados no planejamento urbano. A primeira ação a ser feita é diminuir a quantidade de água que vai para o rio de uma vez só. A ação para isso é plantar árvores. Além de plantar árvores, é preciso identificar as áreas mais suscetíveis a desastres e que são as áreas mais inclinadas e próximas do rio. Uma vez identificadas essas áreas, é preciso realocar habitações e assegurar locais seguros para se morar.

Um ótimo instrumento que podemos ter para resolver tais questões é o plano diretor. Com um bom plano diretor é possível mapear, no detalhe, como projetamos nosso município e como fazer com que ele não se torne uma região suscetível a tragédias. O plano diretor, ainda sob forma de projeto de lei, de Maricá, é um excelente exemplo de como pode ser feito um bom plano diretor. A figura abaixo é um dos produtos do plano diretor da cidade e define as aptidões e parte do planejamento urbano de forma espacialmente explícita.

Maricá se dividindo dessa forma, com 10 macrozonas e 6 tipos de áreas especiais, consegue definir objetivos e caminhos de desenvolvimento específicos para cada uma. Enquanto o enfoque de umas é o turismo, de outras é a agricultura; outras, moradia, comércio e assim por diante. Faz todo o sentido definir prioridades diferentes para os bairros ou localidades, por exemplo, no detalhamento do Plano Diretor de Maricá é indicado espacialmente e expressa no mapa as áreas especiais de interesse social situadas nas áreas mais vulneráveis socialmente do município. Vejamos aqui em Teresópolis. Certamente um grave problema da Quinta Lebrão é a moradia, reformar suas casas e urbanizar o bairro. Entretanto, esse não parece ser o objetivo de Venda Nova, que por ser um bairro rural, tende a querer

melhorar as vias de acesso, o suporte para sua produção e diminuir a construção imobiliária, pois isso aumenta diretamente o preço da terra. Ou seja, conseguir pensar em objetivos específicos para regiões e grupos econômicos, mas unidos em torno desse pedaço de terra conhecida como Teresópolis, deve ser o objetivo de um plano diretor.

Nossa prioridade deve ser manter as pessoas vivas. Para isso, vimos que precisamos plantar árvores (e impedir que sejam cortadas) realocar pessoas que estão em áreas de risco e produzir habitações seguras para que elas possam viver e executar obras estruturantes. E essas ações precisam ser práticas. É preciso definir locais onde essas ações vão ocorrer e a questão central aqui é perguntar: Onde está isso no nosso plano diretor? Onde plantaremos árvores? Onde serão os locais para se construir habitações para pessoas pobres, quais as áreas que não podem ser construídas habitações? Cadê o mapa que mostra isso? Nosso plano diretor tem que constar um mapa que mostra de forma espacialmente explícita esses objetivos. Não temos nada próximo disso. Nosso atual plano diretor está muito ruim e muito aquém das necessidades de Teresópolis. Ele não contém, por exemplo, os itens sobre redução de riscos geológicos e hidrológicos, obrigatórios legalmente e moralmente necessários para um município que viveu 2011 com tantas perdas materiais e humanas.

Teresópolis não pode continuar cortando árvores ao deus-dará e emitindo licença de forma tão atabalhoada. A prefeitura precisa ser impedida de continuar tomando decisões tão irresponsáveis. A forma mais direta de se fazer isso é criando uma boa legislação. O planejamento do município através do plano diretor é a possibilidade que temos de garantir isso. Catástrofes como a que aconteceu em Petrópolis são previsíveis e, portanto, até certo ponto evitáveis. Porém, Teresópolis precisa organizar seu território com a prioridade de não se perder vidas. Todo nosso esforço tem que ir nesta direção para não nos tornarmos um grupo de seres humanos incapazes de manter sua população viva e em segurança (Planeja Terê, *Facebook*, 2022).

O promotor Rafael Luiz Lemos, da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis, afirmou estar “chocado com a expansão urbana” no município, durante a Audiência Pública. A gentrificação, a destruição das características naturais e as deficiências na infraestrutura urbana contribuem para um crescimento desordenado, que pode gerar de problemas ambientais até a questão de milícias. “Orientamos o Executivo que se abstenha de dar novos licenciamentos. (...) Hoje, quem está ganhando é a especulação imobiliária e todos nós perdendo.”

Movimento “Nossa Teresópolis” e a entrevista de ouro

O "Bogotá Cómo Vamos" é um movimento social, fundado em 1998, que visa monitorar e avaliar o desempenho da cidade de Bogotá, a capital da Colômbia, em vários

aspectos, incluindo questões sociais, econômicas, ambientais e de qualidade de vida. Este movimento é um exemplo de um programa de monitoramento cidadão que visa aumentar a transparência e responsabilidade do governo local e melhorar a qualidade de vida na cidade. O Bogotá Cómo Vamos coleta dados, realiza pesquisas e publica relatórios sobre diferentes indicadores, como educação, segurança, mobilidade, saneamento, entre outros. Essas informações são compartilhadas com o público e as autoridades locais, a fim de promover o diálogo e a tomada de decisões informadas para melhorar a cidade.

Para atingir este objetivo, foi estabelecida uma série de indicadores de resultados nas seguintes áreas: saúde, educação, ambiente, espaços públicos, habitação, mobilidade (incluindo transportes públicos), segurança cidadã, responsabilidade pública, desenvolvimento urbano, economia e administração pública. Atualmente, estuda-se a possibilidade de inclusão de outra categoria: lazer e cultura (BOGOTA CÓMO VAMOS, 2023).

Bogotá Cómo Vamos envolve uma ampla gama de atores da sociedade, com o objetivo de abordar os desafios da cidade. O conceito de qualidade de vida na Colômbia é definido pelo acesso a bens e serviços que garantam o bem-estar e as condições básicas de vida para indivíduos e comunidades. A Constituição de 1991 marcou o início de uma série de mudanças no país. Os prefeitos de Bogotá, como Jaime Castro e Antanas Mockus, também desempenharam papéis importantes na redução da criminalidade e no aumento da segurança na cidade. No entanto, a transformação do país foi resultado de ações coordenadas e não apenas da gestão pública. O movimento Bogotá Cómo Vamos foi criado por organizações privadas e serviu como base para avaliar a gestão dos prefeitos municipais, fornecendo informações valiosas para debates eleitorais.

A iniciativa inspirou outros movimentos semelhantes em cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Teresópolis que visavam envolver os cidadãos na avaliação das políticas públicas e no acompanhamento do desempenho do governo. Em Teresópolis essa iniciativa iniciou-se em 2008 e foi dessa articulação que partiu a campanha pregressa do “Parque da Cidade: Eu Quero!”. Buscando mais detalhamento sobre o movimento, foi possível notar a escassez de informações disponíveis na *internet*, tampouco em publicações acadêmicas ou de outro gênero. A memória estaria viva apenas entre seus articuladores e em escassas reportagens da mídia local, em poucos minutos colocados no *Youtube*.

A partir daí, curiosamente, a pesquisa se fez e os caminhos levaram a um encontro fundamental chamada no início deste capítulo de “entrevista não-entrevista”, no qual, a construção da mesma se entrelaça com a memória viva do movimento, bem como, com os ressentimentos que ele mesmo deixou. Falar da “Nossa Teresópolis”, hoje, é falar de expectativas magoadas de boa parte dos seus antigos participantes. Especialmente, àqueles que se empenharam pela concretização de um movimento social aos moldes de Bogotá. Antes de tudo, é importante sinalizar o “impor” da pesquisa e peço licença para relatar tal experiência em primeira pessoa, no qual, busco evidenciar a participação do “eu” que pesquisa, mas que também circula pela cidade.

Em um sábado letivo qualquer, estava na companhia de meus colegas professores fadigados por conta de um calendário escolar repleto de atividades extracurriculares. Perto do findar da hora do nosso turno, fomos dispensados das obrigações dos jogos estudantis internos e ficamos atentos de longe às equipes que se misturavam em uma dinâmica que envolvia encher um balde de água até determinada linha em menos tempo. Comentando sobre a frustração dos nossos afazeres, repletos de compromissos, falávamos da importância do professor ter tempo de ser cidadão, poder cooperar com a vida humana de quem vive em sociedade de carne e osso. Neste caso, foi impossível deixar de legar tal cansaço a uma falta de perspectiva de uma educação que massacra, que pune, que obriga o professor a estar à postos de seu ofício em tempo integral. Foi neste momento que o inesperado aconteceu: um docente, da disciplina de História, comenta sua insatisfação com o atualizado projeto do Parque da cidade. Até este momento, nada inesperado. Afinal, a questão era sobre a necessidade de engajamento do corpo docente na vida da cidade, afinal, em um sábado letivo, nos restava observar jorradinhas de água ao longe, escorrendo via canteiro do colégio, enquanto lá fora se discutia os caminhos de um terreno tão disputado.

Possivelmente, este assunto soou como um desabafo de qualquer docente cansado e desesperançoso a qualquer um deles. Mas curiosamente o tema era sensível a mim de forma diferente. Mas o que pode sair de uma conversa informal? Em um momento em que você desempenha, também, o papel de um professor cansado e que esquecera de passar no mercado para comprar o almoço do sábado. Contudo, neste momento, a conversa ganha um rumo confiante. O professor me confia que já havia trabalhado diretamente com o movimento social “Nossa Teresópolis”. Naquele tempo, ainda universitário, era um “secretário do secretário”, assim foram suas palavras. Com o que ganhava, conseguia se manter na universidade e ainda se sentia “importante”, por estar participando de perto de um

momento que julgou crucial para a cidade de Teresópolis. Não surpreende que tenha julgado Teresópolis como “pacata”, assim mesmo é vista e descrita. Julgo dizer que é desse jeito que o povo a elogia. Porque qualquer evento que desconfigura sua rotina, se torna motivo de um saudosismo tamanho: “Saudade da velha Teresópolis que não tinha nada disso”.

Na dúvida de dar andamento ao assunto, considerei alguns pontos: Faltavam treze minutos para o fim de expediente; e, também, eu precisaria relatar que tais perguntas que lhe faria tinha cunho científico, afinal, não queria que citasse devaneios com uma colega de trabalho e após isso, suas falas aparecessem em uma dissertação. Me pareceria o maior dos infortúnios do docente: Não ter garantia que o que se fala na Sala dos Professores, é segredo. Guardado dos ouvidos do porteiro à equipe diretiva. Que dirá, de uma instituição acadêmica. Precisava revelar. Revelei timidamente, relatei que o assunto me era pertinente por outros motivos e que gostaria de marcar uma entrevista. Ele, desconfortável, logo se esquivou: Talvez o contato não seja eu, que você procura, mas “eu tenho o contato de ouro, quem pode te oferecer uma memória viva do acontecido”.

Acreditei em suas palavras certas, me parecia pela sua densa descrição que ele me entregaria o pote de ouro. Garantiu: “Diga-lhe que foi eu quem te passou o contato, ela tem um forte carinho por mim e eu, por ela, saímos distantes em decorrência do acontecido após o movimento social, mas por circunstâncias da vida”. Parecia um enredo interessante. Ele relatava que a Aurora³⁸ tinha se “queimado” em Teresópolis, porque “havia se metido com movimento social”, e em sua profissão, havia se frustrado e guardava profundas mágoas. Aurora era jornalista, aparecia publicamente para dar entrevistas às mídias locais. Mas, percebi, quando de fato entrei em contato com a mesma, que ocultar seu nome nesta pesquisa seria necessário. Antes, os holofotes estavam para si, agora se pudesse retornar no tempo, viraria os holofotes pro lado oposto. Ela mesma veio a citar isto e, por isso, a chamaremos por Aurora: àquela que brilha como ouro.

Ele me adiantou uma série de assuntos e preparou o terreno sobre temas pertinentes. Considero que a participação dele foi crucial para me oferecer caminhos do que buscar com Aurora. Visto que sabia que precisava ser assertiva. Aurora, depois de tanto tempo, possivelmente não gostaria de mexer em um assunto delicado. Ou talvez, estaria – pensei. A mágoa amadurecida poderia ser o pontapé para que quisesse desabafar. O pesquisador, em

³⁸ Nome fictício escolhido para resguardar o sigilo da entrevistada. A escolha por este nome será detalhada nas próximas linhas.

ação, lida com questões que precisa metodologicamente encarar. Um evento, narrado por uma pessoa, é visto pela ótica em primeiríssima pessoa de quem narra. Que saibamos como encarar.

Dentre os assuntos adiantados, ele me confia o inimaginável até o momento, mas que me ofereceu uma série de pensamentos progressos ao meu encontro com Aurora, que de fato aconteceu. Ele me confiou que o atual prefeito, Vinicius Claussen, já havia participado do movimento como financiador e articulador. Muitas perguntas me surgiram, e graças a esta memória, foi possível saber, pois em lugar algum da nossa memória escrita, isso se encontra. Além disso, me garantiu a proximidade do movimento com o “Bogotá Como Vamos”. Garante que Aurora já havia visitado Bogotá, com recursos do movimento, a fim de trazer mais parcerias e ideias para o projeto que nascia em Teresópolis. De fato, aquele sábado letivo havia me oferecido bastante. Eu precisava continuar.

Esperei o momento oportuno. O momento em que eu finalizasse partes iniciais da dissertação, mais históricas, e pudesse me debruçar ao contemporâneo, que avalio que seja a partir dos anos 2000, uma Teresópolis mais madura politicamente, mesmo com seus tropeços políticos descritos no capítulo anterior. As cidades médias, neste tempo, já falavam de si mesmas, já se entendia a institucionalidade e o andar da carruagem de um Estado. Por isso, quando havia a possibilidade de me dedicar a uma entrevista, no contraturno de cada uma das escolas, mandei uma mensagem via WhatsApp. Me apresentei, busquei dizer como consegui seu contato e pedi desculpas pelo inconveniente de falar em seu número pessoal. Era difícil saber como falar com ela, talvez seja essa uma das maiores dificuldades ao se pesquisar: o receio de estar sendo um inconveniente. A tarefa do antropólogo me pareceu sempre difícil de se realizar, assim me sentia ao ler os relatos de campo dos etnógrafos.

Ela prontamente me respondeu, dizendo que o contato que nos ligava, no caso, meu colega professor, era alguém de sua máxima estima. Senti-me aliviada e com sorte. Era um dia de sorte. Marcamos a nossa conversa em seu local de trabalho, um estabelecimento comercial no qual era dona, mas cumpria carga horária de recepcionista após o horário de saída da ocupante do posto. Dia 31 de agosto de 2023, às 17h30, seria o nosso encontro, em um bairro próximo de onde moro e trabalho. Era uma quinta-feira, fria, saí da escola às 17h já sabendo que o compromisso me esperava. Peguei a autorização de gravação e o termo de sigilo que já havia redigido dias antes. Chegando no local marcado, que era um ambiente com som alto, perguntei por Aurora à recepcionista que não via a hora de entregar seu avental para dar como cumprido seu dia de trabalho. Ela me disse que Aurora havia se ausentado e não

havia relatado estar esperando ninguém, mas que deixaria uma mensagem para ela relatando sobre a minha presença, que me encontrava sentada em um sofá confortável, apoiada em almofadas bem alinhadas e de bom-gosto.

Aurora lhe responde que se atrasaria, mas chegaria. Dito e feito: ela chegou, após vinte minutos de atraso. Eu guardava uma certa ansiedade pela sua presença comigo e não pude nem extravasar com sua chegada, pois Aurora chegou e foi à recepção agarrada com seu aparelho celular nos ouvidos. Estava em um telefonema que, aparentemente, não podia esperar. Aguardei mais uns dez minutos, fui até a entrada do local tomar um ar, até que ela veio me cumprimentar. Nos cumprimentos ela pareceu gentil, mas receosa. Queria saber mais sobre mim e o que me levava ali. Não hesitei em satisfazer sua curiosidade, me apresentei com cortesia e a tranquilizei, que tudo que relatasse seria no mais alto nível de sigilo, se assim ela preferisse. Ela me respondeu: “Sim, prefiro, sabe como é... Teresópolis tem mente pequena e pode atrapalhar meu negócio, que custei tanto a construir”. Citou a presença de pessoas importantes que ali frequentavam, inclusive, pessoas públicas e esposas dos seus adversários do passado.

Apresentei a ela meus documentos que garantiam a seriedade da minha pesquisa. Curiosamente acreditei no fetiche do papel timbrado, parecia a maior possibilidade de fazer valer uma pesquisa. Engano! Um papel não é garantia de trato emocional confortável. Afinal, quem sou eu? Uma jovem pesquisadora que quer cutucar em elementos tão profundos que, percebi, que para ela, se tratava de uma sessão dolorosa de terapia. Entre choros e suspiros, a entrevista aconteceu. Talvez, não como eu gostaria, talvez nem como ela própria esperava.

Afinal, ela tentou me dizer algumas vezes que aquele dia era difícil. Afinal, dava a hora de sua recepcionista se despedir e ela ocuparia seu lugar. A dona do estabelecimento precisava estar a postos dos clientes que se despediam e, também, atenta para receber pagamentos e fazer agendamentos. Compreendi, realmente tal momento demonstrava-se inapropriado. Mas, pensei cá comigo mesma: Podia ter me dito isto antes. Perder este momento poderia não ser provisório, mas definitivo. Ela demonstrava querer um adeus para nunca mais. Revelando que quando falei com ela, havia muito entusiasmo de falar de uma Aurora de 15 anos atrás, mas que agora já se demonstrava uma dificuldade de quem debutou. A vida pós-movimento chegou. Não há momento oportuno para mexer nisso. Contudo, ao mesmo tempo que se despedia, iniciava a conversa. Havia algo ali que não queria se despedir. Por isso, aproveitei essa finura vontade e comecei a empreitada.

Me lembrei de Bourdieu, em seu conhecido texto “A ilusão biográfica” que diz: “O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica” (BOURDIEU, 2006, p. 184). Bem assim, se deu nosso encontro. A princípio foi preciso paciência para organizar os eventos, até que compreendi que a experiência vivida por ela não se tratava de mera cadência cronológica.

Ao iniciar seu relato sem cara de entrevista, Aurora diz que em pouco tempo o grupo conseguiu, no primeiro ano, balizar uma eleição na cidade de Teresópolis. Precisei me organizar temporalmente para compreender que ela falava da eleição de 2008, que elegeu o prefeito Jorge Mário (PT). O mesmo que foi anos depois, em 2011, afastado por corrupção e desvio de verbas públicas destinadas ao controle da calamidade que havia recaído sobre a cidade. Ela garante que o grupo não se iniciou nem trabalhou para elegê-lo, mesmo recebendo acusações dos seus adversários políticos que diziam que sim. Aurora garante que respondia aos críticos dizendo “Se ajudamos a eleger então, depois ajudamos a tirá-lo”.

Questionei se o pretense candidato, que fora eleito naquele ano, apoiava o movimento Nossa Teresópolis. Ela respondeu:

- Ele era um entusiasta, como Faria³⁹ também era.

Mário Tricano, velho conhecido da política local, também foi candidato e era o favorito ao pleito, mais uma vez. Já havia ganhado as eleições de 2000 e dado uma pausa em sua carreira política após renunciar seu mandato em 2003 para que seu vice, Roberto Petto, cumprisse o restante do mandato. Depois desse episódio, Mário Tricano venceu outras eleições, mas foi impedido de assumir em decorrência da sua autuação na Lei da Ficha Limpa, descrito com mais detalhamento no capítulo anterior.

Vale ressaltar tal episódio porque se encontra com a narrativa de Aurora que diz sobre as táticas “suja” da eleição de Mário Tricano. Segundo ela, e isso se valida com a conjuntura local do período, que haviam estratégias eleitoreiras, bem como, crimes eleitorais propriamente ditos como boca de urna, coação e trocas de serviços e favores em benefício de sua angariação de votos. O que ela descreve, nesse cenário, que o trabalho de “conscientização”, em seus próprios termos, mudou a realidade e o cenário eleitoral deste pleito, gerando uma campanha ampla de que “seu voto vale muito”.

³⁹ Ela se referia a José Carlos Faria, candidato à prefeito no mesmo pleito. Candidato pelo PMDB.

Ela descreve que a campanha não foi só de panfletagem, mas de conscientização, com a participação de Marcos da Mota, promotor à época, a Juíza de Direito Daniela Assunção, da Justiça Eleitoral e doze universitários da FESO, que buscou alertar a população para algo muito mais sério:

– Teu voto vale a escola do seu filho, a saúde que você tem. Reflita sobre isso!

Muitos interpretaram que o grupo trabalhou para eleger Jorge Mário, que era alinhado às pautas ambientais e urbanas que circundavam a cidade. Inclusive, a questão do Parque Urbano. Seja como for, ela confessa:

– A campanha deu resultado.

Com o objetivo de mostrar a corrupção escancarada no processo eleitoral de campanha do grande adversário político do grupo, inverteu-se a lógica: o favorito saiu como segundo colocado, fazendo com que Jorge Mário fizesse 35 mil votos naquele pleito, sendo eleito pela primeira vez prefeito do município de Teresópolis. Jorge Mário era médico, conhecido pelo seu trabalho nas redes de saúde da cidade, mas não havia cenário, à princípio, que derrubasse Mário Tricano. Contudo, a campanha foi tanta que ela garante que a eficácia foi bem grande.

Dentre os feitos, Aurora se orgulha ao relatar a pressão popular feita para aprovar uma emenda na Lei Orgânica do Município de Teresópolis. A Emenda 001/2008 trata-se de uma obrigatoriedade que todo pretense governo tem ao se candidatar ao pleito eleitoral. Foram recolhidas centenas de assinaturas em um abaixo-assinado para apresentar esta questão à Câmara de Vereadores, fazendo a pressão popular necessária para tal.

Art. 61-A: O prefeito deverá, em até noventa dias depois de empossado:
(Emenda 001/2008)

§ 1º Apresentar o programa de metas de sua gestão, contendo as ações estratégicas que pretende implementar, e os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública, obedecidas as normas do plano diretor municipal, as diretrizes de sua campanha eleitoral, os objetivos e as ações estratégicas.

§ 2º Publicar o programa nos órgãos oficiais de divulgação de matérias da prefeitura municipal, em 15 (quinze) dias após a sua edição, e divulgá-lo amplamente na imprensa escrita e falada.

§ 3º Em até 90 (noventa) dias após aquela edição, promover um amplo debate público por meio de audiências gerais, temáticas e regionais (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, EMENDA 001 – 23/06-2008)

Questiono sobre os interesses centrais do movimento Nossa Teresópolis. Ela foi categórica ao dizer “O movimento pensava a cidade, não somente a questão ambiental”. Diz que funcionava a partir de três grandes braços: acompanhamento cidadão (contas); educação e conscientização cidadã e planejamento urbano. E, se espelhavam em Bogotá, sendo a quarta cidade a implementar o movimento aos moldes da capital colombiana.

Assim como Bogotá, a Nossa Teresópolis contratou uma empresa para produção de indicadores sobre Teresópolis, considerando os indicadores de qualidade de vida criando uma base histórica de 2010 a 2012. Garante Aurora a seriedade desta pesquisa, e foram realizadas outras com o financiamento do IBOPE. Ao ser perguntada sobre a publicização desses dados, ela diz que carrega consigo um CD-ROM com esses dados, que se encontram guardados em caixas empoeiradas nos fundos da sua casa. E sobre este material, retomaremos o assunto no despedir da conversa.

Não deixo de perguntar sobre as forças progressistas da cidade na época, pergunto sobre a existência de outros movimentos sociais. Aurora diz que existia o Pensar Teresópolis, um grupo de estudos entre alunos e professores da UNIFESO, universidade local, mas nada que saísse dos rumos de estudos internos. Inclusive, não hesita em dizer que o movimento social no qual participava também reunia uma série de GTs e grupos de discussões. Pergunto sobre as principais temáticas e ela descreve, de memória, em um baú que parecia puxar bem do fundo: saúde, educação, turismo, trabalho e renda, segurança e meio ambiente. Foram esses que ela conseguiu acionar entre uma recepção e outra de cada cliente que chegava e saía.

Precisava saber sobre a ideia inicial do movimento e onde saía. Questionei como uma enorme autoestima de quem achou que teve uma excelente sacada:

– Como as ideias e articulações de Bogotá vieram parar em Teresópolis?

Ela responde que a ideia do movimento surge da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Teresópolis (ACIAT), uma associação sem fins lucrativos, situada no centro da cidade e com sobrevivida até hoje. Aurora relava que a associação fez, em meados de 2007, uma série de três *workshops* com os potenciais lideranças de diversos ramos da cidade. O objetivo era visualizar nesses sujeitos os indivíduos que pudessem ser sucessores da atual presidência da instituição, segundo Aurora “as cabeças pensantes”.

Uma das consultoras, que se encontravam no meio dessas reuniões, comentou sobre o movimento que ganhava força em Bogotá, que embora existente se institucionalizava como via fundamental para debates, discussões e levantamento de indicadores. Desse comentário casual, surgiu o interesse de se aprofundarem e pesquisarem mais a respeito. Nessa época, seria o aniversário de 70 anos da associação e, além de participar dessas reuniões, ela foi convidada pra fazer a retrospectiva dos anos do grupo e ela se empolgou em levantar dados sobre movimentos e articulações sociais. O motor de sua pesquisa foi “Como criar um movimento?”. Portanto, em uma saleta de um prédio comercial, as “cabeças pensantes” começaram a fundar um movimento social.

Os primeiros colaboradores, portanto, eram dali da associação. “Uns com mais entusiasmo que outros”, garante Aurora. Depois, outros grupos começaram a se juntar para idealizar o movimento social nascente como a Fundação Educacional da Serra dos Órgãos (FESO) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No início, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tinha participação direta na organização dos GTs e na logística, contudo, precisou se afastar dos holofotes por se tratar de uma instituição governamental. Foi por meio da OAB que os universitários de Direito da FESO se aproximaram e começaram a se organizar em núcleos de trabalho.

Questionei sobre a participação popular e presença de associações de moradores ou qualquer representação do tipo. Ela diz que havia, mas eram “base, não atores”. Me chamou atenção esta resposta certa. Ela disse “Participavam, mas não pensavam o movimento”. Não falou isto sem parecer não se importar ou não refletir sobre, ao fundo, parecia que ela falava isso com certa reprovação, o que iria se confirmar com o andar da entrevista.

Ao falar dos feitos, destaca a realização de dois debates com os candidatos à prefeito de 2008. Esses debates aconteceram em parceria com a FESO e a Igreja Católica. Ela diz sua surpresa ao ver os debates ultrapassem a lotação máxima, precisando “barrar” pessoas na porta, por não ter mais a possibilidade de haver cidadãos de pé no salão do CEAC, uma sala comercial de ampla dimensão no coração da cidade. Esperavam cerca de 500 pessoas, no mais alto padrão de expectativa, e compareceram em torno de 1500. Aurora se orgulha desses debates e sua adesão por conta de um elemento que ela reiterou várias vezes como “despertar da consciência”.

Interrompi sua comoção acalorada para questionar de forma abrupta:

– Você avalia uma diversidade de classes sociais nestes debates e demais atividades do grupo?

Ela retoma sua aparente angústia:

– Nas decisões, não. Mas na participação, sim. Chamávamos amplamente para que todos fossem.

Complementa fazendo ela mesma uma avaliação de si e do que poderia ter sido feito diferente: “Faria algo mais pé no chão, sem holofotes (...) pois os diretores primavam os holofotes”.

Curiosa questiono sobre o que os “holofotes” teriam atrapalhado, de acordo com sua avaliação e ela me relata uma indagação que me acompanha desde o início da pesquisa: “Porque o local afastava, não das reuniões, mas dos grandes momentos. Por exemplo, o lançamento no salão do Hotel Alpina.” Aurora garante que não houve impeditivo para qualquer um entrar, mas afastava pelo local onde foi realizado, em um salão de um luxuoso hotel da elite do bairro do Alto e que mesmo com os convites amplos e irrestritos, ela confessa: “Existe uma barreira psicológica”. Não hesitei em mudar meu semblante de paisagem para um semblante de concordância, porque algo sempre me imbuíu a intuir: Paisagens brancas e burguesas atraem ou afastam pessoas circulantes pela cidade. Me parece certo pensar que um Parque Urbano aos moldes do *Central Park* ou do Ibirapuera não seriam paisagens frequentadas (ou desejanter de serem frequentadas) pela periferia da cidade. O Parque ideal ainda é sobre parques de uma parcela da cidade.

Ela cria uma expressão de lástima, ao perceber que supostamente compreendi o que ela queria dizer e admite:

– Era um movimento de elite pensante.

Mas, se justifica prontamente ao relatar uma palestra que viu que dizia: “Elite é tudo aquilo que é de melhor dentro da categoria. (...) Ouvi dizer lá que tem até a elite das prostitutas, então, bom, é uma questão conceitual”.

Certamente, aproveito a brecha para questionar sobre a participação do empresariado e seus interesses. E ela logo diz, entre uma lágrima tímida que escorria: “O interesse do empresariado financiador era político”. Segundo Aurora, ela notou isto desde a eleição de Jorge Mário e me confidencia os principais financiadores: Comary Indústria de Bebidas Ltda.;

Shopping Teresópolis, Cadel Materiais Elétricos Hidráulicos e Ferragens Ltda., ACIAT; FESO; K17 Submarino; esta última, empresa do ramo alimentício de Vinicius Claussen.

Até a pergunto se a Vila St. Gallen - Cultura Cervejeira, empresa de Claussen, havia patrocinado à época. Ela garante que o legado que o prefeito aciona sobre essa cervejaria, que era de seu tio-bisavô, não é verdadeira. Ri, quando fala a respeito como se achasse a maior sátira. Retomo o foco para a participação do Vinicius à época, e ela diz que ele participava do GT de Turismo, como grande interessado desde lá a respeito dessa temática. Pergunto sobre a memória do jovem Vinicius e Aurora, de forma sucinta e desconfortável com as paredes que poderiam ter ouvidos diz: “Era muito entusiasta da cidade, de trazer “coisas, desenvolver”.

Acontece uma pausa em nossa entrevista para receber o pagamento de uma cliente e atender às solicitações de sua funcionária.guardo longos minutos até que ela retoma o sofá, me oferece um café e me enche de expectativa com uma promessa: “Eu tenho um vasto material sobre isso e me dá pena de me desfazer. Esses dias minha contadora mandou mensagem dizendo que estávamos com lotação dessas caixas, mas na época ninguém quis ficar com isso tudo, então ficou comigo”. Claramente meu rosto se alegra, talvez finalmente o pote de ouro com toda informação não encontrada estivesse mais perto do que nunca. Ela complementa: “Tem até abaixo-assinado, com assinatura dele [do Vinicius]”. Garanto a ela que cuidaria com material com carinho e poderia digitalizar tudo, entregar um termo de empréstimo dos documentos a ela e devolver tudo nos conformes. Aurora me garante que precisaria resolver alguns problemas pessoais e entraria em contato comigo em 15 dias. Aguardei os 15 dias ansiosamente, ao buscar contato com ela, minha previsão se cumpriu: Nem em 15 anos, nem em 15 dias. Essa história já foi, não vale a pena mexer. Me pediu mais 15, e a dissertação precisa se finalizar antes deste prazo. Que seja feita a vontade de Aurora e quem sabe, em outra oportunidade.

Ao final da entrevista me lembrei de um texto que li durante a graduação e depois no mestrado e destaquei alguns trechos que me vieram à memória quando Antônio Carriço narra seu suposto fracasso em uma entrevista com Fabiano:

E, aliás, me encontrei “Mas o que fazer quando o que ocorre é justamente o oposto, isto é, quando o biografado aparentemente se nega a produzir uma narrativa com tais qualidades? (...) Desse modo, se não há, de fato, qualquer possibilidade de fetichizar ou construir aqui uma narrativa rica em detalhes, podemos nos deter um pouco sobre o contexto da entrevista, pois acredito que ele possa iluminar aspectos importantes da situação em questão” (CARRIÇO, 2013, p. 356)

Ele alerta para a importância do local da entrevista adequada e talvez isso tenha nos atrapalhado um pouco:

Outro fator deve ser levado em conta: o local da entrevista. Quais as implicações de falar da vida (e de trabalho) no próprio ambiente de trabalho?" (...) Dada a conjuntura da entrevista, percebi que estas seriam lacunas impossíveis de preencher ali. Suas respostas evasivas davam sinais que já podiam ser apreendidos como um silêncio ativo, e não seria ali que a barreira se romperia (CARRIÇO, 2013, p. 363; 366).

Além do mais, precisamos encarar frustrações de expectativas e possibilidades outras de desfrutar de um encontro como esse que, sim, foi valiosa e informações importantes extraí. Nessa lacuna, me lembrei da angústia de Carriço:

Quando realizamos nossas pesquisas nos deparamos com alguns tipos de 'vazios' em nossos dados. Pollak, por exemplo, ao lidar com temas como a experiência concentracionária, chama atenção para o lugar do silêncio e do não dito no processo de constituição identitária dessas pessoas (Pollak, 1989, 1990). São vazios cheios de significado, que, através do silêncio, dizem muito sobre a importância de certos eventos na maneira de conceber ou narrar uma vida e suas consequências no cotidiano (...) é fundamental que não se perca de vista que, ao se tratar de uma entrevista (ou da leitura de uma biografia), estamos lidando com *alguém*, isto é, fazendo perguntas não a um tipo ou em abstrato, mas a uma pessoa. Assim, mais do que enquadrar o informante, nativo ou interlocutor em alguma categoria explicativa, é preciso encará-lo como sujeito singular, apreendê-lo, ao menos em um primeiro momento, em suas especificidades. Isso implica, necessariamente, voltar-se também aos esquemas do próprio pesquisador, que atribui significados e expectativas diferentes a seus interlocutores (...) Não quero aqui fazer dessas entrevistas marcos que congelem uma imagem sua – é possível, talvez provável, que outras formas de interação, outros momentos, outras abordagens, trouxessem um resultado melhor. Mas a questão que proponho aqui é justamente esta: o que seria esse resultado melhor que eu esperava? Gostaria de ter podido escrever uma trajetória coesa e detalhada de sua vida, que acredito ter elementos em potencial para que sua leitura seja interessante tanto do ponto de vista lúdico quanto analítico. Por outro lado, as dificuldades encontradas na entrevista, se certamente frustraram minhas expectativas, evidenciavam o quando seria perdido de vista, caso tudo corresse como eu gostaria (CARRIÇO, 2013, p. 363-364; 367).

Em outras informações escassas pela *internet*, que tanto relutei a encontrar, percebemos a participação de poucos minutos do grupo em noticiários locais. Dia 07 de dezembro de 2009, Oded Grajew, ex-proprietário da Grow, foi convidado para vir oferecer uma palestra na cidade. Segundo os próprios, ele atuava como empresário e idealizador do

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais. Criou em 1990, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Em 1998, fundou o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Formado em Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da USP e pós-graduado pela Escola de Administração de Empresas da FGV. Foi um dos coordenadores do Nossa São Paulo, um dos movimentos sociais que compunham a mesma rede. O evento seria na Casa de Eventos Inesquecível, salão conceituado localizado na paralela da Reta e o apelo é dado: “Quem não tem roupa, vá direto com sua roupa do trabalho, o importante é ouvir, estar lá”.

Naquele tempo, ainda em 2009, já se orgulhavam a enorme rede de movimentos pelas cidades brasileiras, totalizando, ao todo, 52 cidades atuantes neste mesmo propósito democrático de “grande necessidade e grande tomada de consciência”. Acrescentam que o despertar auxilia no processo de cidadania em que “a tendência natural é colocar a responsabilidade nos outros (...) olhar para a favela e colocar culpa em fulano, ciclano e beltrano (...) [e] nós somos responsáveis, [agora] pela cidade que vivemos (...) As pessoas estão despertando consciência de uma questão que está aqui escancarada”.

Avaliaram que o movimento após lançado, “movimento irreversível [que] “não tem mais volta, [sendo] um avanço para nossa sociedade”. Dialogam sobre os questionamentos que recebem sobre os atos do grupo: “Somos perguntados: O que o Nossa Teresópolis está fazendo pela cidade. Nesse caso, retorno a pergunta: O que você está fazendo pela cidade?”. Abordam a questão cidadã a partir de um termo “autoestima”. Referem-se a disputa pela cidade como uma concretização de uma autoestima antes “largada”.

Aproveitam o espaço para falar da necessidade de apoio financeiro, pois o grupo conta com uma série de voluntários, mas que tem uma série de custos a se arcar. “O movimento não tem nenhum cunho financeiro, mas tem seus gastos, precisa se manter. E é importante que os empresários entendam dessa forma. Que cada um contribua com seu trabalho, com sua expertise, mas que tenha uma forma [de renda] para garantir sua autonomia”. De forma espontânea, o professor que divide as manhãs comigo me confidenciou que uma série de trabalhadores do movimento recebiam seus salários mantenedores, entretanto, esta informação não é explicitada na fala pública e sinalizam de onde buscam as fontes: “Vamos precisar de cada um, de cada cidadão, de cada empresário”

No início de 2010, divulgam que nos dias 27 e 28 de março daquele mesmo ano, Teresópolis sediaria o Encontro Nacional da Rede, que disputaram para isso aquele ano as

idades de Ilha Bela (SP), Salvador (BA) e João Pessoa (PB). O objetivo do encontro seria estudar agendas comuns para ano, como discutir as eleições gerais, estudar e viabilizar meios para o Plano de Saneamento, bem como, os megaeventos como as Olimpíadas e Copa do Mundo que viriam a acontecer no país. Logo se defendem: “Por que os movimentos sociais vão se envolver com as Olimpíadas e a Copa? Porque envolve muito dinheiro (...) a intenção da Rede é acompanhar toda a verba para as Olimpíadas e para a Copa (...) o objetivo é se envolver de forma muito direta”.

Não há documentos, relatos ou qualquer resquício que sobressaia a estes divulgados. O relato de Aurora acrescentou e muito para a memória do movimento, mas ao se despedir de mim, naquela apressada noite, ela também pareceu se despedir deste assunto. O que se sabe é o Planeja Terê conta com novos quadros, mas com sonhos similares. Com composição que se assemelha a ideia de que planejamento envolve “gente gabaritada”, mas sem os financiadores do empresariado. Léo Bittencourt participou do Nossa Teresópolis e disso, só restou o mesmo neste novo sonho. Buscou há tempos a carreira política como vereador da Casa, mas perdeu as eleições e em uma publicação em suas redes sociais confidenciou que não aguentava mais a cidade de Teresópolis tal qual era pensava. Se autoexilou de Teresópolis para uma cidade da Região dos Lagos. Do grupo, restou um clamor em números atualizados: “Teresópolis tem quase 160 mil indivíduos, não cidadãos (190 mil, hoje) (...) Precisamos sacudir a população”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta dissertação lançar um olhar para a cidade de Teresópolis, cenário interiorano do Rio de Janeiro, palco da minha história de vida pessoal. Mas não somente por ser a cidade que cativo vivências e memórias, tampouco a cidade que circulo e coleciono lutas sindicais e também, de caráter de munícipe, mas por ser uma cidade com sua história de resistência e disputas típica de uma cidade que não cresceu, a ponto de ser grande, nem se manteve pequena, a ponto de estar invisível no mapa do estado. Teresópolis ganhou alma de cidade média.

As cidades médias⁴⁰ se notam médias quando vistas pelo seu processo de urbanização e reprodução em escala dúbia. Possuem dinâmicas que engendram cenários sociais, econômicos, políticos e espaciais que lhe são próprias. Na cidade grande, a disputa pela cidade se dá em lócus, em que se articulam em microescalas. Quem disputa pelo Rio de Janeiro, não pode, geralmente, ir de Copacabana à Campo Grande, de Bonsucesso à Madureira. Quem disputa pela cidade de Teresópolis, consegue acionar as comunidades do centro urbano, ao mesmo passo que dialoga com os agricultores do segundo e terceiro distrito. Parecem disputas indissociáveis, em que as demandas das classes populares se esbarram quase sempre pelas mesmas questões: habitação, saneamento e água.

As conexões de apropriação desta cidade não se acionam facilmente – dando-lhes nomes e sobrenomes como em uma fazenda de meados de 1890 – mas já possuem compradores e financiadores que sequer aqui vivem, sequer aqui consomem e reproduzem suas vidas. Assim como na capital, observa-se aqui, que as disputas pela cidade envolvem acionistas e empreiteiras cujo processo a gente conhece ao observar as metrópoles. Entretanto, em uma cidade média, cujo café no gabinete se torna uma confortável conversa entre famílias, negócios se firmam.

O termo “média” atribuído a estas cidades, com este porte específico, requer pensar que o critério central é a quantificação de seus habitantes, considerando que os conceitos são voláteis e essa denominação não satisfaz se apenas olharmos o número de seus munícipes. As cidades médias carregam o estereótipo de certa pacatez que foge às dinâmicas metropolitanas,

⁴⁰ Amorim Filho; Serra (2001, p. 1) afirmam que as cidades médias não são “nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar - e até pôr em risco - a vida da maioria de seus moradores”.

ao mesmo passo que conseguem acionar a escala local/regional junto às escalas globais, dentro do cenário capitalista. A intensidade de suas negociações tem se acelerado, na medida que a reprodução do capital precisa buscar nas cidades de porte médio novos empreendimentos a apostar. A urbanização e padronização do cenário urbanístico é a aposta mais alta.

Se a habitação é uma questão em Teresópolis e em tantas outras cidades – em um mundo de tantas desigualdades – a estratégia ideológica que aponta para a construção de prédios promete oferecer a saída. Entretanto, a especulação imobiliária denunciada à Câmara Municipal desde o ano passado, nos demonstra que não são prédios populares que se estabelecem em Teresópolis, mas sim, construções de alto padrão, com atrativos que prometem vender a tranquilidade e pacatez de gente que fetichiza o silêncio e a segurança. Isso tem levado ao aumento do trânsito, como abordado pelo Planeja Terê, promovido pelo inchaço populacional de “fugitivos” da grande capital.

A pesquisa buscou contribuir com o campo ao voltar o olhar para a mercantilização das cidades médias, que não se fazem por meio de obras de grande infraestrutura ou mega empreendimentos, como narrados pela literatura metropolitana. Tampouco, relata a violência e as disputas pela cidade que engendram literalmente a figura do “matar ou morrer”, que se ensaiam as políticas de morte nas periferias do Rio de Janeiro, por exemplo. Quando em Teresópolis se fala pelo direito à vida, os principais diálogos adentram o campo das condições de moradia, de gestão da vida diante das mudanças climáticas, da água e da questão do saneamento e tratamento do esgoto. Quando se fala em água, parece pretencioso ou repetitivo dizer que é uma questão de gestão da vida. Em Teresópolis deságuam as águas mais límpidas que saem do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e, por isso, a água deveria ser o primeiríssimo direito quando falamos de direito à cidade, aqui, neste território e talvez, em todos os outros. Hoje, os donos da antiga fábrica que despejaram poluentes no Rio Paquequer parecem querer vencer o jogo, em um cenário em que o crime ambiental compensou e segue compensando.

Aurora, com sua preciosa entrevista-não-entrevista, abriu caminhos e muitas pontas para onde olhar. Garantiu que seus documentos, que guardara todos esses anos, seriam valiosos para a compreensão da cidade e seus conflitos. Mesmo sem acesso a eles, esperamos que esses dados retornem ao mundo e possam circular em futuros trabalhos de pesquisadores interessados em estudar este campo. Sua participação e memória foram fundamentais para garantir a concretude que buscávamos, mesmo que as expectativas do que poderíamos ter

falado, não foram plenamente dialogadas, apenas ditas rapidamente entre um atendimento e outro de seu ofício. Além disso, não conseguimos acompanhar a finalização do conflito em torno do terreno, nem as disputas em torno do Plano Diretor, que segue em curso e neste momento encontra-se paralisado em decorrência do entrave perpetrado pela Câmara dos Vereadores e integrantes do movimento social Planeja Terê. Apesar disso, o andamento dos processos em curso promoveu debates que deram corpo à esta dissertação. Esperamos, em trabalhos futuros, poder avaliar as cenários em sua etapa de finalização, ao menos uma das preciosas páginas desse final, visto que o movimento da cidade é o movimento da luta cotidiana e ela não se encerrará, nem diante do silêncio e da pacatez prometida.

A cidade é um discurso. O espaço urbano pode ser compreendido como local “onde se propagam experiências cotidianas associadas a processos micro ou macrosociais” (BARREIRA, 2013, p. 285). Apresentar as contradições da cidade serrana, de modo a valorizar os movimentos formados por atores sociais que contrapõem aos interesses alheios e individualistas que vislumbram plenamente o valor de troca do espaço (TELLES, 2015), demonstra-se tarefa necessária e ainda a construir, que não se findou com esta pesquisa.

A produção de territórios de vida implica perceber que “a decolonialidade do pensamento urbano e do urbanismo impõe um movimento duplo: a crítica ao pensamento dominante e a escuta das vozes subalternas”, porque é “retórico perguntar se os subordinados podem falar. Eles estão falando. Com suas lutas e resistências” porque “se quisermos avançar no desenvolvimento de uma abordagem teórica/metodológica decolonial, o primeiro ato teórico e metodológico é o engajamento, escuta e diálogo com aqueles que estão nas barricadas urbanas, que enfrentam a cidade capitalista-neoliberal financeira” (VAINER, 2019, p. 6-7, tradução nossa). Precisamos, sobretudo,

(...) reconhecer a realidade e o potencial das maneiras tácitas pelas quais as pessoas se moviam, agiam e se relacionavam para produzir resultados urbanos, (...) [a partir de] novas formas, práticas e agências surgiram como rearranjos e o que elas podem nos ensinar sobre o que está acontecendo em e para nossas cidades (BAHN et al, 2020, s/p).

Modelos são consolidados por planejadores e não se expandem por conta própria, pelo contrário, precisam de atores que os circulem e garantam seus interesses. Então até mesmo diante de modelos contestadores, coletivos, é preciso refletir sobre os limites do que se espera de uma cidade. Portanto, existem estratégias, geografias, geopolíticas que disputam em busca de hegemonia, legitimidade e reconhecimento nas diferentes escalas da ação e entre elas. Por

isso, é preciso “desafiar o pensamento urbano dominante, as teorias e práticas dominantes do urbanismo e do planejamento (...) [e], precisamos questionar de forma ampla, profunda e radical os conceitos com os quais operam, mas também, e talvez acima de tudo, como senso comum com base no que é dado como certo” (VAINER, 2019, p. 4, tradução nossa).

Mesmo que diante de projetos como o Parque Fluvial da cidade, pensado a partir de modelos como os parques de São Paulo e Nova York⁴¹, se torna tarefa necessária refletir o que conformam os territórios. Cidades não são adequadamente modeláveis. Modelos são ideias vendidas sob a ótica do consenso, apenas aparente, encobrendo os conflitos sociais, como o capitalismo já bem se aperfeiçoou em fazer. A escolha de replicar modelos acaba por atuar des-historizando territórios, reduzindo o trato empírico que enalteça, de fato, a realidade local.

A importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade, se for considerar a estratificação social classista), “contribuiu para que cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”, em que o resultado é apenas um: “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...” (MARICATO, 2013, p. 123-125).

Atuar conjuntamente é uma ação do encontro. A participação cidadã, construída no coletivo, é uma intervenção crescente nas zonas urbanas em luta pelo direito à cidade. Este encontro não é uma relação na cidade, mas na democracia em que os sujeitos não atuam apenas no espaço, mas acabam também por se tornar espaço ao atuar nele (MERRIFIELD, 2015). Góes (s/d) afirma que estar na cidade significa ter novos e diferentes desafios para construção de territórios de vida, pois o ritmo imposto aos espaços urbanos exigiria estratégias diferentes.

É preciso ler a cidade como uma contradição demarcada, produzida pela própria dicotomização que a sociedade capitalista conforma, construindo abismos sociais refletidos pelo planejamento urbano, quando comparados alguns bairros em detrimento de outros. Existe uma racionalidade própria que desloca todo o ônus da produção capitalista e do controle ordinário para longe dos olhos daqueles que se acham dono do lugar. E, deste modo, parece ter endereço certo: as periferias do sistema, dos estados e das cidades. Tal questão, desemboca

⁴¹ Os idealizadores do Parque Fluvial do Paquequer espelharam suas expectativas a partir do Ibirapuera, em São Paulo e do Central Park em Nova York.

em discussões paralelas à dissertação: como o racismo ambiental provocado pelo remanejamento dos efluentes para a comunidade do Fischer, em Teresópolis⁴².

Em condições de subdesenvolvimento, a heterogeneidade social são fatores de muita relevância a serem identificadas nas cidades quando comparadas “às sociedades mais orgânicas do capitalismo originário” (ARANTES, 2014, p. 68). Na periferia do sistema global, as relações sociais de desigualdade se configuram em uma intensa segregação de determinados grupos no processo do que se convencionou chamar de “direito à cidade”.

Ermínia Maricato concluiu que as gestões urbanas (prefeituras e governos estaduais) tem uma tradição de investimento regressivo, em que corroboram para a “especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia”. Os proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária, como o caso dos proprietários da antiga Sudamtex, ditam as regras do jogo e são abençoados pela mão invisível do Estado: os neoliberais ocupantes das cadeiras governamentais. E, neste sentido, a segregação territorial são produtos de um mercado que, entre outras coisas, vem do cenário com signo de distinção (MARICATO, 2013, p. 157-159).

Falando da capital do estado de São Paulo, Maricato diz: “Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o governo municipal fez de acordo com interesses privados, em especial de empreiteira de construção pesada e agentes do mercado imobiliário” (MARICATO, 2013, p. 159). Qualquer similaridade revela uma tática recorrente.

Assim, parece muito menos que se sinta à vontade propondo uma corrida competitiva em que é muito [óbvio que uns se dão bem na exata medida em que outros se dão mal. É sabido que, num sistema cuja essência é a polarização e a permanente reinvenção das hierarquias, simplesmente não podem todos “vencer” – ou se “desenvolver”, para ficar no eufemismo – ao mesmo tempo, como aliás se pode ver no modo como vem sendo reproduzida a estratificação da economia mundial, e nela justamente a expansão altamente desigual da rede de cidades. (...) Como, sabendo como sabemos quais as condições que são impostas pelos tão cobiçados investidores, atrás de mercados solventes, trabalho desregulado e incentivos de toda ordem? (...) Afinal, o capitalismo é suficientemente dinâmico, conforme se alardeia, e se mostra tão flexível, que até mesmo a polarização entre integrados e excluídos é ela mesma dinâmica – hoje de um lado, amanhã do outro (ARANTES, 2013, p. 68-69).

⁴² Os pobres são entorno ou ambiente, diz Vainer (2013), o ônus de uma cidade mercadoria de luxo e, neste caso, o público-alvo consumidor avalia o produto-cidade a partir de seu custo-benefício. Neste sentido, a imagem da cidade impacta na imagem do produto. E, por isso, as margens desta cidade recebem os “rejeitos” deste processo.

Arantes (2013) explicita que o fenômeno da mercantilização da cidade é capaz de hierarquizar territórios, decidindo o futuro das regiões menos favorecidas e de todos àqueles que vivem neles. Percebe-se, portanto, uma geopolítica da morte e do privilégio, em que afastam da classe dominante todo ônus do próprio “desenvolvimento” que criaram.

Trata-se claramente de uma estratégia autodestrutiva, e mesmo assim a corrida rumo ao desastre continua, como é próprio da natureza de um sistema que hierarquiza e estratifica, porque o seu desenvolvimento não pode deixar de ser desigual – enfim, cidades mundiais demandam longos ciclos históricos de polarização sistêmica, não são geradas por pacotes de vantagens competitivas planejadas em agências de consultoria” (ARANTES, 2013, p. 28-29).

A autora diz que a ideia de revitalização, reabilitação, revalorização e tantos outros nomes são eufemismos para um único fenômeno: a gentrificação. A cidade-mercadoria é um produto à venda, pronta para ser loteada. E a gentrificação é “uma resposta específica da máquina urbana de crescimento”, em reação a desindustrialização das cidades como fenômeno global. Além disso, a gentrificação responde “a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado” (ARANTES, 2013, p. 31). Acrescenta ainda:

Por essas e outras considerações, quando se fala hoje em dia, a torto e a direito, em “fazer cidade”, tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato “faz a cidade”? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro. Por isso, a mesma paisagem por toda parte” (ARANTES, 2013, p. 30).

A analogia cidade-empresa supõe, segundo Carlos Vainer, a despolíticação recorrente da cidade, transformada em “lugar de inscrição territorial de formas de gestão, e não mais suporte de identidade política”, exigindo-se resultados (DREYFUSS & MARCHAND, 1995; ASCHIER, 1994 *apud* VAINER, 2013). O espaço da cidade “não é mais pensado no plano político senão em termos de gestão; não é mais construído como território de exercício da democracia local (DREYFUSS & MARCHAND, 1995, p. 73 *apud* VAINER, 2013).

Ao analisar todos os elementos da dissertação, foi possível observar o crime ambiental transformado em passivo ambiental. O capitalismo onera para prosperar os agentes que o constituem. Nesse sentido, o crime é compensado em ações e dólares em movimentação. Além disso, o movimento Nossa Teresópolis como representação burguesa de transformação social, formado pelas “cabeças pensantes” de Teresópolis, pode ser lido como movimento que prosperou, diferente da análise da nossa interlocutora. Pois, observando experiências similares em outras cidades brasileiras, o movimento conseguiu interferir diretamente em um resultado

eleitoral, bem como, na constituição de um projeto promissor. Entretanto, isso não se configurou como um movimento revolucionário, mas reformador da realidade social, considerando a natureza das discussões e atores do debate. As elites teresopolitanas, progressistas ou conservadoras, em disputa por via eleitoral ou por espaço de fala e escuta, proporcionaram uma longa e duradoura sucessão de poder. Podemos chamá-la de longa crise de hegemonia, que causou instabilidade local dentro do ninho da própria elite entre si, mas não entre as classes sociais. A sucessão de poder não se constituiu hora alguma entre trabalhadores e burgueses, mas entre burgueses e pequenos burgueses desse pequeno pedaço de chão.

Propõe-se, portanto, uma leitura de um território que como DaMatta (1998) provoca, deseja ser maiúsculo por inteiro, bem como o Brasil do povo e das suas coisas, deseja ser o centro da sua história. A tarefa de um planejador progressista, quem sabe, reside em apontar dentre as políticas urbanas, quais são os aspectos comumente ignorados por praticamente todas as instituições brasileiras, em um compromisso pela ampliação da democracia e da cidadania. E neste sentido, cabe desmontar o “simulacro para colocar em seu lugar o real” (MARICATO, 2013, p. 168).

Não há como vislumbrar um futuro melhor para as cidades brasileiras sem planejamento. Mas após tanto exercício ideológico em torno do planejamento urbano e dos instrumentos urbanísticos como conceituar este planejamento? Num momento de mudança dos paradigmas do planejamento da gestão urbana dados pela reestruturação produtiva, nesta passagem de século, o que pode fazer uma gestão urbana democrática, tendo em vista a crise fiscal e esse quadro de desigualdades, segregação e forte apropriação ideológica dos símbolos representativos da proposta dominante de representação das cidades? (MARICATO, 2013, p. 178).

Reconhecemos nos projetos descritos, inclusive àqueles autointitulados progressistas, uma tentativa persistente de construir pontes rentáveis. As narrativas que evidenciam a cidade como valor de troca, ao falar dos valores imobiliários de cada espaço do terreno da Sudamtex revelam vícios de quem busca jogar o jogo do capital. Além disso, de forma frágil, busca no empresariado financiamentos de projetos prometidos como populares. Diante do antagonismo dos interesses do capital e da classe trabalhadora, requer repensar as estratégias de manutenção dos movimentos sociais que se prometem revolucionários, em certa medida. Se a cidade não é e nem pode se ler como mercadoria, que sejam os trabalhadores os principais articuladores.

Além disso, pensamos construir espaços abertos e amplos, quando não há uma reflexão profunda, como disse nossa entrevistada, sobre os locais a serem pensados os encontros abertos à comunidade. A linguagem, o traje, o acesso via transporte público, as fachadas de brilhante ou horários que não permitem a chegada dos trabalhadores serão, certamente, entraves no processo de democratização. Léo Bittencourt, ativista do Planeja Terê, em *live*, disse que o Parque daria uma chance de democratizar o acesso aos moradores do bairro popular (Complexo) São Pedro, “vizinho” do terreno. Proximidades geográficas aproximam pessoas viventes nas cidades? Convém a reflexão que precisamos encarar.

Sabemos, sem receio de errar, que um parque fluvial da cidade é mais popular do que dezenas de prédios que se promovem para àquela mesma região, contudo, não há como negar a fragilidade de promover espaços modelados, conforme estruturas que deram certo lá ou acolá. Teresópolis, pelo menos a periférica Teresópolis que se recusa a ser turística, não há de habitar as “paisagens brancas” da classe média progressista que insiste que qualidade de vida é pedalar aos domingos. Talvez, o caminho mais promissor seja falar de uma cidade popular, que não saberemos se o planejamento urbano de “gente gabaritada” poderá promover.

Em substituição à cidade-produto, a “adoção de indicadores sociais e urbanísticos que pudessem construir parâmetros/antídotos contra mentira que perpetua a desigualdade” (MARICATO, 2013, p. 168). Por isso, será preciso superar os ideários de uma cidade, seu planejamento e as expectativas que a formam. Nesse processo, o caminho ainda é metodologicamente difuso e desafiador, contudo, igualmente importante e engajado por uma cidade plural.

APÊNDICE I: GRUPOS E PESSOAS PÚBLICAS ACOMPANHADOS NA PESQUISA EM SUAS PÁGINAS NAS REDES SOCIAIS

POSIÇÃO	ENTIDADE	NOME	CARGO/TAREFA	FORMAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Soc. Civil	Planeja Terê	Léo Bittencourt	Secretário	Jornalista pela PUC-RJ, Sócio fundador da Set Produções em Teresópolis	Foi candidato à vereador na cidade nas eleições de 2020 pelo PSOL.
Poder público	Prefeitura	Vinicius Claussen	Prefeito	Administrador pela UNIFESO com pós-graduação em Gestão pela FGV.	Prefeito por dois mandatos seguidos: 2018 e 2020, a primeira, em eleição suplementar.
Soc. Civil	Planeja Terê	Rodrigo Koblitz	Presidente	Biólogo. Doutor em Ecologia pelo INPA	Foi candidato à prefeito na cidade, nas eleições de 2020 pelo PSOL.
Soc. Civil	Candidato à vereador em 2020	Rodrigo Cosenza	XXXXXX	Professor de história e pós-graduado em Desenvolvimento Territorial pela UERJ	XXXXXXXXXX
Soc. Civil	Candidato à vereador em 2020	Professor Marcão	XXXXXX	Professor de Física pela Universidade Federal Fluminense	Fez um artigo com Koblitz sobre a área da Sudamtex.
Soc. Civil	Planeja Terê	Silvio Martins	Diretor financeiro	XXXXXX	XXXXXXXXXX
Poder público	Câmara dos Vereadores	Maurício Lopes	Vereador	XXXXXX	Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Soc. Civil	UFF	Flávia Braga	Pesquisadora	FAU – Arquitetura e Urbanismo	Firmou parceria com o Planeja Terê por meio de um projeto de extensão vinculando UFF, UERJ, UFRJ e PUC.
Poder público	Prefeitura	Flávio Castro	Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil	XXXXXX	XXXXXXXXXX
Soc. Civil	Associação de Moradores da Cascata dos Amores	Clarisse Isnard	Presidente	XXXXXX	Participou das eleições do Conselho Municipal da Cidade de 2022 Concorreu à presidência do CMC e perdeu. Defensora do Planejamento Territorial
Capital	Presidente do Sindicato da Indústria da	Luciano Savatone	Representante das empresas da construção	XXXXXX	Participou das eleições do Conselho Municipal da Cidade

	Construção Civil (SINDUSCON) e do Conselho Municipal da Cidade		civil / Presidente do Conselho Municipal da Cidade		de 2022 e ganhou.
Associação	Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON)	Entidade	XXXXXX	XXXXXX	Aparentemente favorável à Prefeitura e atual gestão.
Associação	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Entidade	XXXXXX	XXXXXX	Aparentemente favorável à Prefeitura e atual gestão.
Associação	Sindicato dos Taxistas	Entidade	XXXXXX	XXXXXX	Aparentemente favorável à Prefeitura e atual gestão.
Soc. Civil	Planeja Terê	Sylvio Nogueira	Consultor em Meio Ambiente	XXXXXX	Protocolou junto ao Koblitz solicitação de informações sobre os empreendimentos em Teresópolis.
Associação	Resgate do Parque da Cidade	Entidade	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Associação	Planeja Terê	Entidade	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Soc. Civil	UFRJ	Carlos Andrade	XXXXXX	Arquiteto e urbanista com Doutorado em Urbanismo	Participou de live com o Planeja Terê dia 10/12/21 (Citam na chamada que o patrimônio histórico é um direito fundamental, previsto no artigo 216 da Constituição, sendo obrigação do Poder Público e direito do povo a sua proteção)
Soc. Civil	Planeja Terê	Cristina Reis	XXXXXX	Arquiteta e urbanista	Participou de live com o Planeja Terê dia 10/12/21 e outra em 03/12/21
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Fabiana Izaga	XXXXXX	Arquiteta e urbanista	Participou de live com o Planeja Terê dia 03/12/21
Soc. Civil	Associação de Moradores de Quebra Frascos	Renata Gouvêa	Presidente da Associação de Moradores de Quebra Frascos	XXXXXX	Participou da entrevista com Hélio Carracena junto com Rodrigo Koblitz em 29/11/21
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Leslie Loreto	XXXXXX	Arquiteta e urbanista	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Cristina Reis em 26/11/21

Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Simone Feigelson	XXXXXX	Doutora e Professora, Arquiteta e urbanista	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Cristina Reis em 19/11/21
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Antônio Augusto Veríssimo	Já foi subsecretário de Habitação na Prefeitura do Rio, subsecretário de Urbanismo na Prefeitura de Niterói e Coordenador de Programa no ONU-Habitat.	Arquiteto e urbanista (Mestre pelo IPPUR/UFRJ)	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Cristina Reis em 12/11/21
Mídia	Diário de Teresópolis	Wanderley Peres	Redator e diretor	Jornalista	XXXXXXXXXXXX
Mídia	Canal 9	Hélio Carracena	Apresentador e diretor	Jornalista	XXXXXXXXXXXX
Poder público	Prefeitura	Fábio Cunha	Secretário de Planejamento	XXXXXX	“O secretário de Planejamento, Fábio Cunha, disse que o destaque dado à plantação de mudas de lúpulo, 'assunto que o prefeito conhece melhor', deve-se ao fato de 'o produto trazer um valor agregado', sem, no entanto, apresentar qualquer estudo.”
Soc. Civil	Cascata dos Amores?	César Fernandes	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Soc. Civil	Associação Agroecológica de Teresópolis	Roberto Seling	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Soc. Civil	Associação do Parque Imbuí	Ruth Ferreira	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Will Robson Coelho	Doutor em Urbanismo (FAU/UFRJ, 2017), assessor técnico da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Maricá e gerente da revisão do Plano Diretor do município	XXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Cristina Reis em 05/11/21
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Nivia Carvalho	XXXXXX	XXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto

					com Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Clarisse Isnard em 29/10/21
Soc. Civil	Professora da UERJ e participante do Conselho	Tatiana Calandrino	Professora da pós em Desenvolvimento Territorial da UERJ Teresópolis	XXXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	César Ramos	Engenheiro sanitarista e ambiental. Conselheiro da ABES e diretor técnico e de planejamento da EMBASA	XXXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Sylvio Nogueira em 22/10/21
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Rogério Caderman	XXXXXXX	Arquiteto e urbanista	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Cristina Reis em 22/10/21 Live do lançamento do livro
Soc. Civil	Sindáguia	Ary Girota	Presidente	XXXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Sylvio Nogueira em 08/10/21
Soc. Civil	Planeja Terê	Jaqueline Ramos	Vice-presidente do Planeja Terê	XXXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Marcela Padilha em 30/07/21
Poder público	Câmara dos Vereadores	Leonardo Vasconcellos	Presidente da Câmara	XXXXXXX	Recebeu as denúncias do Planeja Terê.
Soc. Civil	Planeja Terê	Manoela Lopes	Diretora do Planeja Terê	XXXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Nivia Carvalho em 03/09/21
Soc. Civil	Convidada do Planeja Terê	Marcela Padilha	Professora da UERJ	XXXXXXX	Participou da live do Planeja Terê junto com Rodrigo Koblitz e Marcela Padilha em 30/07/21
Soc. Civil	Rede Brasilidade Solidária	Taiane Brito	Presidente	XXXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Justiça	1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis	Rafael Luiz Lemos	Promotor	XXXXXXX	XXXXXXXXXXXX
Poder público	Câmara dos Vereadores	Fidel Faria	Vereador	XXXXXXX	Presidente da Comissão de

					Ecologia e Meio Ambiente
Poder público	Câmara dos Vereadores	Diego Barbosa	Vereador	XXXXXX	Membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Poder público	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Carlos Minc	Deputado estadual pelo PSB/RJ	Geógrafo, professor e ambientalista	XXXXXXXXXX

APÊNDICE II: MATERIAL DIGITAL E RELATADO UTILIZADO COMO FONTE DOCUMENTAL NA PESQUISA

EVENTO/ VÍDEO	PROMOÇÃO	ASSUNTO	DATA	AGENTES ENVOLVIDO S	SITE/LINK
Live Fala Sérió	Terê Notícias	Parque da Cidade / Não ao novo bairro na área da Sudamtex	24/01/2022	Rodrigo Koblitz	https://www.facebook.com/terenoticias/videos/259682569615204
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Bairro Novo da Sudamtex e Privatização da Água e os recuos da prefeitura no final de 2021	17/12/2021	Rodrigo Koblitz e Léo Bittencourt	https://bityli.com/bCKwA
Vídeo Parque da Cidade – 45 segundos	Resgate do Parque da Cidade	BAIRRO NÃO, PARQUE SIM!	14/12/2021	Campanha “Nossa Teresópolis”	https://www.facebook.com/resgatedoparque/videos/882356102362769/
Reportagem	Diário de Teresópolis	CPI aponta graves irregularidades em acordo sobre a Sudamtex	19/01/2021	Equipe Diário	https://www.youtube.com/watch?v=OKPfk8Af_WA
Live Planeja Terê	Planeja Terê	O patrimônio cultural e o plano diretor	10/12/2021	Rodrigo Koblitz, Cris Reis e Carlos Andrade	https://www.youtube.com/watch?v=QsGef2eXZiQ
Ato político	Agentes da sociedade civil	Ato em defesa da água e do saneamento em Teresópolis	09/12/2021 / 01/10/2021	Planeja Terê	https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=852796442042081
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Mobilidade urbana e ordenamento territorial. Insumos para uma reflexão sobre Teresópolis	03/12/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Fabiana Izaga	https://bityli.com/qdrwZ
Entrevista	Programa HC (Hélio Carracena)	Programa HC - Entrevista com Rodrigo Koblitz e Renata Gouvêa - Desmatamento	29/11/2021	Hélio Carracena, Rodrigo Koblitz e Renata Gouvêa	Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=ibbjqY6PNtE Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=wHpiFDuqGlc Parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=nXizsEAtkVY

Live Planeja Terê	Planeja Terê	O PlanejaTerê conversará com a arquiteta e urbanista Leslie Loreto	26/11/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Leslie Loreto	https://bityli.com/xyIdl
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Diálogo do Planeja Terê com a Dra Simone Deutsch – Como a legislação pode impactar o desenvolvimento das cidades	19/11/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Dra Simone Feigelson	https://bityli.com/tRxqN
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Live sobre o Zoneamento	12/11/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Antônio Augusto Veríssimo	https://bityli.com/MgIpN
Reportagem	O Diário de Teresópolis	PlanejaTerê pede abertura de CPI para investigar licenças ambientais	12/11/2021	Rodrigo Koblitz	https://youtu.be/fmx7ZQ1efIE
Audiência Pública	Câmara dos Vereadores de Teresópolis	Audiência Pública - REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERESÓPOLIS	23/02/2022	Câmara dos Vereadores, movimentos sociais e sociedade civil	https://www.youtube.com/watch?v=c2UOZa23BX8 https://www.youtube.com/watch?v=6xqwISp3NZk&list=PLIECw0cVQbRd5Wv5QDnx7KeRqEnDspXqZ&index=2
Ato	Planeja Terê...	CPI do Licenciamento Já	10/11/2021	Planeja Terê e sociedade civil	https://www.facebook.com/leobittencourtteresopolis/videos/2158211574330236/
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Plano Diretor de Maricá – Elaboração da Revisão	05/11/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Will Robson Coelho	https://bityli.com/BWdic
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Plenária do Planeja Terê contra o desmatamento de Teresópolis. O que podemos fazer?	29/10/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis, Clarisse Isnard e Nivia Carvalho	https://bityli.com/MCDIY
Live Planeja Terê	Planeja Terê	A privatização atende à necessária universalização dos serviços de abastecimento de	22/10/2021	Rodrigo Koblitz, César Ramos e Sylvio Nogueira	https://bityli.com/gJPKE

		água e esgotamento sanitário?			
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Um debate sobre Plano Diretor	20/10/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis e Rogerio Cardeman	https://www.facebook.com/planejaterere/videos/368979074908764/
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Saneamento em Teresópolis	08/11/2021	Planeja Terê	https://bityli.com/BTWRH
Vídeo	Planeja Terê	Presidente do Planeja Terê, Rodrigo Koblitz, sobre o processo de licitação dos serviços de água e esgoto em Teresópolis.	01/11/2021	Rodrigo Koblitz	https://bityli.com/LPKUu
Entrevista	Cidade Canal 9	A privatização do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto	28/09/2021	Rodrigo Koblitz	https://www.facebook.com/tvcidadecanal9/videos/749286485979458/
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Plano Diretor de Teresópolis: próximos passos	17/09/2021	Rodrigo Koblitz, Cristina Reis, Renata Gouveia e Nivia Carvalho	https://www.facebook.com/planejaterere/videos/605342950477455/
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Edital de saneamento de Terê: o que tem de errado e o que pode	15/09/2021	Rodrigo Koblitz, Sylvio Nogueira e Nivia Carvalho	https://www.facebook.com/planejaterere/videos/279185187003119/
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Edital de saneamento de Terê: o que tem de errado e o que pode	03/09/2021	Rodrigo Koblitz, Manoela Lopes e Nivia Carvalho	https://bityli.com/jaQyn
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Assuntos urgentes para o município de Teresópolis	06/08/2021	Rodrigo Koblitz, Sylvio Nogueira e Silvio Martins	https://bityli.com/ZoCID
Live Planeja Terê	Planeja Terê	O Inchaço de Teresópolis preocupa moradores e especialistas. O que pode ser feito?	30/07/2021	Rodrigo Koblitz, Jaqueline Ramos e Marcela do Nascimento Padilha	https://bityli.com/uGopQ
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Concessão de licenciamentos irregulares em Teresópolis	16/07/2021	Rodrigo Koblitz, Jaqueline Ramos e Cristina Reis	https://bityli.com/aQgaB
Plenária Pública	Câmara dos Vereadores de Teresópolis	Comissão de Ecologia e Meio Ambiente	20/07/2021	Câmara dos Vereadores, movimentos sociais e	https://www.youtube.com/watch?v=11TpmoVO1dI&list=PLIECw0cVQbRf5d-

				sociedade civil	O_QTtEM0YbgKpfJJZ K&index=43
Live Planeja Terê	Planeja Terê	Acordo da Sudamtex	23/05/2021	Planeja Terê	https://bityli.com/jGIQN
Entrevista	Diário de Teresópolis	Rita Telles fala ao Diário TV sobre o 2º ano do Movimento Nossa Teresópolis- 23- 02-2010	23/02/2010	Rita Telles e Anderson Duarte	https://www.youtube.com/watch?v=i5BsMWuC4G8

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

- ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **Cidade, Ambiente e Política:** problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- AFONSO, A. J. **Estado, mercado, comunidade e avaliação:** Esboço para uma rearticulação crítica. Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, dez, 1999.
- AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José I. R. **Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias.** In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13. 2002, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2002.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- AQUINO, Luseni. **Insights sociológicos:** Sujeito e subjetivação em Walter Benjamin e Hannah Arendt. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 486-503, set.-dez. 2017.
- BABO SEDLACEK, Guilherme. **A República e a Estrada de Ferro Therezopolis:** Estudo sobre uma empresa do encilhamento e a ideologia do progresso (1890-1900). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.
- _____. **Companhia Estrada de Ferro Therezopolis:** uma empresa do encilhamento em meio à política republicana fluminense (1890-95). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense - UFF / Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, 2012.
- BACHINI, Natasha; CHICARINO, Tathiana Senne. **Os métodos quantitativos por cientistas sociais brasileiros:** entrevistas com Nelson Silva e Jerônimo Muniz. Revista Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, jan./abr. 2018.
- BAHN, Gautam; CALDEIRA, Teresa; GILLESPIE, Kelly; SIMONE, AbdouMaliq. **The Pandemic, Southern Urbanisms and Collective Life.** Society and Space, 2020. Disponível em: <https://www.societyandspace.org/articles/the-pandemic-southern-urbanisms-and-collective-life?fbclid=IwAR02VVH817qd54YPFzT81x0Y3isWN9FxQaK5XvRn1Hzlv4oFMU3ddsOw3dE>. Acesso em: 04 fev. 21.
- BANA, Ivanir Guidini. **O discurso e a memória do dizer:** o lugar da interpretação. Revistas Mediações, Londrina, v. 8, n. 2, p. 119-143, jul./dez. 2003.
- BARBOSA, Claudio L. de Alvarenga. **A fundamentação da felicidade em Marx.** Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 20, n. 39, p. 147-162, jan./jun., 2006.
- BARREIRA, I. **O Trabalho Intelectual sob a Óptica do Artesanato e a Cidade como Campo de Pesquisa.** Revista Brasileira de Sociologia, vol. 1, nº 1, jan/jul, 2013.

- BARREIRA, Irllys. **O trabalho intelectual sob a óptica do artesanato e a cidade como campo de pesquisa.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 1, jan./jul. 2013.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Organização de Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAVISKAR, Amita. Written on the body, written on the land: violence and environmental struggles in Central India. In: PELUSO; WATTS (orgs.). **Violent environments.** Cornell University Press, 2001.
- BELCHIOR, Antônio Carlos. **Sujeito de Sorte.** Álbum: Alucinação. Áudio: 3'14''. Compositor: Belchior. Produção: PolyGram, 1976.
- BOGOTÁ CÓMO VAMOS. **Site institucional.** Disponível em: <bogotacomovamos.org/>. Acesso em 18 out. 2023.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao Jornalismo.** Rio de Janeiro: Editora Agir, 1959.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. EM TESE: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005, p. 68-80.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica.** Escola de Economia de São Paulo. São Paulo: FGV-EESP, 2009.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CANO, Ignácio. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CARRIÇO, Antônio de S. De(s)ilusões biográficas. In: **Narrativas da Desigualdade:** Memórias, Trajetórias e Conflitos (org. LOPES, J. S. L.; CIOCCARI, M.). Editora Mauad X, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** uma discussão conceitual. Dados, v. 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1997.
- CLAUSSEN, Fernando Henrique. **Reminiscências e Autobiografia de Fernando Henrique Claussen.** s/informação. Editado em 1973.
- COLI, Luis Régis. **Difusão, mobilidade internacional de políticas e perspectivas contra-hegemônicas: consensualismo, resistência e planejamento urbano.** InSitu, São Paulo, 5 (1): 09-28, Jan/Dez. 2019.

- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1998.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes.** Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, Universidad de Buenos Aires, n. 27, 2008, pp. 19-52.
- DWYER, Tom; BARBOSA, Maria Ligia de O.; BRAGA, Eugenio. **Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira:** perfil, recrutamento, produção e ideologia. Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, jul./dez. 2013.
- EVARISTO, Conceição. **Becos de Memória.** “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- FARAH, M. F. S. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.** RAP. Rio de Janeiro: 2001.
- FISCHER, Tânia. **Poder Local: um tema em análise.** Revista Administração Pública. Rio de Janeiro, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica** (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GÓES, Juliana. **Western modernity, urban spaces, and race:** challenges to decolonial praxis in the African diaspora in the Americas. University of Massachusetts Amherst. s.l, s.d, mimeo.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.
- HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado:** processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio De Janeiro: Editora Revan, 2010.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Biblioteca de Ciências Sociais, 1ª edição, 2011.
- IEJC. Instituto de Educação Josué de Castro. **Método Pedagógico.** Coletivo Político Pedagógico (CPP). Veranópolis, 2003.
- JAIME Jr., Pedro. **Pesquisa em organizações:** por uma abordagem etnográfica. Civitas, v. 3, n° 2, jul.-dez. 2003, p. 435-456.
- JIMÉNEZ, Marco A. **Entre identidad y diferencia:** apuntes para una economía política del cuerpo y la ciudad. Revista Sociedade e Estado, v. 28, n. 3. set./dez., 2013.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto:** O município e o regime representativo no Brasil. Ed. Companhia das Letras, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- LENIN, Vladimir I. **O Estado e Revolução.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

- LUEDEMANN, Cecília. **Anton Makarenko, vida e obra** – a pedagogia na revolução. Expressão Popular 2017.
- LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Outline of Ten Theses on Coloniality and Decoloniality**. Fondation Frantz Fanon, 2016.
- MARQUES, Guilherme José Amílcar Lemos. **Cidade e conflitos urbanos na imprensa sindical carioca, 1995-2002**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MELO, M. F. **Metodologia científica e métodos e técnicas de pesquisa na Sociologia: modelos de Construção em estudo sobre ONGs**. Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social, nº 7, año 4, p. 43-56. Argentina, 2014.
- MERRIFIELD, Andy. **Amateur Urbanism**. CITY, v. 19, n. 5, 2015, p. 753-762.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org). **O Brasil Republicano**, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- OSCAR, João. **História de Teresópolis: síntese cronológica**. Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO). Editora CROMOS. Niterói, RJ, 1991.
- PACKER, D.; GHISLENI, G. **A Efetividade das Parcerias Público-Privadas no Brasil: Uma Perspectiva Comparada**. Revista de Estudos Jurídico. Franca: UNESP, 2014.
- PEDONE, Luiz. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ed. FUNCEP, 1986.
- PLASTINO, Carlos Alberto. A constituição do sujeito coletivo e a questão dos direitos humanos. In: ACSELRAD, G. org. **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 17-33. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bgqvf/pdf/acselrad-9788575415368-03.pdf>. Acesso em: 05 jan. 21.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org). **O Brasil Republicano**, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- REZENDE, Maria José de. **O arcaísmo político no Brasil: As contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz lidas à luz do pensamento social brasileiro**. Revista de História e Estudos Culturais, v. 3, ano III, nº 4. ISSN 1807-6971, 2006.
- ROCHA, Maria Tereza Rocha; MAGALHÃES, Fernanda Fernandes; CABRAL, Fábio Jota. **O Estado e suas margens: O processo de formação das fronteiras no Quilombo de**

Bom Jardim da Prata no município São Francisco, Minas Gerais. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia – João Pessoa/PB, 2016.

ROY, Ananya. Who's Afraid of Postcolonial Theory?. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, 2015, vol. 40, issue 1, 200-209.

SILVA *et al.* **Avaliação da poluição das águas da Bacia do Rio Paquequer, Teresópolis, RJ**: uma contribuição ao diagnóstico ambiental, s/d. mimeo. Disponível em: <http://docplayer.com.br/73443553-Avaliacao-da-poluicao-das-aguas-da-bacia-do-rio-paquequer-teresopolis-rj-uma-contribuicao-ao-diagnostico-ambiental.html>. Acesso em: 29 jul. 21.

SILVA, Márcia da. **Poder Local**: conceito e exemplos de estudos no Brasil. Revista Sociedade & Natureza. Uberlândia, 2008.

SINGER, Paul. Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 63-90.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984, p. 9-19.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TEIXEIRA, Maria de Fátima. **Companhia de Fiação de Crestuma**: Do fio ao pavio. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017.

TELLES, Vera da Silva. **Cidade**: produção de espaços, formas de controle e conflitos. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, nº 1, jan/jun, 2015, p. 15-41.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes: 2013. p. 75-104.

_____. **Some Notes and Eight Propositions on the Coloniality and Decoloniaity**. London: TheoriSE – Southeastern Approaches to Study the Urban, 2019.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **A crise do Planejamento Urbano**. Perspectiva. São Paulo, vol. 9, n.2, 1995, abr./jun., p.45-51.

WOOD, Ellen. **O Império do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

Documentos oficiais, fontes e sites

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, arts. nº 29 e 182.

_____. **Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CÂMARA PORTUGUESA DO RIO DE JANEIRO. Dona Isabel S.A – SUDAMTEX.
Disponível em: <http://www.camaraportuguesa-rj.com.br/associado/dona-isabel-s-sudamtex/>. Acesso em: 30 jul. 21.

CLAUSSEN, Vinicius; BOULANGER, Ari. Entrevistas com Prefeitáveis: Vinicius Claussen e Ari Boulanger – PPS. Entrevista concedida a Anderson Duarte. Diário TV, Teresópolis, 2018. Disponível em
<<https://www.youtube.com/watch?v=ysmyJCGMcxk>>. Acesso em 12 jun. 2019.

Extra. **Operação Dedo de Deus:** confira a relação das 60 pessoas que tiveram a prisão preventiva decretada pela Justiça. Publicado em 17/12/2011. Disponível em:
<<https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-dedo-de-deus-confira-relacao-das-60-pessoas-que-tiveram-prisao-preventiva-decretada-pela-justica-3467547.html>>. Acesso em 05 ago. 2019.

Extra. **Prefeito de Teresópolis, Arlei Rosa, é afastado pela Câmara dos Vereadores.**
Notícia por Fabiana Paiva. Publicado em 18/08/2015. Disponível em:
<<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/prefeito-de-teresopolis-arlei-rosa-afastado-pela-camara-de-vereadores-17224897.html>>. Acesso em 04 ago. 2019.

Extra. **Moradores de Teresópolis sofrem com o troca-troca de prefeitos.** Publicado em 31/08/2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-de-teresopolis-sofrem-com-troca-troca-de-prefeitos-17346230.html>>. Acesso em 04 ago. 2019.

FINDGLOCAL. Resgate do Parque da Cidade. Blog. Disponível em:
<http://www.findglocal.com/BR/Teres%C3%B3polis/100376814918072/Resgate-do-Parque-da-Cidade>. Acesso em: 30 jul. 21.

G1. **Morre prefeito interino de Teresópolis, dois dias após assumir.** Notícia por Patrícia Kappen. Publicado em 07/08/2011. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/morre-prefeito-interino-de-teresopolis-dois-dias-apos-assumir.html>>. Acesso em 04 ago. 2019.

G1. **Arlei Rosa continua como prefeito de Teresópolis com 41,78% dos votos.** Publicado em 07/10/2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/eleicoes/2012/noticia/2012/10/arlei-rosa-continua-como-prefeito-de-teresopolis-com-4178-dos-votos.html>>. Acesso em 04 ago. 2019.

G1. **Câmara de Teresópolis, RJ, aprova pedido de afastamento de Mário Tricano por até 180 dias.** Notícia por Juliana Scarini, G1. Publicado em 24/08/2017. Disponível em

<<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/apos-prefeito-pedir-afastamento-vice-sandro-dias-toma-posse-em-teresopolis-no-rj.ghtml>>. Acesso em 04 ago. 2019.

G1. **Após prefeito pedir afastamento, vice Sandro Dias toma posse em Teresópolis, no RJ.** Notícia por Aline Rickly, G1. Publicado em 28/08/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/apos-prefeito-pedir-afastamento-vice-sandro-dias-toma-posse-em-teresopolis-no-rj.ghtml>>. Acesso em 04 ago. 2019.

G1. **Presidente da Câmara de Vereadores de Teresópolis, RJ, é empossado prefeito após desistência de Mário Tricano.** Notícia por Aline Rickly e Juliana Scarini, G1. Publicado em 04/04/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/presidente-da-camara-de-vereadores-de-teresopolis-rj-e-empossado-prefeito-apos-desistencia-de-mario-tricano.ghtml>>. Acesso em 05 ago. 2019.

G1. **Vereadores de Teresópolis são presos em operação do MP-RJ e da Polícia Civil.** Notícia por Felipe Freire, G1. Publicado em 25/05/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadores-de-teresopolis-sao-presos-em-operacao-do-mp-e-da-policia-civil.ghtml>>. Acesso em 06 ago. 2019.

G1. **Vinicius Claussen é o novo prefeito de Teresópolis, no RJ.** Notícia por Juliana Scarini, G1. Publicado em 03/06/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/vinicius-claussen-e-o-novo-prefeito-de-teresopolis-no-rj.ghtml>>. Acesso em 04 ago. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relação de AGSNs.** Teresópolis. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 nov. 20.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relação de AGSNs.** Teresópolis. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 05 jun. 20.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relação de População e Domicílios [2022].** Teresópolis. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 18 out. 23.

JORNAL DE NOTÍCIAS DA HORA ONLINE. **Multa de 5 milhões a Sudamtex por desrespeito ambiental.** Matéria de 04 de fevereiro de 2013. Disponível em: [Multa de 5 milhões a Sudamtex por desrespeito ambiental](#). Acesso em: 28 jul. 21.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** Cidades Rebeldes. Le Monde Diplomatique Brasil, 2013. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/e-a-questao-urbana-estupido/>. Acesso em: 05 jan. 21.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ação Civil Pública, 2010.

NET DIÁRIO. **Tricano recorre para não voltar ao cargo e confirma desrespeito a lei.** Publicado em 28/10/2017. Disponível em

<<https://www.netdiario.com.br/noticias/tricano-recorre-para-nao-voltar-ao-cargo-e-confirma-desrespeito-a-lei>>. Acesso em 05 ago. 2019.

_____. **Sudamtex: nova promessa de utilização da área mais valorizada da Várzea.** Matéria de 21 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://www.netdiario.com.br/noticias/sudamtex-nova-promessa-de-utilizacao-da-area-mais-valorizada-da-varzea>. Acesso em: 30 jul. 21.

PERES, Wanderley, 2018. **Os Claussen voltam ao poder.** Net Diário, 2018. Disponível em <<https://www.netdiario.com.br/noticias/os-claussen-voltam-ao-poder>>. Acesso em 14 nov. 2019.

PORTAL TERÊ. **Tentativa de reabrir a Sudamtex.** Matéria de 05 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.portaltere.com/noticias/notictere01583_110905.htm. Acesso em: 30 jul. 21.

_____. **Teresópolis recebe partes do terreno da Sudamtex.** Matéria de 18 de janeiro de 2019. Disponível em:

http://www.portaltere.com/noticias5/notictere04400_190118.htm. Acesso em: 30 jul. 21.

_____. **Jorge Mário é o novo Prefeito de Teresópolis.** Disponível em <http://www.portaltere.com/noticextraeleicoes2008_5.htm>. Acesso em 04 ago. 2019.

PREFEITURA DE TERESÓPOLIS. **Nota Oficial:** Prefeitura Municipal de Teresópolis conclui o procedimento de concessão dos serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, 2023. Disponível em: <https://www.teresopolis.rj.gov.br/nota-oficial-prefeitura-municipal-de-teresopolis-conclui-o-procedimento-de-concessao-dos-servicos-de-fornecimento-de-agua-e-tratamento-de-esgoto/>. Acesso em 18 out. 23.

Revista Digital de Notícias. **Arlei Rosa fica inelegível por 8 anos após Câmara rejeitar contas de 2012.** Publicado em 30/06/2015. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20150930135013/http://www.revistadigitaldenoticias.com.br/blog/arlei-rosa-fica-inelegivel-por-8-anos-apos-camara-rejeitar-contas-de-2012/#>>. Acesso em 04 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Indicação Legislativa nº 1.080/2010.**

_____. **Indicação Legislativa nº 2.935/2014.**

TERESÓPOLIS. **Lei Orgânica do Município de Teresópolis/RJ. Emenda 001, de 23 jun. 08.**

_____. **Lei Complementar nº 79 de 20 de outubro de 2006.** Dispõe sobre o Plano Diretor de desenvolvimento sustentável de Teresópolis e dá outras providências.

_____. Acordo com a Prefeitura Municipal de Teresópolis, 2019.

_____. **Decreto nº 3.926/2010.**

_____. **Decreto nº 4.526/2014.**

_____. **Decreto nº 5.348/2020.**

TREM DA SERRA DO RIO DE JANEIRO. Blog. **Estrada De Ferro Teresópolis: Da Ascensão ao Declínio (Parte 3)**. Matéria de 27 de outubro de 2019. Disponível em: <http://tremdaserradoriodejaneiro.blogspot.com/2019/10/estrada-de-ferro-teresopolis-da.html>. Acesso em 30 jul. 21.

UOL. **Vinicius Claussen (PSC) é eleito prefeito de Teresópolis (RJ)**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-prefeitura-teresopolis-rj-resultado-1-turno.htm>. Acesso em: 18 out. 23